

PARQUES URBANOS municipais de São Paulo

Subsídios para a gestão

O **Instituto Socioambiental (ISA)** é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

Para saber mais sobre o ISA consulte www.socioambiental.org

Conselho Diretor: Neide Esterci (presidente), Marina da Silva Kahn (vice-presidente), Adriana Ramos, Carlos Frederico Marés e Sérgio Mauro Santos Filho

Secretário executivo: Sérgio Mauro Santos Filho

Secretário executivo adjunto: Enrique Svirsky

Apoio institucional



lcco – Organização Intereclesiástica para
Cooperação ao Desenvolvimento
NCA – Ajuda da Igreja da Noruega

Programa Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo

A área de atuação do **Programa Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo**, do Instituto Socioambiental, são os mananciais Guarapiranga, Billings e sistema Cantareira que vêm sofrendo processo acentuado de degradação ambiental com expansão urbana desordenada. Ações de monitoramento socioambiental participativo estão sendo implementadas com a produção e atualização de diagnósticos de cada manancial, colocando à disposição do público um conjunto de informações para a promoção de políticas públicas específicas. O Programa Mananciais também promove a **Campanha De Olho nos Mananciais** (www.mananciais.org.br), uma campanha de esclarecimento sobre a situação das fontes de água que abastecem as grandes cidades, começando por São Paulo, e de mobilização para promover o uso racional da água. A mobilização pretende mostrar que a ameaça de escassez de água nas grandes cidades tem relação direta com poluição e desperdício.

ISA São Paulo (sede)

Av. Higienópolis, 901
01238-001
São Paulo – SP – Brasil
tel: (11) 3515-8900
fax: (11) 3515-8904
isa@socioambiental.org

ISA Brasília

SCLN 210, bloco C, sala 112
70862-530
Brasília – DF – Brasil
tel: (61) 3035-5114
fax: (61) 3035-5121
isadf@socioambiental.org

Organização

Marussia Whately
Paula Freire Santoro
Bárbara Carvalho Gonçalves
Ana Maria Gonzatto

PARQUES URBANOS municipais de São Paulo

Subsídios para a gestão



São Paulo, outubro de 2008.

 **Parques urbanos municipais de São Paulo**
Subsídios para a gestão

Organizadoras

Marussia Whately
Paula Freire Santoro
Bárbara Carvalho Gonçalves
Ana Maria Gonzatto

Capa

Foto de Leonardo Galina (Guma)

Ilustração p. 17

Andrés Sandoval

Revisão de texto

Arminda Jardim

Apoio à publicação

Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis:
Construindo Políticas Públicas Integradas
na Cidade de São Paulo / Programa das
Nações Unidas para o Meio Ambiente

Projeto gráfico e editoração

Ana Cristina Silveira

**Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis:
Construindo Políticas Públicas Integradas na Cidade de São Paulo**

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA)
Instituto Socioambiental (ISA)

Equipe ISA envolvida neste projeto:

Coordenação geral: Marussia Whately. **Coordenação técnica:** Paula Freire Santoro. **Equipe técnica**
Programa Mananciais: Ana Cristina Silveira, Ana Gonzatto, André Pavão, Arminda Jardim, Bruno
Weis, Cesar Pegoraro, Danny Rivian C. Souza, Fernanda Blauth Bajesteiro, Leo Ramos Malagoli, Lilia
Toledo Diniz, Luciana Nicolau Ferrara e Bárbara Carvalho Gonçalves (estagiária); colaboradores:
Marcelo Cardoso e Pilar Cunha. **Equipe técnica Laboratório de Geoprocessamento:** Cícero
Cardoso Augusto (coordenação), Alexandre Degan, Rose Rurico Sacó e Telma Stephan Dias.
Equipe Web: Alex Piaz e Roberto Sei-iti Yamashiro. **Equipe Recursos Humanos e Administração:**
Donizete Cordeiro de Souza, Fabio Massami Endo e João Paulo Santos Lima. **Equipe**
Desenvolvimento Institucional: Margareth Yayoi Nishiyama Guilherme.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Parques urbanos municipais de São Paulo : subsídios para a gestão / organização Marussia Whately...
[et al.]. -- São Paulo : Instituto Socioambiental, 2008.

Outros organizadoras: Paula Freire Santoro, Bárbara Carvalho Gonçalves, Ana Maria Gonzatto
Vários patrocinadores.

ISBN 978-85-85994-54-9

1. Conservação da natureza 2. Ecologia urbana 3. Gestão ambiental 4. Meio ambiente - Preserva-
ção 5. Parques urbanos - São Paulo (SP) 6. Políticas públicas 7. Proteção ambiental I. Whately, Marussia.
II. Santoro, Paula Freire. III. Gonçalves, Bárbara Carvalho. IV. Gonzatto, Ana Maria.

08-09645

CDD-307.760981611

Índices para catálogo sistemático:

1. São Paulo : Cidade : Parques urbanos : Gestão ambiental urbana : Sociologia
307.760981611

Ficha técnica Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo

Prefeitura de São Paulo

Prefeito Gilberto Kassab

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Secretário Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Chefe de Gabinete/Diretor Nacional do PAVS

Hélio Neves

DEPAVE

Vagner Alcalar (diretor); Andrea Akissue de Barros; Anita Correia de Souza; Cyra Malta O. da Costa; Eduardo Panten; Elaine Pereira da Silva; Helena Maria de Campos Magozo; Norma Elizandra e Regina Fátima M. Fernandes

Administradores de Parques:

Ana Beatriz Bredariol (Adm. Parque Cordeiro); Ana Paula Souza (Parque Burle Marx); André Camilli Dias (Adm. Parque da Luz); Argentina Carlota M. Carmo Garcia (Adm. Parque das Águas); Ariela Bank Setti (Adm. Parque Providência); Audrei Infantes Del Nero da Costa (Adm. Parque Shangrilá); Carlos Eduardo Faleiros (Adm. Parque Lidia Natalizio Diogo); Clodoaldo Barnabé Cajado (Adm. Parque Santo Dias); Daniel Rodrigues Silva Fernandes Varela (Adm. Parque Independência); Edgar Ono Torre (Adm. Parque Tenente Brigadeiro Faria Lima); Emy Yoshimoto (Adm. Parque da Aclimação); Erica Matsumoto Souza (Adm. Parque Jd. Sapopemba); Fábio Biazoto (Adm. Parque Chico Mendes); Fábio Mendonça Tondi (Adm. Parque Cidade de Toronto); Fábio Santos Pellaes (Adm. Parque Raposo Tavares); Fátima Regina T. Gesualdo (Adm. Parque Raul Seixas); Francisca R. de Queiroz Cifuentes (Adm. Parque Ibirapuera); Gabriel Moherdau Vespucci (Adm. Parque Pinheirinho D'Água); Guaraci Belo de Oliveira (Adm. Parque Colina de São Francisco); Izadora Camacho Zorvo (Adm. Parque Luis Carlos Prestes); Jetro Menezes Cychiniggf (Adm. CEMUCAM); Jorge Vieira Barros (Adm. Parque Santa Amélia); José Augusto Guedes Candeloro (Adm. Parque do Carmo); Juliana de Oliveira Leite (Adm. Parque

Lina e Paulo Raia); Katia Bastos Florindo (Adm. Parque Jacintho Alberto); Lilian Mos Blois Crispino (Adm. Parque Jardim Felicidade); Luciana Alves Araújo (Adm. Parque Chácara das Flores); Luciana Gosi Pacca Berardi (Adm. Parque São Domingos); Luiz Carlos Quadros Malta P. de Sampaio (Adm. Parque Rodrigo de Gásperi); Luiz Fernando Chaves da Silva (Adm. Parque Tenente Siqueira Campos – Trianon); Luiz Rodrigo Pisani Novaes (Adm. Parque Anhanguera); Michelle Viviane de Souza (Adm. Parque Guarapiranga); Natacha Próspero Martins da Costa (Adm. Parque Lions Clube Tucuruvi); Oriovaldo Pereira (Adm. Parque Vila do Rodeio); Rauflin Lincoln Domingues Prado Carloto Jr. (Adm. Parque Nabuco); Regina Fujihara (Adm. Parque Burle Marx); Regina Kelly Rodrigues (Adm. Parque Ermelino Matarazzo); Renata Maria Bueno Maia Giorgi Hadad (Adm. Parque Eucaliptos); Rita de Cássia Ferreira Nakamura (Adm. Parque Buenos Aires); Rodrigo Machado (Adm. Parques Vila Guilherme e Trote); Rubens Koloski Chagas (Adm. Parque Alfredo Volpi); Sidnei Ferreira (Adm. Parque Piqueri); Sophia Bujnicki Neves (Adm. Parque Severo Gomes); Tathiana Popak Maria (Adm. Parque Vila dos Remédios).

Núcleos de Gestão Descentralizada:

Décio Veni Filho (NGD - Norte); Marcio Rosa (NGD – Centro-Oeste); Marcos Pereira(NGD – Sul); Odete Borges(NGD – Sul); Pedro Perez (NGD – Centro-Oeste).

Estagiários:

Rosemeire Passos (Parque do Carmo); Fabio Rogerio (Parque do Carmo).

O conteúdo dos artigos dessa publicação não reflete, necessariamente, as opiniões ou políticas do PNUMA, SVMA e outras instituições municipais e parceiras do projeto PAVS.

Sumário

APRESENTAÇÃO

Instituto Socioambiental (ISA)	p.7
Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo (SVMA)	p.8
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)	p.11
Novas áreas verdes para São Paulo	p.13

INTRODUÇÃO

Parques Urbanos Municipais	p.18
----------------------------	------

Capítulo I

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA	p.22
--------------------------------------	------

Capítulo II

OS PARQUES URBANOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO	p.33
--	------

Capítulo III

COMO OS PAULISTANOS AVALIAM OS PARQUES DE SÃO PAULO	p.66
---	------

Capítulo IV

SUBSÍDIOS PARA A GESTÃO	p.81
-------------------------	------

Licença creative commons

Para democratizar a difusão dos conteúdos publicados neste livro, os textos estão sob a licença Creative Commons (www.creativecommons.org.br), que flexibiliza a questão da propriedade intelectual. Na prática, essa licença libera os textos para reprodução e utilização em obras derivadas sem autorização prévia do editor (no caso o ISA), mas com alguns critérios: apenas em casos em que o fim não seja comercial, citada a fonte original (inclusive o autor do texto) e, no caso de obras derivadas, a obrigatoriedade de licenciá-las também em Creative Commons.

Essa licença não vale para fotos e ilustrações, que permanecem em copyright ©.

Você pode: copiar e distribuir os textos desta publicação e criar obras derivadas a partir dos textos desta publicação. **Sob as seguintes condições:** você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada no crédito do texto; você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais e se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

Instituto Socioambiental (ISA)

O Instituto Socioambiental (ISA) é uma organização da sociedade civil brasileira, fundada em 1994. O trabalho do ISA com mananciais teve início em 1996. Atualmente, o ISA é reconhecido como uma das principais fontes de informação sobre o tema, tendo desenvolvido diagnósticos das bacias Billings, Guarapiranga e Sistema Cantareira, e processos de proposição de ações, entre eles os Seminários Guarapiranga 2006 e Billings 2002. Em novembro de 2007, o ISA lançou a Campanha De Olho nos Mananciais que tem como objetivo alertar a população da Grande São Paulo sobre a situação de suas fontes de água e mobilizar para o uso racional deste recurso.

Durante o primeiro semestre de 2008, o ISA e a SVMA desenvolveram três metas do *Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis: construindo políticas públicas integradas na cidade de São Paulo (PAVS)* do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA): um diagnóstico e proposta de diretrizes para uma política para a área de mananciais em São Paulo; um banco de dados de coletas e publicação sobre biodiversidade no município; um projeto de diretrizes para um modelo de gestão dos parques urbanos municipais, juntamente com administradores de parques urbanos.

Esperamos que os resultados desta parceria suscitem debates sobre os temas trabalhados e contribuam para a reversão da degradação ambiental dos mananciais, bem como para a proteção e uso sustentável dos recursos naturais remanescentes no Município de São Paulo.

Sérgio Mauro Santos Filho
SECRETÁRIO EXECUTIVO

Enrique Svirsky
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO

Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo (SVMA)

As questões ambientais que se colocam frente à humanidade no século XXI apontam a necessidade de uma atuação intersetorial, aberta à participação e à contribuição dos mais diversos setores. Consciente disso, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) tem pautado sua atuação, desde 2005, de modo a promover o intercâmbio entre o poder público e a sociedade civil e, mais do que isso, a disseminar as questões ambientais junto a outros órgãos públicos, estimulando a ação conjunta como forma de visualizar no horizonte possíveis respostas. O *Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis: Construindo políticas públicas integradas na cidade de São Paulo* (PAVS) foi criado para estimular esse tipo de relação. Iniciativa da SVMA em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), envolve também as Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social e Desenvolvimento, além de outras 20 instituições parceiras.

A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente procurou organizar seu trabalho no período 2005 - 2008 em seis áreas de ação intersetorial dentro da própria secretaria, na Prefeitura, com os outros níveis de governo e com a sociedade em geral. São eles: terra, ar, água, verde, eco-economia e cultura de paz. Esta publicação está em sintonia com este esforço. Como exemplificação, vemos algumas ações nossas em cada uma destas áreas:

Terra: São Paulo completou seu inventário de gases de efeito estufa em 2005 (o Brasil só tem três inventários seguindo o padrão IPCC: o da cidade de São Paulo, o do Rio, de 1998, e o Nacional, de 1994). Isto nos permite orientar precisamente nosso esforço de redução da contribuição de São Paulo ao aquecimento global. O principal feito foi a captação do metano nos dois aterros sanitários da cidade, o que significou uma redução de 20% das emissões totais da cidade, um feito não igualado até hoje por qualquer outra grande cidade no mundo. Além disso, fizemos o leilão dos primeiros 808.450 créditos de carbono do município no fim de 2007, realizado na Bolsa de Mercadorias & Futuros. O lote foi arrematado por R\$ 34 milhões, recursos que estão sen-

do aplicados em investimentos ambientais e urbanísticos nas Subprefeituras onde estão localizados os aterros sanitários.

Ar: a Inspeção Ambiental Veicular iniciada em 2008 enfrenta o principal problema de poluição do ar na cidade: a emissão de gases poluentes oriundos dos 6 milhões de veículos registrados em São Paulo. A SVMA iniciou a campanha pelo Diesel mais limpo em 2005, cobrando da Petrobrás a entrega do diesel com 50 ppm de enxofre em 2009, conforme estabelecido pelo Conama. Estamos também implantando em 2008 os primeiros 20 km de ciclovia para transporte, 2000 paraciclos e 10 bicicletários em conjunto com Metrô e CPTM. A SVMA lidera campanha para manter e ampliar a frota de trólebus na cidade. São Paulo também foi a primeira cidade a elaborar uma Política de Mudanças Climáticas própria, definindo e estabelecendo a colaboração de todos os órgãos públicos municipais para minimizar as emissões de gases de efeito estufa.

Água: a SVMA iniciou o Programa de Parques Lineares, como forma de diminuir as enchentes e criar áreas de lazer. Já são sete implantados e teremos mais quatro até o final de 2008 e outros 21 são planejados para o próximo período. A implantação de parques lineares está prevista no Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo e agora começa a se tornar realidade. O Programa Córrego Limpo está tirando o esgoto de 48 córregos até 2008 e mais 50 em 2009. A Operação Defesa das Águas é um trabalho intersetorial de quatro Secretarias Estaduais e quatro Secretarias Municipais, organizado pelo governo atual para retomar o controle e reverter a degradação dos nossos mananciais. Estamos atuando com um programa do desenvolvimento sustentável que tem 21 ações, entre elas a criação de parques lineares, parques tradicionais e naturais, limpeza de córregos (até 2008 tiraremos 70% de esgoto que chega até a Guarapiranga e 250 toneladas de lixo), programas de lazer, habitação, segurança etc. A Operação Defesa das Águas se expandiu para outros importantes mananciais para a cidade: Billings, Cantareira e Várzea do Tietê. A intenção é preservar nossas águas através de regularização e reurbanização de bairros precaria-

mente instalados; urbanização de favelas; saneamento básico; congelamento de novas ocupações através da fiscalização permanente; criação de unidades de conservação; promoção de atividades esportivas e de educação ambiental; divulgação das ações junto à população.

Verde: criamos o Programa de Arborização Urbana e saímos de um patamar de plantio de 20.000 árvores/ano, registrados nos últimos governos, para 170.000 árvores/ano. Tínhamos 33 parques (1 parque novo implantado no período 1993-2004) com 15 milhões m². Teremos um total de 60 parques até o final de 2008 e encontram-se em desapropriação e projeto mais 40 áreas para os próximos 4 anos, atingindo um total de 100 parques e 50 milhões de m² de áreas verdes municipais.

Eco-economia: introduzimos compras sustentáveis nas licitações da Prefeitura (madeira legal, papel reciclado, entulho reciclado, uso eficiente de água, energia e combustível na administração municipal etc.). Elaboramos e implementamos a primeira lei municipal de energia solar. Fomos a primeira cidade Amiga da Amazônia (Greenpeace). E elaboramos o primeiro projeto municipal sobre mudanças climáticas no país.

Cultura de Paz: criamos a Universidade Livre de Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ) em 2006. Estamos trabalhando educação ambiental com 800 escolas da rede municipal através da Carta da Terra, com a Secretaria de Saúde através da capacitação de 6000 agentes comunitários. Implantamos os Conselhos Regionais de Meio Ambiente e Cultura de Paz nas Subprefeituras, ampliando o acesso às questões ambientais que permeiam as políticas públicas.

Finalmente é importante registrar o fortalecimento da SVMA com a expansão do nosso orçamento que era em 2004 de R\$ 77 milhões para R\$ 340 milhões em 2005. Há um Projeto de Lei na Câmara Municipal ampliando e descentralizando a estrutura da Secretaria.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho
SECRETÁRIO

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)

A concentração da população da América Latina e Caribe em áreas urbanas se intensificou nas últimas décadas e transformou a região na mais urbanizada dentre aquelas em desenvolvimento do planeta. Cerca de três quartos de sua população vivem em cidades. Cinco das cidades mais populosas do mundo se encontram na América Latina, entre elas, São Paulo com os seus 11 milhões de habitantes.

As cidades contribuem significativamente para o desenvolvimento socioeconômico de um país. Entretanto, a velocidade de sua expansão gera impactos tanto na qualidade ambiental quanto na qualidade de vida da população. Os ambientes urbanos são particularmente vulneráveis à contaminação de solos, de recursos hídricos e do ar.

Diante deste quadro, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) entende que a gestão efetiva de ambientes urbanos e ambientes naturais deve merecer dos gestores públicos igual prioridade na compilação e análise de informações sobre o estado do meio ambiente que respaldem o desenvolvimento de políticas urbanas-ambientais sustentáveis.

A presente publicação responde à esta abordagem integrada na medida que apresenta subsídios à gestão de parques urbanos no município de São Paulo. Tais áreas, além de proporcionarem lazer e contato com a natureza para a população, se configuram também como alguns dos últimos espaços remanescentes para a conservação da biodiversidade em zonas urbanas.

Este livro é parte de um conjunto de levantamentos, estudos e análises desenvolvidos no âmbito do *Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis: construindo políticas públicas integradas na Cidade de S. Paulo (PAVS)*, desenvolvido pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Saúde e outras 17 instituições dos setores de saúde e ambiente em cooperação com o PNUMA. Coordenado pelo ISA – Instituto Socioambiental – o presente trabalho resulta da interação entre técnicos do PAVS, agentes administrativos e usuários dos parques da Cidade de S. Paulo.

As conclusões e recomendações deste estudo serão certamente de interesse para outras zonas metropolitanas em países em desen-

volvimento que, como São Paulo, enfrentam conflitos gerados pela expansão urbana e têm nos parques municipais a possibilidade de preservação de suas áreas verdes como espaços adequados para o exercício de qualidade de vida.

Cristina Montenegro

COORDENADORA
ESCRITÓRIO DO PNUMA NO BRASIL

Novas áreas verdes para São Paulo

Eduardo Jorge Martins Sobrinho

Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo

Mônica Cristina Ribeiro

Assessoradecomunicação da SVMA, jornalista e mestre em antropologia pela UNICAMP

Em grandes cidades como São Paulo, que ainda enfrentam problemas de crescente urbanização associada ao uso e ocupação do solo, as unidades de conservação e áreas correlatas representam, talvez, os últimos refúgios para a proteção e conservação da biodiversidade, além de oferecerem espaços para lazer e educação em contato com a natureza, contribuindo para a melhora da qualidade de vida. O parque é também um espaço de cultura de paz, onde as camadas sociais convivem com direitos e deveres iguais e onde os humanos convivem com as outras espécies vivas, vegetais e animais.

Conhecer as áreas verdes protegidas de São Paulo é desvendar também um pouco da história da cidade. Podemos classificar o surgimento dos parques em três movimentos. O primeiro deles, concentrado entre o final do século XIX e início do século XX, foi marcado pelo incremento da economia cafeeira e pela transformação do antigo burgo na grande cidade que é São Paulo. Naquele momento, os parques, de inspiração largamente francesa, eram criados como locais de cultura, pontos de encontro para a sociedade paulistana. Neste movimento, surgiram parques como Jardim da Luz, Buenos Aires e Tenente Siqueira Campos (antigo Trianon), sendo o Ibirapuera o último grande parque criado dentro desta perspectiva.

Um segundo movimento, detectado quando a cidade já alterara significativamente sua fisionomia e transformara-se, de fato, numa metrópole, coloca a criação de parques a partir de remanescentes de grandes fazendas, chácaras e propriedades da elite paulistana, caso de parques como Carmo e Piqueri.

Por fim, o movimento atual traz a real necessidade de proporcionar a criação de novas áreas, em especial nas periferias da cidade, onde

ela continua a crescer. É neste ponto que detectamos o surgimento de parques muitas vezes pequenos, no entanto profundamente necessários para proporcionar melhor qualidade de vida aos paulistanos. Esta realidade vem desde a década de 1970 e se estende aos dias de hoje, quando há um grande esforço para ampliar o número de parques na cidade. Momento em que a Prefeitura investe na criação, inclusive, dos chamados Parques Lineares, buscando ao mesmo tempo ampliar a área verde, melhorar a qualidade de vida da população e evitar problemas com o escoamento da água em época de chuvas.

A abordagem do desenvolvimento urbano associado à conservação ambiental é desafio recente para a administração municipal. Por muito tempo a política urbana permaneceu restrita à construção de unidades habitacionais, escolas, postos de saúde, viadutos e pontes. Buscando incluir a questão ambiental, o *Programa 100 Parques para São Paulo* está mapeando e implementando novos parques numa velocidade bastante acelerada.

Entre 1992 e 2004, apenas um parque foi entregue. Em 2005 tínhamos 33 parques, que somavam 15 milhões de m² de área verde municipal protegida. Nos próximos quatro anos teremos 100 parques e 50 milhões de m² protegidos. De 2005 a agosto de 2008, já foram implantados 17 novos parques. O programa amplia e distribui, de forma mais equilibrada, os parques pelas macro-regiões da cidade.

O surgimento de novas categorias de parques, como os lineares e naturais, traz a necessidade de continuar a redefinir mecanismos de administração. O início deste processo se deu em 2005, quando a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente passou a selecionar, como administradores para os parques, pessoas que tivessem formação em meio ambiente. Essa mudança representou um salto de qualidade na gestão de nossos parques. Dando continuidade a este processo, apresentamos projeto de reformulação do quadro estrutural da Secretaria, o qual destaca os administradores de parques como integrantes do quadro funcional. Este processo continua com o levantamento que consta desta publicação, que traz importantes elementos para dar seqüência ao processo de gerenciamento destes espaços.

Além dos novos parques oferecidos à população paulistana, a Secretaria do Verde deixa 69 outros já desapropriados, com projeto básico em elaboração, para conclusão nos próximos quatro anos, levando a cidade

assim ao patamar de 100 parques. Mas esta ampliação não pára por aqui. Outras 32 áreas potenciais para implantação de parques também já foram mapeadas e estão sendo estudadas. Isso representa um incremento muito grande no número de áreas verdes protegidas na cidade, disponibilizadas para lazer, contemplação e cultura aos paulistanos. A distribuição de parques fica, assim, muito mais equilibrada.

Em 2005, a zona norte possuía oito parques municipais. Até o final de 2008 ela contará com cinco novos parques e outros cinco poderão ser implantados nos próximos quatro anos. A zona sul tinha nove parques. Até o final de 2008, terá sete novos e outros 13 poderão ser implantados nos próximos anos. A zona leste possuía sete parques e ganhará 15 novos até o final de 2008. Outros dez poderão ser implantados também nos próximos anos. Além disso, estamos implantando o Parque Natural do Carmo, que possui 5 milhões de m². A zona centro-oeste tinha nove parques e, até o final de 2008, ganhará novas cinco áreas verdes. Outras sete poderão ser implantadas nos próximos anos. Como compensação para a implantação do trecho sul do Rodoanel, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente acertou com a Dersa a implantação de quatro parques naturais no extremo-sul da cidade.

Os parques passaram a ser pensados não apenas como urbanismo ou equipamento de lazer e contemplação, mas como parte de um todo sistêmico que é a cidade. Exemplo disso é a implantação de parques na orla da Represa Guarapiranga, dentro da chamada Operação Defesa das Águas, que tem como objetivo evitar ocupações irregulares que coloquem ainda mais em risco nossos mananciais de abastecimento. No extremo-sul do município, onde se localizam as represas Billings e Guarapiranga, estão sendo implantados vários parques: Shangrilá, São José, Nove de Julho, Linear Feição da Vila, Linear Castelo Dutra, Praia de São Paulo, Jardim Herculano, M'Boi Mirim, Linear Caulim, Linear Cocaia.

Assim também na zona norte, no limite da Serra da Cantareira, a implantação de parques lineares mostra-se fundamental para estabelecer uma barreira à ocupação. São três: Linear Bispo, Linear Bananal-Canivete e Linear Perus. Na região da várzea do Tietê também está em implantação, em terreno de propriedade do DAEE, o Parque Vila Jacuí, localizado entre o córrego Jacu e o Complexo Viário Jacu-Pêssego. Este parque dá início ao processo de implantação dos núcleos do Parque

Tietê no município de São Paulo, cuja proposta é ampliar as áreas do Parque Ecológico Tietê com aproveitamento das áreas vazias e de espaços que necessitem de ações de recuperação, situados nos limites da várzea e da APA do Tietê.

Recuperar fundos de vales dos rios e córregos da cidade por meio da implantação de áreas de lazer, saneamento e limpeza dos rios. Este é o objetivo primeiro dos chamados Parques Lineares. Sua implantação, determinada pelo Plano Diretor da Cidade, propiciará a conservação das Áreas de Proteção Permanente (APPs) instituídas pelo Código Florestal que margeiam os cursos d'água e minimizará os efeitos negativos das enchentes que assolam São Paulo.



Parques urbanos municipais

A presente publicação apresenta os resultados do processo de construção de subsídios para a gestão dos parques urbanos municipais em São Paulo que aconteceu entre os meses de dezembro de 2007 a julho de 2008, dentro do *Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis: construindo políticas públicas integradas na cidade de São Paulo (PAVS)* do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Nesse projeto, o Instituto Socioambiental (ISA) e a Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) desenvolveram estudos e diversas atividades para a elaboração, de forma participativa, de subsídios para a gestão dos parques urbanos municipais, com o objetivo de garantir a preservação do patrimônio físico e biológico, a qualidade paisagística e a manutenção e aprimoramento de suas funções de lazer, esporte, recreação e educação ambiental.

As principais atividades no âmbito deste projeto foram: levantamentos e checagens de campo nos parques municipais existentes; reunião e análise de informações produzidas sobre histórico e situação atual dos parques municipais; conjunto de oficinas com os administradores dos parques; pesquisa com os usuários dos parques municipais realizada pelo Datafolha e proposição de agrupamento e instrumentos de gestão de parques considerando suas especificidades e procedimentos comuns.

A gênese dos parques paulistanos mostra que a gestão nunca foi tão complexa como hoje. O primeiro parque da cidade de São Paulo foi o Jardim Público, hoje o Parque da Luz, que data de 1825. No início do século passado, entre os anos 10 e 20, a cidade estrutura-se e começam uma série de estudos que visavam sanear a cidade, evitar enchentes. Essas obras foram acompanhadas de jardins e praças embelezadores, através de estudos de Saturnino de Brito. Nos anos 30, São Paulo é objeto de diversos planos, como Plano de Avenidas, que começa mesmo em 1937, na gestão do Prefeito Prestes Maia, seu idealizador. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi introduzida uma nova concepção urbanística, incorporando ideais da Carta de Atenas. É um novo momento para a cidade, em sua segunda fase industrial, cuja localização das manchas industriais passam a estar associadas às rodovias e migram para a

região Sul, ABC Paulista, dentre outras. Aos poucos as potenciais áreas para parques vão sendo incorporadas ao uso urbano, como o Parque Dom Pedro II, que é envolvido por sistema viário.

No contra-fluxo dessa tendência, em 1954, no bojo das comemorações do IV Centenário de São Paulo, é inaugurado o Parque do Ibirapuera, que até hoje é um dos maiores parques urbanos da cidade de São Paulo. A década de 1970 representa uma volta à inauguração de parques em diversas regiões da cidade, embora de forma diferente da planejada: geralmente nos espaços cedidos pelos novos empreendimentos imobiliários que compunham a expansão da mancha urbana.

O município de São Paulo conta, atualmente, com 51 parques municipais implantados, além de 51 em processo de implantação ou projeto dentro do *Programa 100 Parques para São Paulo*. Hoje, a cidade possui 17.507.766 m² em áreas de parques municipais, que equivalem a 1,13% da área do município. Com a implantação dos novos parques, aumentará em três vezes e a cidade passará a ter mais de 3% de seu território em parques municipais, o que reforça a necessidade de fortalecer a gestão desses espaços e caminhar para a implantação de um sistema de áreas verdes no município.

Durante as quatro oficinas e diversas reuniões realizadas no âmbito do presente projeto, os desafios e oportunidades para os parques urbanos como espaços de vivências importantes para o cidadão paulistano, concomitantes com a preservação ambiental, permearam grande parte dos debates. Não por acaso, a importância dessa combinação é marcante nos resultados da pesquisa realizada pelo Datafolha, com mais de 2 mil usuários em 38 parques da cidade.

A grande maioria dos entrevistados vai aos parques próximos de suas casas e a pé. Vai para lá caminhar, correr, andar de bicicleta, ou simplesmente descansar e vai também para participar de shows e tantas outras atividades que os parques de São Paulo – não todos, ainda – oferecem perto de casa ou como uma oportunidade para dar um passeio pela cidade e ir para um pedaço diferente dela no final de semana.

Apesar desse uso, ou quem sabe por causa dele, a saúde ambiental destes espaços – de sua mata, do córrego ou lago do parque, do lixo e locais para recicláveis, dos pássaros e outros animais que habitam o parque – é considerada fundamental para quase a totalidade dos entre-

vistados, que usam o parque para seu benefício e saúde, sem esquecer que para que isso aconteça o local também precisa estar saudável.

A pesquisa do Datafolha apresenta outros indicadores importantes para a gestão dos parques, como uma avaliação do grau de conhecimento dos usuários sobre como estes espaços são geridos, onde, apesar da grande maioria desconhecer os Conselhos Gestores – importantes espaços para a participação da sociedade nas decisões sobre a gestão do parque –, o grau de disposição para colaborar voluntariamente é alto (70% das pessoas estão dispostas a essa colaboração).

Vale destacar que para a maioria dos entrevistados a avaliação é que os parques são bem cuidados pela prefeitura. Outro aspecto interessante é que, apesar de as parcerias com iniciativa privada serem restritas a poucos parques da cidade, grande parte dos entrevistados (87%) são favoráveis a esse tipo de atuação conjunta.

Atualmente a gestão dos parques é feita pela SVMA. Os parques são reunidos em grupos por regiões da cidade, independente de seus tamanhos e atributos ambientais. O agrupamento está relacionado com a proximidade e disposição destes espaços na cidade, e com a administração conjunta dos contratos de manutenção, limpeza e segurança dos parques. Cada um dos parques conta com um administrador, que constitui o braço operacional da SVMA nos parques públicos.

Essa nova composição da gestão de parques teve início em 2005, quando a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente passou a selecionar como administradores para os parques pessoas que tivessem formação em meio ambiente. Para tal, foi realizado processo seletivo, exigindo curso superior e formação na área. Essa decisão resultou em um novo quadro de profissionais, responsáveis pelo bom funcionamento do parque e com conhecimento técnico, principalmente nas áreas biológicas. O acerto dessa decisão pode ser verificado pela alta taxa de aprovação da gestão desses espaços pela prefeitura por parte dos frequentadores dos parques, conforme dados obtidos pelo Datafolha para o presente projeto, como também pela verificação de um conjunto de ações inovadoras em diversos dos parques visitados pela equipe do projeto.

Os subsídios para a gestão apresentados nessa publicação tem como objetivo valorizar as especificidades e usos dos parques municipais, bem como a estrutura atual de gestão, e propor categorias e instrumentos

que possibilitem o aprimoramento constante da gestão. Nesse sentido, os parques existentes foram divididos em categorias de acordo com seu tamanho, atributos (naturais, históricos e de lazer) e especificidades. Da mesma forma, os procedimentos para a gestão foram divididos em programas comuns, ou seja, que devem acontecer em todos os parques, e instrumentos específicos de gestão, considerando os diferentes tipos de parques. Para cada instrumento, foram detalhados programas e ações, com propostas e recomendações para sua implementação resultantes do processo de discussão junto aos administradores.

Esta publicação está dividida em quatro capítulos. O primeiro descreve as atividades realizadas no âmbito do projeto, destacando os pontos fortes do processo de interação com os administradores de parques e técnicos da SVMA em um conjunto de oficinas.

O segundo capítulo procura sistematizar estudos e debates sobre o conceito de parques, a partir da história de implementação desses em São Paulo e a complexidade das funções que esses passaram a desenvolver conforme a cidade se urbanizava. Esse capítulo culmina abordando o projeto de Sistema de Áreas Verdes em São Paulo do Plano Diretor Estratégico (2002), apresenta o quadro atual dos parques existentes e destaca o *Programa 100 Parques para São Paulo*, reforçando a necessidade de estruturação da gestão dos parques municipais, uma vez que a área protegida triplicará com a implantação desse projeto.

A síntese dos resultados da pesquisa realizada pelo Datafolha com usuários dos parques é apresentada no terceiro capítulo. Foram realizadas 2.683 entrevistas, em média 70 por parque, em 38 parques, durante o período de 30 de maio a 9 de junho. Na quarta e última parte, são apresentados subsídios para a gestão atual e futura dos parques municipais em São Paulo. Essa proposta cria agrupamentos de parques por tipologia, considerando sua diversidade e, a partir desse agrupamento, propõe instrumentos e programas para todos os parques e para cada grupo de parques.

Essa publicação se destina aos gestores públicos, técnicos e membros dos conselhos gestores dos parques, responsáveis pela administração e manutenção dos parques urbanos municipais; aos gestores de outros municípios, preocupados com a gestão de seus parques; e também a todos os interessados na evolução das áreas protegidas e parques, na sua relação com a urbanização e com os cidadãos.

O processo de construção da proposta para gestão dos parques urbanos municipais em São Paulo

No sentido de construir uma proposta para a gestão dos parques municipais de São Paulo, foram realizadas, entre janeiro e julho de 2008, quatro oficinas e algumas reuniões com os administradores de parques e com departamentos da SVMA, bem como checagens de campo e levantamentos, além de estudos sobre o histórico de implementação, situação atual e perspectivas futuras para estes importantes espaços públicos de lazer, recreação e proteção ambiental na cidade de São Paulo.

Para tal, o processo teve início a partir da definição, em conjunto com o Departamento de Parques e Áreas Verdes (Depave 5), responsável pela gestão e administração dos parques municipais dentro da SVMA, de um plano de oficinas para elaborar subsídios para a gestão dos parques com um cronograma, metodologia adotada, responsáveis e convidados para cada evento.

Esse planejamento inicial foi importante para garantir o envolvimento dos administradores dos parques, apesar de não ter sido totalmente cumprido devido à necessidade de alteração e modificação das atividades previstas resultantes de incompatibilidade de agenda dos administradores dos parques, bem como de mudanças na direção do Depave ao longo do processo.

Neste sentido, vale destacar que a composição atual de administradores dos parques representa uma importante inovação na gestão e estes são os principais interlocutores para o sucesso de qualquer modelo de gestão que venha a ser adotado pelo município. Isto porque, ao reconhecer a dimensão e a quantidade de parques implantados em São Paulo, e ainda a implantar, a SVMA mudou o modelo de contratação dos administradores de parques, com o objetivo de contar com profissionais mais qualificados para desempenhar esta importante função. Para tal, foi realizada seleção, exigindo curso superior e formação na área. Essa decisão resultou em um novo quadro de profissionais, responsáveis pelo bom funcionamento do parque e com conhecimento técnico.

Destaques do processo

Foram realizadas quatro oficinas com os administradores, sob responsabilidade do ISA, e uma oficina nos parques sob responsabilidade dos administradores. A metodologia proposta nas oficinas teve como objetivo proporcionar a participação e colaboração dos atores envolvidos na gestão dos parques, e fornecer ferramentas para que estes pudessem trabalhar com os públicos específicos de seus parques, em um exercício de semear atividade cidadã, desenvolvido através da metodologia da árvore dos sonhos. Para essas oficinas foram produzidos alguns textos que podem ajudar em outros processos participativos, tais como: planejamento de atividades participativas e metodologia árvore dos sonhos.

Entre os principais temas debatidos durante as oficinas estão: comunicação de forma ampla, “gestão administrativa”; inserção da gestão dos parques no âmbito de um sistema de áreas verdes; integração do trabalho dos vários Depaves; zoneamentos dos parques, considerando o histórico do parque, infra-estrutura, educação ambiental, fauna e flora; ação integrada e coordenada com as diferentes secretarias municipais que exercem atividades nesses espaços; terceirização do manejo para substituir as espécies exóticas por nativa. A conversão desses temas em propostas de gestão é apresentada ao final dessa publicação.

A seguir são apresentados alguns destaques desse processo de oficinas.

O que é parque urbano?

A primeira oficina, realizada em 19 de março de 2008, contou com a participação de Vladimir Bartalini que apresentou uma síntese do conteúdo de seu doutorado intitulado “Parques Públicos Municipais de São Paulo – A Ação da Municipalidade no Provimento de Áreas Verdes de Recreação”¹, que descreve, dentre outros, a ação da municipalidade na criação e gestão de suas áreas verdes de recreação.

¹BARTALINI Vladimir Parques públicos municipais de São Paulo: ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação^{354f} Tese de Doutorado São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, 1999.

Entre os destaques da discussão está a análise do histórico da construção de áreas verdes de São Paulo, bem como a criação do Departamento de Parques e Áreas Verdes (Depave). Nessa retomada histórica, o autor destacou um momento em que os parques e áreas públicas abandonadas recebiam alguns equipamentos de lazer e arborização sem maiores critérios técnicos, uma vez que o objetivo parecia ser indicar a posse do local pelo poder público. Outras áreas não recebiam sequer equipamentos e eram apenas gradeadas, como forma de marcar a posse e a futura função desses espaços, muitas vezes após reiterados pedidos dos moradores do entorno, querendo evitar que no local fossem depositados lixo ou entulho.

Outro ponto de destaque do trabalho apresentado foi uma pesquisa de campo realizada entre 1998 e 1999 em oito parques municipais: Aclimação, Anhangüera, Carmo, Guarapiranga, Ibirapuera, Luz, Piqueri e Previdência. O objetivo da pesquisa foi avaliar o grau de atratividade destes parques sobre seus usuários. Entre os resultados destacados pelo pesquisador estão a problematização do que é a função de um parque e ampliação do conceito de recreação.

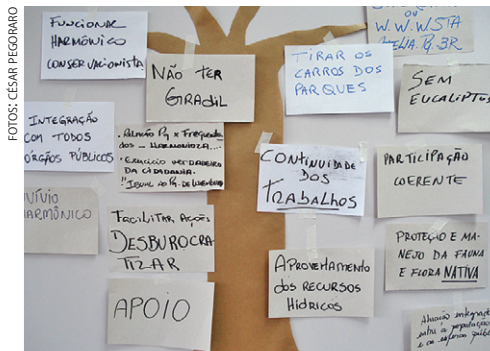
Seguindo a metodologia proposta para envolver os administradores e fornecer subsídios para a gestão, após a exposição do trabalho, foi realizada a atividade com os administradores, em que eles relataram o histórico de seus parques, destacando alguns elementos, tais como: se este tinha sido uma praça e se transformado em parque; se era área pública abandonada que se transformou em parque ou se surgiu enquanto remanescentes de chácaras ou sítios antigos; e se a implantação do parque foi resultado de conquista a partir de mobilização comunitária. Este exercício foi muito importante, já que apropriar-se do histórico de seu parque é uma das maneiras de entender as relações existentes no local e seus frequentadores.

O debate resultante dessa oficina resultou em texto sobre conceito de parques urbanos, que é apresentado na introdução do próximo capítulo.

Construção coletiva de informações

No sentido de complementar os levantamentos e compor uma base de dados sobre os parques municipais, além da participação nas ofici-

Roda de apresentação dos administradores na primeira oficina realizada.



Detalhe da árvore dos sonhos construída pelos administradores.

nas, os administradores dos parques forneceram um conjunto de informações sobre os mesmos, que foram sistematizadas. Outra fonte importante utilizada foi o documento “Subsídios para Formulação dos Planos de Gestão dos Parques Municipais”² que se destina a auxiliar na formulação dos Planos de Gestão dos parques municipais existentes, em implantação e em projeto e a partir da experiência de cada administrador de parque. Todas as informações sistematizadas serão disponibilizadas no site da SVMA (www.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/meio_ambiente), ampliando a base de dados já disponível sobre os parques municipais.

Com o objetivo de complementar informações sobre os parques e, sobretudo, para melhorar o entendimento em relação à gestão administrativa e fluxo de informações entre os administradores e a estrutura da SVMA, foi aplicado questionário junto aos administradores e Depave. O resultado deste questionário foi sistematizado e utilizado nas reflexões para propor as diretrizes.

²Coordenadoria de Planejamento Ambiental e Ações Descentralizadas (COPLAN)/Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA). Subsídios para Formulação dos Planos de Gestão dos Parques Municipais. São Paulo, 2008.

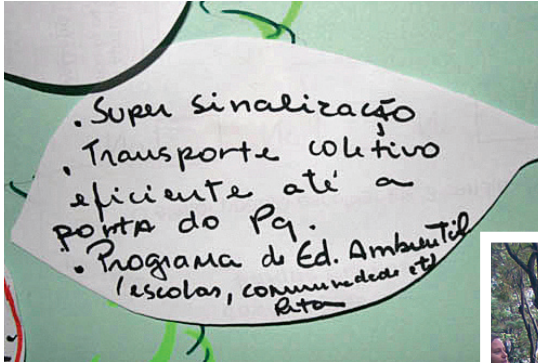
Metodologia e oficina “Árvore dos sonhos”

A segunda oficina realizada em 26 de março de 2008 teve como proposta preparar os administradores para desenvolver a atividade com integrantes do conselho gestor e comunidades freqüentadores de seus respectivos parques. Para tal, foi proposta a metodologia da “árvore dos sonhos”. Para essa oficina foram preparados textos que explicavam a dinâmica e também que orientam sobre como preparar uma atividade formativa, fornecendo subsídios metodológicos para atividade.

Essa oficina resultou em uma série de oficinas nos parques, realizadas entre 12 e 21 de abril de 2008, promovidas pelos administradores. Cerca de 19 oficinas com a metodologia da “árvore dos sonhos” foram realizadas nos parques e sistematizadas: Parque Alfredo Volpi, Parque Anhanguera, Parque Buenos Aires, Parque Burle Marx, Parque do Carmo, Parque Ecológico Vila Prudente, Parque Ermelino Matarazzo, Parque Eucaliptos, Parque do Guarapiranga, Parque Jd. Felicidade, Parque Lions Clube Tucuruvi, Parque Luiz Carlos Prestes, Parque da Luz, Parque da Previdência, Parque Raposo Tavares, Parque Rodrigo de Gásperi, Parque Santo Dias, Parque Severo Gomes, Parque Jacintho Alberto.

Ao realizarem as vivências do “Muro dos Desafios ” e da “Árvore dos Sonhos”, eles abriram espaço para que os usuários pudessem dar sua opinião, falar o que pensam e dar suas sugestões para a gestão dos parques. Os temas foram espontâneos e trataram de questões como a infra-estrutura dos parques, das suas ofertas de lazer, cultura, atividades físicas, cursos das mais variadas áreas, desde profissionalizantes à educação ambiental. Houve também, em menor proporção, preocupações em relação à qualidade dos recursos naturais presentes nos parques: matas, água, animais. Nestes casos os usuários se referiam à importância destes elementos da “natureza” para a qualidade do ar, para o lazer prazeroso, para o abastecimento de água e outros argumentos que os levam a considerar importante “preservar a natureza”.

A análise dos resultados destas atividades foi realizada na quarta oficina realizada em 21 de maio de 2008, com destaque para a constatação de que a maioria dos frequentadores dos parques têm dificuldade de compreender o parque como equipamento específico e diferenciado de clubes ou equipamentos de esportes e cultura. Em consequência



Detalhe de uma das folhas da árvore dos sonhos construída pelos usuários do Pq. Anhanguera.



Apresentação da árvore construída pelos usuários do Parque Rodrigo de Gasperi.

desta constatação, foi debatida a necessidade de envolver as demais secretarias municipais em atividades conjuntas, desenhando melhor as funções desenvolvidas por cada espaço e com todos os espaços.

Outro ponto de destaque diz respeito às atividades de formação realizadas nos parques, como cursos, existência de equipamentos como bibliotecas, que ora parecem faltar na região ora parecem estar longe ou desconhecidos do público demandante ora parecem não estar nas mesmas condições de acesso que os parques.

Seminários nos Parques

Esses não fizeram parte das atividades do plano de gestão, mas ocorreram simultaneamente. Os administradores organizaram um processo de seminários, cujos participantes foram os próprios administradores, os estagiários que trabalham nos parques, a comunidade, técnicos da prefeitura e da SVMA e convidados. Esses seminários colaboraram para trazer temas e trabalhos já realizados por alguns deles, nos seus parques, para dialogar com as propostas para a gestão dos parques.

Para exemplificar, sem a pretensão de dar conta da diversidade e da alta qualidade de conteúdo dos seminários, um destes seminários aconteceu no Parque do Trote e começou com painéis colocados entre as árvores, nos quais os estagiários e administradores de parques apresentavam as atividades desenvolvidas por eles nos parques. Um destes trabalhos, por exemplo, foi da pesquisa com usuários feita no Parque Chácara das Flores, que mostrou que havia um preconceito dos moradores próximos ao parque, que o consideravam como um espaço onde acontecem situações de violência, no entanto, depois de um trabalho de reforço da segurança e aproximação maior com os moradores, notou-se que essa situação vem mudando e que o preconceito está sendo aos poucos superado.

Certamente esse processo de seminários ajudará na continuidade do processo iniciado no PAVS.



Playground do Parque Buenos Aires. Uma função importante dos parques municipais, servir como espaço de lazer e recreação principalmente para as crianças

Visitas aos parques

Foram realizadas 22 visitas técnicas aos parques, que possibilitaram a comparação entre os dados verificados em campo com informações obtidas de forma indireta através de questionários junto aos administradores e ao Depave. Para as visitas, foram priorizados os parques menos conhecidos (pela distância ou por terem sido implantados há pouco tempo).

Os parques visitados: Parque Chico Mendes, Parque Santa Amélia, Parque Chácara das Flores, Parque Raul Seixas, Parque Piqueri, Parque Vila Guilherme ou Trote, Parque Lions Club Tucuruvi, Parque da Aclimação, Parque Nabuco, Parque Severo Gomes, Parque Guarapiranga, Parque Santo Dias, Parque Burle Marx, Parque Cemucam, Parque Raposo Tavares, Parque Luiz Carlos Prestes, Parque dos Eucaliptos, Parque Vila dos Remédios, Parque São Domingos, Parque Cidade Toronto, Parque Jardim Felicidade, Parque Rodrigo de Gásperi.

Os aspectos mais relevantes identificados nestas visitas são descritos a seguir:

Diversidade dos parques – ficou patente a diversidade dos parques, tanto no que se refere às suas dimensões, quanto às funções e serviços prestados ou bens a proteger, como: serviços ambientais (água, biodiversidade, controle de temperatura e outros), serviços para o lazer e qualidade de vida das populações do entorno (lazer, contemplação, atividades físicas e culturais e outros) e preservação de patrimônio histórico da cidade.

Importância da iniciativa dos administradores – nas visitas foi possível verificar e confirmar o papel fundamental destes profissionais, com destaque para as iniciativas, zelo pelo bom funcionamento dos parques, bem como articulações institucionais e programas.

Parcerias com outras secretarias e entidades – compreende o uso dos parques por diversas outras instituições públicas e de entidades comunitárias. Em muitos parques visitados, foi possível verificar que a presença de equipamentos como Telecentros, Centro de Convivências e Cooperativas (Cecco) são importantes para a frequência dos usuários dos parques.



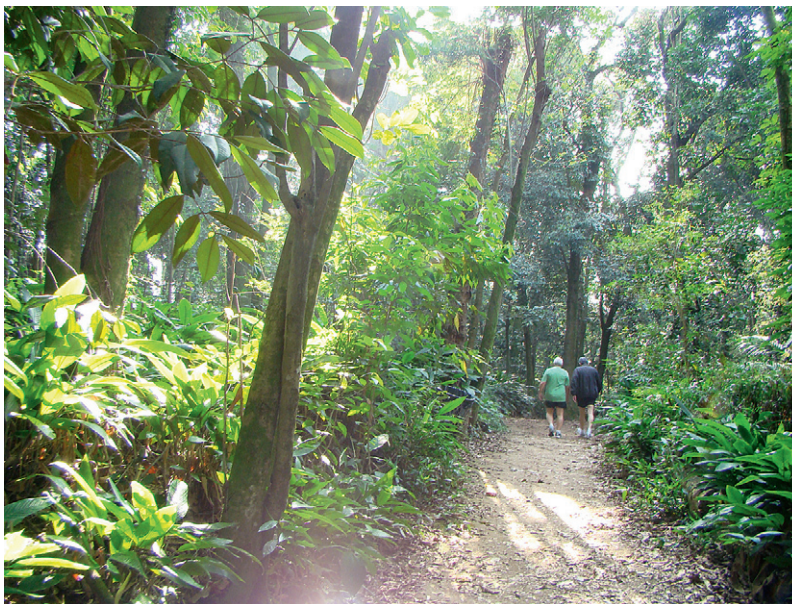
Situação de poluição do córrego que passa dentro do Parque Chácara das Flores. Demonstra a importância de incorporar os corpos d'água existentes em parques públicos nos programas de recuperação e conservação.



Mural com informações sobre Educação Ambiental dentro do Parque Alfredo Volpi.



Museu Afrobrasil que se localiza dentro do Parque do Ibirapuera. Demonstra uma das diversas funções deste parque, abrigar equipamentos culturais importantes da cidade.



Trilha na mata existente no Parque Alfredo Volpi. Indicando outra importante atividade realizadas nos parques, as práticas esportivas.

Presença de elementos naturais – em quase todos os parques visitados, existe a presença de algum elemento natural em diferentes estágios de conservação ambiental, como um córrego, nascentes ou fragmento de mata. A presença de algum corpo d'água é mais significativa, alguns inclusive com problemas de poluição. Isto demonstra a importância da inclusão dos corpos d'água presentes em parques públicos, bem como dos projetos de recuperação e conservação como, por exemplo, o Projeto Córrego Limpo da Sabesp, uma vez que, além da sua função natural, a recuperação destes corpos d'água é um adicional para o lazer e a contemplação dos frequentadores destes parques.

Preparação e apresentação da pesquisa com usuários

Ao questionário elaborado para a pesquisa com usuários foram incorporadas algumas questões apontadas pelos administradores. Após a realização da pesquisa, realizada com usuários nos 38 parques em funcionamento na cidade, ela foi apresentada em oficina onde iniciou-se um processo de discussão e amadurecimento das mesmas no sentido de elaborar um cronograma com prioridades para a implantação, a partir dos subsídios para a gestão dos parques. Os resultados da pesquisa são apresentados no capítulo III dessa publicação.

Os parques urbanos municipais de São Paulo

Durante o processo de construção de subsídios para a gestão dos parques municipais de São Paulo descrito no capítulo anterior, uma das principais questões debatidas foi a conceituação de parques públicos urbanos municipais. O texto a seguir é resultado desta discussão, e apresenta uma retomada histórica do conceito de parque ligado às suas funções em diferentes momentos e em função de sua criação, bem como uma apresentação do quadro atual em relação à preservação e aos parques existentes e propostos.

O conceito de parque a partir de sua criação

PARQUE COMO ESPAÇO DE LAZER

Para os paisagistas, sanitaristas, arquitetos, biólogos, enfim, os que se aventuraram em definir o que é um parque, é clara a diferença de concepção. Esta por sua vez parece estar relacionada com a expectativa de como consideram o meio ambiente – se como natureza, como problema, como recurso – e como se dá a relação com ele a partir dessa definição. Outro aspecto que também parece influenciar esta concepção está relacionado com a gênese do espaço, ou seja, se foi um espaço originário de um loteamento, ou de uma praça, as expectativas sobre ele parecem ser diferentes das que recaem sobre um lugar desapropriado, grandes áreas de mata preservada.

A análise do surgimento dos parques em São Paulo é abordada por alguns autores atuais, como Castelnou (2006), como Rosa Klíias (1993), como Vladimir Bartalini (1999) que reforçam a idéia de parque urbano como local para o lazer e, para isso, apóiam-se na evolução do lazer em São Paulo.

“A noção de “parque” associa-se à de uma área extensa, cercada e com elementos naturais; na acepção mais antiga, datada do século X na Inglaterra, destinava-se à caça ou à guarda de ani-

mais. Posteriormente, a noção estendeu-se a pastos e bosques ornamentais existentes ao redor das casas de campo. Ao longo do tempo, apresentou-se como outra forma de apropriação do espaço público urbano e como produto direto de uma nova função: o lazer. Hoje, como descreve Kliass (1993), os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais". (Castelnou, 2006)¹.

Castelnou (2006) destaca no texto acima a importância da função do lazer para os parques. Nesse sentido, dialoga com Vladimir Bartalini (1999)² que é um dos autores que vai olhar para a função do lazer e sua evolução para relacioná-la com os diversos usos que um parque pode abrigar a partir da evolução do lazer em São Paulo. Bartalini coloca:

"Estudos mais recentes da história do lazer em São Paulo localizam na década de 1970 a "proliferação discursiva" sobre a necessidade e os benefícios do lazer, considerado como forma positiva do uso do tempo livre em oposição ao ócio, este associado à indolência, ao atraso."

Ele afirma que, à reboque de uma tendência observada em outros países – especialmente grandes cidades nos Estados Unidos como Nova Iorque, Chicago e São Francisco onde os parques das cidades se caracterizavam como solução para a demanda cada vez maior de espaços para o lazer –, São Paulo, na década de 1970, começa a utilizar suas áreas verdes como espaços de práticas diversas de lazer: atividades esportivas e recreativas viabilizadas para todas as classes sociais, com a implantação de quadras poliesportivas, pistas de cooper, equipamentos de ginástica em áreas verdes públicas.

Kliass (1993)³, ao definir parque urbano em São Paulo, reforça a função lazer e afirma que os parques urbanos responderam às demandas

1 CASTELNOU: Antonio Manuel Nunes: "Parques urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo". Em: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo: Belo Horizonte. v. 13, n. 14, p. 53073, dez. 2006.

2 BARTALINI: Vladimir: Parques Públicos Municipais de São Paulo – A ação da municipalidade no provimento de Áreas Verdes de recreação. São Paulo: Tese de Doutorado. 1999.

3 KLIAS: Rosa Grena: Parques urbanos de São Paulo. São Paulo: Pini. 1993.

de equipamentos para as atividades de recreação e lazer decorrentes da intensificação da expansão urbana e do novo ritmo introduzido pelo tempo artificial, da cidade industrial, em contraposição ao tempo natural, da vida rural. São, ao mesmo tempo, espaços amenizadores das estruturas urbanas, compensadores das massas edificadas. Em síntese, são uma resposta ao modo de vida industrial e sua forma de espacialização.

Segundo Bartalini (1999), há uma evolução na forma de lazer exercida que se reflete nos espaços que abriga. Na década de 1980, se fortalecem novas práticas de lazer, baseadas no desempenho corporal e na recuperação da fadiga mental, estas encontram lugar e passam a acontecer também nos parques públicos.

No entanto, a década de 1980 é um momento de inflexão, onde os parques em São Paulo passam a não se resumir apenas a lugares voltados para atividades de lazer e passaram a ser criados para atender outras necessidades como é o caso de vários parques estaduais na cidade de São Paulo: função primordial de proteção aos mananciais no caso da Cantareira, Capivari-Monos, Fontes do Ipiranga, Serra do Mar; função de produção de espécies para reflorestamento no caso do Horto Florestal. Nesses casos, quando presente, o atendimento ao lazer é função secundária (Bartalini, 1999).

GÊNESE DOS PARQUES EM SÃO PAULO

A história de como foram criados os parques em São Paulo constitui um importante subsídio para a compreensão dos mecanismos que possibilitaram a sua criação – e até mesmo um período sem criação – e também das expectativas dos cidadãos sobre esses espaços.

Klias (1993)⁴, ao definir parque urbano em São Paulo, retoma a evolução dos mesmos e mostra mudanças na concepção de parques. Para tal analisa propostas de desenhos de parques resultantes dos modelos de intervenção nas cidades européias e americanas. Em termos de gênese, a autora coloca que os parques ingleses foram criados a partir de dois processos distintos: a absorção dos grandes espaços representados pelo jardim dos palácios que foram abertos ao público; e empreendimentos imobiliários promovidos pela iniciativa privada, os “square”.

⁴ KLIAS: Rosa Grená: Parques urbanos de São Paulo- São Paulo: Pini, 1993.

Já os parques parisienses, de Haussman, são sistemas de parques urbanos constituídos por áreas verdes em diferentes escalas, interligadas por grandes avenidas, ou seja, são parte do planejamento da cidade, a partir de um modelo centrado em grandes avenidas. Para a implementação e manutenção desses parques foi criada uma estrutura administrativa.

Os parques americanos se inserem na estrutura urbana através da utilização de seu potencial paisagístico. Fazem parte de um sistema de áreas verdes integradas por avenidas parques e preservando vales e beira-rios, estilo parques lineares.

Segundo a autora, em São Paulo, a evolução dos parques esteve intimamente relacionada com a cidade que se queria viver e os modelos internacionais transpostos para nossa realidade. Essas transposições passam, por exemplo, pelas praças e jardins projetados junto com os projetos de cidade higienista feitos para São Paulo; passam também por processos de criação de “cidades-jardins”, que no caso de São Paulo, se fez representado pelos bairros-jardins, como Jardins e Alto da Lapa.

O primeiro parque da cidade de São Paulo foi o Jardim Público, hoje o Parque da Luz, que data de 1825. Nesse momento, São Paulo era envolvida por um cinturão de sítios e chácaras habitados pelos senhores mais abastados que constituía a reserva de expansão urbana da cidade.⁵ Nos séculos que seguiram foram rompendo, gradativamente, os limites do núcleo urbano de São Paulo e a cidade se expandiu para além das colinas do Tamanduatehy e Anhangabaú. Porém a cidade não se expande em termos de arruamento, mantendo a mesma estrutura, mesmo no auge do ciclo do café.

Na virada do século, São Paulo ganha população. Com a chegada da estrada de ferro Santos-Jundiaí (1867), a cidade do início do século já é a do centro dos negócios do café, transformando seu núcleo urbano com a instalação de instituições bancárias, residências dos barões do café, transformação dos edifícios e com obras de embelezamento, que por muitas vezes inseriram nos seus desenhos as primeiras praças urbanas. Nos anos 1910 e 1920, a cidade estrutura-se e começa uma série de estudos que visavam sanear a cidade, evitar enchentes, obras higienistas

⁵Umadasreservascederiaespaçoaumdosprimeiros loteamentosresidenciaiseaumparqueodaAclimação⁽¹⁹³⁹⁾.

que foram acompanhadas de implantação de jardins e praças embelezadores, através de estudos de Saturnino de Brito.

As mudanças na concepção de parques em São Paulo se iniciam a partir da Primeira Guerra Mundial (1911-1914), com surtos de modelos de urbanização em que os parques ganham muita importância e uma nova linguagem paisagística correspondente às tendências nas artes e na arquitetura Art Decó. Essa mudança urbana, de uma certa forma, organiza a cidade para a primeira fase da industrialização paulistana: ocupam as várzeas e terras baixas, há uma aceleração no processo de incorporação das chácaras e sítios à malha urbana. Há também a instalação dos bondes, que atendiam a população urbana, privilegiando para suas paradas e linhas os espaços de áreas verdes, os largos e praças.

Nos anos 1930, São Paulo é objeto de diversos planos. É feito o Plano de Avenidas, que definia uma estrutura viária para a cidade, com avenidas radiais e anéis viários interligando-as de forma que a cidade pudesse crescer infinitamente. O Plano previa marcos visuais, projetos urbanísticos para as principais avenidas e eixos estruturantes e possuía um apêndice referente a parques urbanos, além da previsão de obras para a retificação do Tietê e Pinheiros, obras essas que seriam acompanhadas de áreas verdes, com um sistema de parques, jardins e espaços recreativos. Esse projeto dá origem à idéia do parque náutico na várzea do Tietê. O Plano começa mesmo a ser implantado em meados da década de 1930 e as obras ficam mais intensas em 1937, na gestão do Prefeito Prestes Maia, seu idealizador.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi introduzida uma nova concepção urbanística, incorporando ideais da Carta de Atenas, que passou a considerar de forma gradual as questões ambientais e de preservação do patrimônio cultural e paisagístico, contribuindo para revigorar as propostas de valorização das áreas verdes nos centros urbanos e de conservação de seus espaços naturais.

É um novo momento para a cidade, em sua segunda fase industrial, cuja localização das áreas industriais passam a estar associadas às rodovias e migram para a região Sul da cidade, ABC Paulista, dentre outras. É um período onde a população cresce vertiginosamente e as intervenções do poder público procuram dar conta de sustentar um modelo de crescimento da mancha urbana e a formação de uma grande periferia ligada à atividade industrial.



FOTOS: CLAUDIO TAVARES

Entrada do Parque da Aclimação e placa comemorativa de seu centenário. O Parque foi um dos primeiros a ser aberto em São Paulo, em 1892.



Ponte sobre o lago (no detalhe) do Parque do Ibirapuera, um dos símbolos deste parque.

Aos poucos as potenciais áreas para parques vão sendo incorporadas ao uso urbano como, por exemplo, as áreas marginais dos rios vão sendo apropriadas e incorporadas às avenidas marginais. É o caso também do Parque Dom Pedro II, que é envolvido por sistema viário.

No contra-fluxo dessa tendência, é inaugurado o Parque do Ibirapuera, em 1954, em um enorme terreno e até hoje um dos maiores parques urbanos de São Paulo, entregue no bojo das comemorações do IV Centenário de São Paulo.

Mas foi no final da década de 1960 e início dos anos 70 que se começou a planejar áreas e espaços verdes para recreação, baseado na necessidade de dar conta de equipamentos e áreas de lazer para uma população que crescia vertiginosamente. Entre 1967 e 1969, desenvolveu-se o Plano de Áreas Verdes de Recreação, baseado na necessidade de diagnosticar a realidade urbana, que resultou em uma divisão da cidade em 25 zonas, cada uma delas com propostas de implementação de áreas verdes de recreação, obedecendo algumas tipologias: parque de vizinhança, parque de bairro, parque setorial e parque metropolitano. O dimensionamento dos parques resultou dos estudos de demanda para atender a comunidade do entorno.

O plano definia um sistema integrado de parques que previa 29 parques setoriais distribuídos pela malha urbana, onde os de maior escala poderiam conter funções não atendidas pelos de menor escala. O plano era uma ação na contra-mão: enquanto a cidade crescia de forma a aniquilar e ocupar com outros usos os espaços previstos para parques, o plano procurava reservar áreas para que fossem espaços de lazer.

A década de 1970, como mostra a tabela 1, representa uma volta à inauguração de parques em diversas regiões da cidade, embora, de forma diferente da planejada, ocorrendo geralmente nos espaços cedidos pelos novos empreendimentos imobiliários que compunham a expansão da mancha urbana.

Klias (1993) apresenta como uma característica de São Paulo o fato que, além da implantação de parques feita pelo poder municipal ou pelo Estado, há inúmeros criados pela iniciativa privada, como é o caso do Parque Tenente Siqueira Campos, que foi um parque privado por 20 anos e que se tornou área municipal, ou o Parque da Aclimação, que tornou pública uma área anteriormente privada. Há diversos casos em que a implementação dos parques se dá a partir da alienação ou com-

pra de glebas pertencentes a particulares, a partir das suas características paisagísticas como, por exemplo, os parques do Carmo, Piqueri e Anhanguera. E finalmente, alguns parques são resultados de áreas com funções designadas em loteamentos, como o Parque Guarapiranga. A tabela 1 indica todos os parques municipais abertos e seu ano de implantação no município de São Paulo.

Atualmente, há um Sistema de Áreas Verdes previsto no Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE), estabelecendo as bases para a sua efetiva criação; somado a este, cabe destacar iniciativa da Prefeitura de ampliar as áreas de parques, através de ação denominada *Programa 100 Parques para São Paulo*, além de outras iniciativas de criação de parques lineares.

Desta forma, é possível afirmar que a criação de parques em São Paulo acontece hoje de diferentes maneiras: a partir dos pressupostos do PDE; a partir de grandes áreas preservadas, implementando Unidades de Conservação; através da transformação de praças em parques, alterando o seu caráter;⁶ há também parques que nasceram de uma iniciativa privada e possuem gestão compartilhada – como é o caso do Parque Lina e Paulo Raia ou do Parque Burle Marx – que apresentam uma nova forma de gestão de parques, combinando iniciativa privada e pública.

Considerando a complexidade de situações de preservação que já se apresentava desde a década de 1980 – seja em relação à sua gênese, dimensões e diferentes situações –, já havia uma clara necessidade de um planejamento das áreas preservadas que fosse feito de forma integrada. Esse planejamento aconteceu apenas em 2002, quando iniciou-se a elaboração do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE) – Lei Municipal nº 13.430/02 –, dos Planos Diretores Regionais (PDRs) e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) – Lei Municipal nº 13.885/04 –, os três aprovados entre os anos de 2002 e 2004, em um largo processo de debates.

O objetivo de um plano diretor é organizar o crescimento e o funcionamento da cidade como um todo, incluindo-se aí as zonas urba-

⁶O cercamento a administração e grama próprias diferenciam parques de praças mas a tipologia urbano ambiental ainda não está claramente definida. Há também parques que são jardins ou reservas pequenas inseridas na cidade urbanizada cujas características são mais próximas de jardins urbanos do que de parques inicialmente concebidos como tais.

TABELA 1. Parques municipais de São Paulo por ordem de data de criação

	Parque	Implantação	Área (m ²)
1	Luz	1825	113.400
2	Ten. Siqueira Campos (Trianon)	1892	48.000
3	Buenos Aires	1913	25.000
4	Aclimação	1939	112.200
5	Ibirapuera	1954	1.584.000
6	Alfredo Volpi	1966	142.400
7	Cemucam	1968	904.691
8	Guarapiranga	1974	152.605
9	Carmo	1976	1.500.000 + 89 hectares da APA
10	Piqueri	1978	97.200
11	Nabuco	1979	31.300
12	São Domingos	1979	80.000
13	Previdência	1979	91.500
14	Anhanguera	1979	9.500.000
15	Vila dos Remédios	1979	109.800
16	Rodrigo de Gásperi	1980	39.000
17	Raposo Tavares	1981	195.000
18	Lions Club Tucuruvi	1987	23.700
19	Vila Guilherme	1988	62.000
20	Chico Mendes	1989	61.600
21	Raul Seixas	1989	33.000
22	Severo Gomes	1989	34.900
23	Independência	1989	161.300 + 21.188 que serão incorporados
24	Jardim Felicidade	1990	28.800
25	Luís Carlos Prestes	1990	27.100
26	Santo Dias	1991	134.000
27	Cidade de Toronto	1992	109.100
28	Santa Amélia	1992	34.000
29	Eucaliptos	1995	15.448
30	Burle Marx	1995	138.279
31	Lina e Paulo Raia	1997	15.000
32	Chácara das Flores	2002	41.738
33	Ermelino Matarazzo	2005	5.000
34	Ecológico Prof ^a Lydia Natalizio Diogo	2005*	60.000
35	Colinas de São Francisco	2005*	49.053
36	Cordeiro	2007*	34.000
37	Linear Ipiranguinha	2007	10.000
38	Linear de Parelheiros	2007	16.000
39	Linear Tiquatira	2007**	320.000
40	do Trote	2007	121.984
41	Victor Civitta	2008	14.000
42	São José	2008	95.000
43	Natural Quississana	2008	26.921
44	Linear Itaim	2008	21.000
45	Linear do Rapadura	2008	70.000
46	Shangrilá	2008	75.643
47	do Povo	2008	134.000
48	Linear do Fogo	2008	30.000
49	Linear do Aricanduva	2008	125.000
50	Jacinto Alberto	2008	40.910
51	Vila do Rodeio	2008*	613.200

* Esses parques receberam alguns equipamentos em 2005, mas apenas em 2007 e 2008 tiveram administrador, vigilância e manutenção - permitindo a inauguração do equipamento como parque
 ** Este parque já existia anteriormente - porém teve seu decreto de criação publicado em 2008.

Fonte: Dados da SVMA²⁰⁰⁸, disponíveis em www.prefeitura.sp.org.br/svma/100_parquesOrganizadoPorISA.

na e rural. Após a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), os planos diretores passam a ganhar importância pois são eles que deverão elencar e detalhar como os instrumentos do Estatuto da Cidade podem ser aplicados no território municipal.

No caso do PDE, o seu resultado mostra uma preocupação em criar, de forma associada ao desenvolvimento da cidade, um Sistema de Áreas Verdes. Seu texto descreve uma política (Art. 58)⁷, estabelece diretrizes (Art. 59)⁸ e ações estratégicas (Art. 60)⁹ para o que chama de “áreas verdes”. Faz o mesmo em relação aos recursos hídricos, buscando sua preservação e recuperação (Art. 61 a 63); e incorpora em outros temas, diretrizes relativas às áreas verdes, como energia e iluminação pública, por exemplo, a implementação de programas de iluminação de áreas verdes previstas em conjuntos habitacionais e loteamentos (Art. 75, inciso VI).

O plano apresenta como um conceito básico:

“III – as Áreas Verdes, que constituem o conjunto dos espaços arborizados e ajardinados, de propriedade pública ou privada, necessários à manutenção da qualidade ambiental e ao desenvolvimento sustentável do Município” (Lei Municipal nº 13.430/02, Art. 101, § 2º, III).

7 “São objetivos da política de Áreas Verdes: ampliar as áreas verdes: melhorando a relação área verde por habitante no Município; assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental nas áreas integrantes do sistema de áreas verdes do Município” (Lei Municipal nº 13.430/02, Art. 58).

8 “São diretrizes relativas à política de Áreas Verdes: o adequado tratamento da vegetação enquanto elemento integrador na composição da paisagem urbana; a gestão compartilhada das áreas verdes públicas significativas; a incorporação das áreas verdes significativas particulares ao Sistema de Áreas Verdes do Município vinculando as ações da municipalidade destinadas a assegurar sua preservação e seu uso; a manutenção e ampliação da arborização de ruas criando faixas verdes que conectem praças, parques ou áreas verdes; a criação de instrumentos legais destinados a estimular parcerias entre os setores público e privado para implantação e manutenção de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados; a recuperação de áreas verdes degradadas de importância paisagística ambiental; o disciplinamento do uso nas praças e nos parques municipais das atividades culturais e esportivas; bem como dos usos de interesse turístico compatibilizando o usoocaráteressencial desses espaços; a criação de programas para a efetiva implantação das áreas verdes previstas em conjuntos habitacionais e loteamentos” (Lei Municipal nº 13.430/02, Art. 59).

9 “São ações estratégicas para as Áreas Verdes: implantar áreas verdes em cabeceiras de drenagem e estabelecer programas de recuperação; implantar o Conselho Gestor dos Parques Municipais; instituir a Taxa de Permeabilidade de maneira a controlar a impermeabilização; criar interligações entre as áreas verdes para estabelecer interligações de importância ambiental regional; criar programas para a efetiva implantação das áreas verdes previstas em conjuntos habitacionais e loteamentos; implantar programas de arborização nas escolas públicas municipais; utilizar áreas remanescentes de desapropriações para a implantação de Parques e Praças; estabelecer parceria entre os setores público e privado por meio de incentivos fiscais e tributários para a implantação e manutenção de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados atendendo a critérios técnicos de uso e preservação das áreas estabelecidos pelo Executivo Municipal; elaborar mapa de áreas verdes do Município identificando em cada distrito as áreas do Sistema de Áreas Verdes” (Lei Municipal nº 13.430/02, Art. 60).

O Plano Diretor institui o Sistema de Áreas Verdes:

“Art. 131 - O Sistema de Áreas Verdes do Município é constituído pelo conjunto de espaços significativos ajardinados e arborizados, de propriedade pública ou privada, necessários à manutenção da qualidade ambiental urbana tendo por objetivo a preservação, proteção, recuperação e ampliação desses espaços” (Lei Municipal nº 13.430/02, Art. 131).

E considera como integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município todas as áreas verdes existentes e as que vierem a ser criadas, de acordo com o nível de interesse de preservação e proteção, compreendendo as seguintes categorias: áreas verdes públicas de Proteção Integral (parques e reservas); áreas verdes públicas ou privadas de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural; parque urbano e praça pública); áreas de especial interesse públicas ou privadas: área ajardinada e arborizada localizada em logradouros e equipamentos públicos; chácaras, sítios e glebas; cabeceiras, várzea e fundo de vale; espaço livre de arruamentos e áreas verdes de loteamentos; cemitérios; áreas com vegetação significativa em imóveis particulares.

Vale destacar que a idéia de preservação e manutenção da qualidade ambiental não está presente apenas na política para áreas verdes do PDE, mas também na política para recursos hídricos, por exemplo, quando explicita objetivos, diretrizes e ações estratégicas do Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'Água e Fundos de Vale (Art.106 a 108), onde define que será necessária “a implantação dos parques lineares contínuos e caminhos verdes a serem incorporados ao Sistema de Áreas Verdes do Município” (Art. 106), e assim, define o que serão os parques lineares e caminhos verdes:

“ § 1º - Parques lineares são intervenções urbanísticas que visam recuperar para os cidadãos a consciência do sítio natural em que vivem, ampliando progressivamente as áreas verdes.



Lago dentro do Parque Chico Mendes aberto em 1989. Este é um exemplo de parque implantado a partir da década de 1970 em regiões mais periféricas do município.



Quadra poliesportiva no Parque Santo Dias, outro exemplo de parque implantado em áreas periféricas do município.

§ 2º - Os caminhos verdes são intervenções urbanísticas visando interligar os parques da Cidade e os parques lineares a serem implantados mediante requalificação paisagística de logradouros por maior arborização e permeabilidade das calçadas" (Art. 106, § 1º e 2º).

Nesse momento, o plano diretor cria uma nova categoria, diferenciada de "áreas verdes", que são os parques lineares, também delimitados como Área de Intervenção Urbana no zoneamento da Luos. O conceito de parque linear se define a partir de uma tipologia que acompanha a rede hídrica. Essa categoria, parques lineares, será incorporada rapidamente pela gestão pública e hoje temos sete parques lineares implantados e 22 em implantação e em projeto, totalizando 29 parques lineares propostos pela gestão atual. Veja a tabela 2.

Além de criar novas categorias, o PDE estabelece instrumentos que poderão colaborar na preservação de áreas verdes, como a Transferência do Direito de Construir e o Direito de Preempção, seguindo os preceitos preconizados no Estatuto da Cidade como, por exemplo, o que determina como finalidades para aplicação do Direito de Preempção a criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes e criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental (Lei Federal 10.257/01, Art. 26, inciso VI e VII). São esses instrumentos, os considerados instrumentos urbanístico-ambientais, a saber: Transferência de Potencial Construtivo; Áreas de Intervenção Urbana; Direito de Preempção; Concessão Urbanística; Licenciamento ambiental; Termo de Compromisso Ambiental (TCA); Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta Ambiental; Zoneamento ambiental; Avaliação Ambiental Estratégica; Planos de bairro.

Por fim, o zoneamento resultante dos planos diretores regionais e da Luos, estabelece zonas e áreas específicas (ou não) para a preservação, a saber:

- 1. Zoneamento de uso e ocupação do solo dentro da Macrozona de Proteção Ambiental:** Zona Mista de proteção (ZMp), Zona de Proteção e Desenvolvimento Sustentável (ZPDS), Zona de Lazer e Turismo (ZLT), Zona Exclusivamente Residencial de Proteção Ambiental

TABELA 2. Parques lineares por área, região na cidade e data de implantação

Parque	Região	Subprefeitura	Área (m ²)	Situação	Data de abertura
Linear Tiquatira	Leste	Penha	320.000	implantado	2007
Linear de Parelheiros	Sul	Parelheiros	16 000	implantado	2007
Linear Ipiranguinha	Leste	Vila Prudente	10000	implantado	2007
Linear Itaim	Leste	Itaim Paulista	21 000	implantado	2008
Linear do Fogo	Norte	Pirituba	30 000	implantado	2008
Linear do Aricanduva	Leste	Cidade Tiradentes	125 000	implantado	2008
Linear do Rapadura	Leste	Aricanduva	70 000	implantado	2008
Linear Rio Verde	Leste	Itaquera	38 180	em implantação/projeto	final de 2008
Linear Água Vermelha	Leste	Itaim Paulista	124207	em implantação/projeto	final de 2008
Linear do Sapé	Oeste	Butantã	23 544	em implantação/projeto	final de 2008
Linear Guaratiba	Leste	Guaianazes	29 000	em implantação/projeto	sem data
Linear Monguaga	Leste	Ermelino Matarazzo	64 061	em implantação/projeto	sem data
Linear Cipoaba	Leste	São Mateus	70 000	em implantação/projeto	sem data
Linear Taboão	Leste	Aricanduva	70 000	em implantação/projeto	sem data
Linear das Nascentes do Aricanduva	Leste	Cidade Tiradentes	350 000	em implantação/projeto	sem data
Linear Cabuçu de Cima	Norte	Jaçanã	17 000	em implantação/projeto	sem data
Linear Bananal Canivete	Norte	Freguesia do Ó	35 000	em implantação/projeto	sem data
Linear Bispo	Norte	Casa Verde	1 209 604	em implantação/projeto	sem data
Linear Ribeirão Perus	Norte	Perus	1 712 744	em implantação/projeto	sem data
Linear dos Pires	Oeste	Butantã	76 000	em implantação/projeto	sem data
Linear do Caxingui	Oeste	Butantã	125 470	em implantação/projeto	sem data
Linear Ivar Becker	Oeste	Butantã	20 000	em implantação/projeto	sem data
Linear Esmeralda	Oeste	Butantã	50 000	em implantação/projeto	sem data
Linear Invernada	Sul	Santo Amaro	4 000	em implantação/projeto	sem data
Linear Feitiço da Vila	Sul	M Boi Mirim	27 560	em implantação/projeto	sem data
Linear Castelo Dutra	Sul	Capela do Socorro	60 000	em implantação/projeto	sem data
Linear Cocaia	Sul	Capela do Socorro	90 000	em implantação/projeto	sem data
Linear Caulim	Sul	Parelheiros	3 213 000	em implantação/projeto	sem data
Linear Itararé	Oeste	Butantã	35.000	em implantação/projeto	sem data

Fonte: SVMA disponível no site www.prefeitura-sp.gov.br/sites/vma/100_parques. Organizada por ISA, 2008.

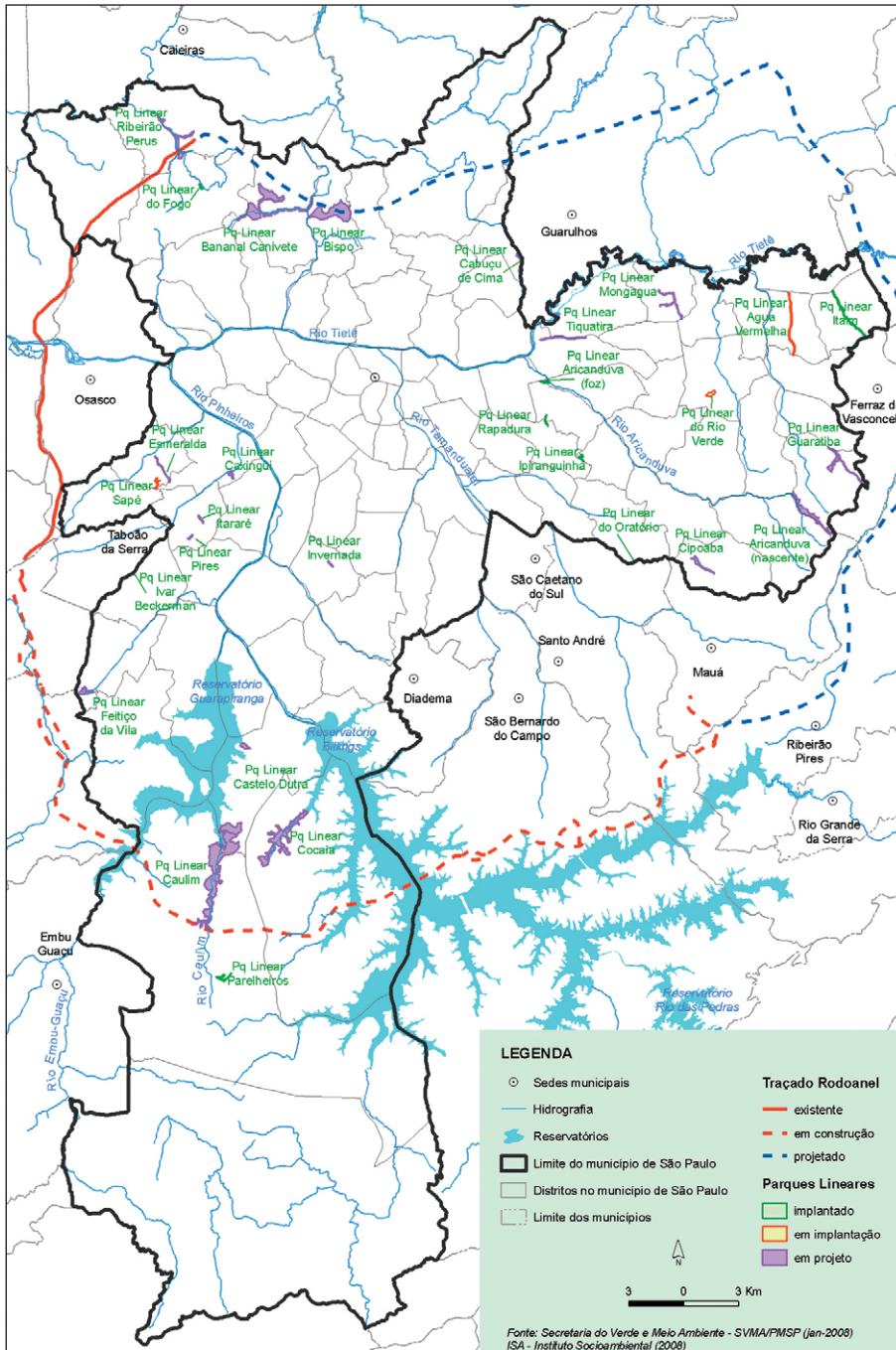
(ZERp), Zona Especial de Proteção (ZEP), Zona Centralidade Polar de Proteção Ambiental (ZCPp), Zona Centralidade Linear de Proteção Ambiental (ZCLp);

2. Zonas especiais: Zona Especial de Preservação Ambiental (Zepam), Zona de Preservação Cultural (Zepac), Zona Especial de Produção Agrícola e Extração Mineral (Zepag), Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS 4);

3. Parques lineares e Áreas de Intervenção Urbana (AIU).

Com o PDE, portanto, dá-se o primeiro passo para a criação de um Sistema de Áreas Verdes para São Paulo, mas ainda há muito que ser

MAPA 1. Parques lineares no município de São Paulo



LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)

estruturado para que realmente um sistema seja criado. Em documento elaborado pelo LabHab em cooperação com a SVMA (2006), existem algumas sugestões na direção de detalhar e construir realmente um sistema de áreas verdes. O documento afirma que o Sistema, na forma que se encontra, não se estabelece uma conceituação de sistema estruturada, em partes que compõem um todo, com funções específicas e diferentes gradações de conservação e preservação ambiental. Tampouco as categorias definidas no PDE correspondem às funções que devem ser abarcadas, o que sugere que seja feito um aprofundamento na definição dessas categorias, na sua relação com o zoneamento, inclusive revisando sobreposições ou desenhos de áreas. Tudo isso pode ser feito através de um novo documento, eventualmente através de lei específica (LabHab/SVMA, 2006, p.25-28).¹⁰

Em termos de avanços, pode-se afirmar que o PDE criou zoneamentos que se adequam a novas formas de criação de parques como, por exemplo, os que foram criados a partir de grandes áreas preservadas, que ainda não são oficialmente UCs. É o caso das UCs correlatas¹¹, como o Parque Municipal Anhanguera, e possivelmente assim serão os parques criados a partir da compensação ambiental do Rodoanel: Parque Natural Municipal do Jaceguava, Parque Natural Municipal do Itaim, Parque Natural Municipal do Bororé e Parque Natural Municipal do Varginha. Esses parques, concebidos como Unidades de Conservação (UCs)¹², embora muitas vezes ainda não tenham os planos de manejo para funcionarem como tal, têm na sua concepção uma função que não é mais o lazer e a recreação dos parques urbanos criados que descrevemos na evolução descrita no início desse texto, embora possam e devam

10 Projeto "Pesquisa e análise de aplicação de instrumentos em planejamento urbano ambiental no município de São Paulo". Produto 3. Relatório – Instrumentos de Planejamento Urbano-Ambiental do Sistema Municipal de Planejamento. São Paulo: LabHab/FAUUSP. SVMA, junho de 2006. Mimeo.

11 As unidades de conservação correlatas constituem áreas de preservação e conservação da biodiversidade, mas não integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) por apresentarem características específicas que não se enquadram nas do SNUC. São Paulo possui 58 UCs correlatas (LabHab/SVMA, p.54).

12 O conceito de Unidade de Conservação tal como o entendemos hoje surgiu com a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872 nos Estados Unidos num contexto de valorização da manutenção de grandes espaços naturais entendidos como "ilhas" de grande valor cênico onde o ser humano opudesse contemplar a natureza em busca de paz e fruição espiritual. Muitos outros Parques Nacionais norte-americanos foram criados nesse contexto e são um importante referencial ocidental moderno para áreas protegidas. As primeiras Unidades de Conservação brasileiras foram criadas a partir da ideia de proteção de monumentos públicos naturais ou da proteção de territórios de singular beleza. Esse conceito evoluiu do enfoque estético e recreativo a atual mais biológico buscando a proteção da biodiversidade.¹³ Retirado do site da SVMA, julho de 2008).

ter função de lazer nas suas bordas. Nesses casos, o PDE grafou as UCs como Zonas Especiais de Proteção (ZEPs)¹³ ou como Zonas Especiais de Preservação Ambiental (Zepams)¹⁴.

Em relação aos parques existentes e propostos nos planos diretores regionais, esses apresentam-se em hierarquia de importância em relação à sua função de barreira ao crescimento desordenado nas áreas de interesse ambiental (LabHab, 2006). Podem ser divididos em:

Parques urbanos – integrados à malha urbana, cumprem várias funções e atendem a diversos usos, apresentando diferentes formas de ocupação, inclusive áreas de massa arbórea com interesse de preservação;

Parques de beira de represa – propostos na área envoltória das represas Guarapiranga e Billings, estão localizados nas suas bordas ou afluentes diretos. Geralmente estão contíguos a áreas densamente ocupadas com uso habitacional irregular e chácaras, ocupando espaços que sofrem pressão para a expansão da ocupação. Idealmente estão concebidos como espaços a serem requalificados e recuperados ambientalmente e a atenderem a usos de lazer e educação ambiental. Alguns desses parques estão grafados como parques lineares;

Parques de amortecimento – são os contíguos a grandes parques ecológicos e unidades de conservação e servem como área de proteção contra qualquer uso que venha a pressionar por ocupar essas áreas, servindo como “tampão” de proteção das UCs;

Parques de contenção da ocupação – com a mesma finalidade, diferenciam-se dos parques de amortecimento por estarem próximos a áreas que exercem forte pressão por ocupação como, por exemplo, parque que envolve a Cratera da Colônia.

Em síntese, essa retomada da história do planejamento e da criação de parques permite afirmar que há uma história de planejamento de

¹³ Inclui-se como ZEPs as UCs correlatas: Parque Ecológico Guarapiranga; Parque Municipal Anhangüera; Terra Indígena Krukutu; Terra Indígena Morro da Saudade; Parque da Ilha dos Eucaliptos

¹⁴ Inclui-se como ZEPAMs as UCs correlatas: Parque do Piqueri; Parque Severo Gomes; Parque Ecológico do Tietê; algumas zonas da APRM da Bacia Hidrográfica Guarapiranga; algumas zonas da APRM da Bacia Hidrográfica Billings; algumas zonas da APRM da Bacia Hidrográfica Capivari; Monos; algumas zonas da APRM da Bacia Hidrográfica Juqueri; Cantareira

FOTOS: AÉREAS BASE S.A. (2001). ACERVO: PMSF/SWMA

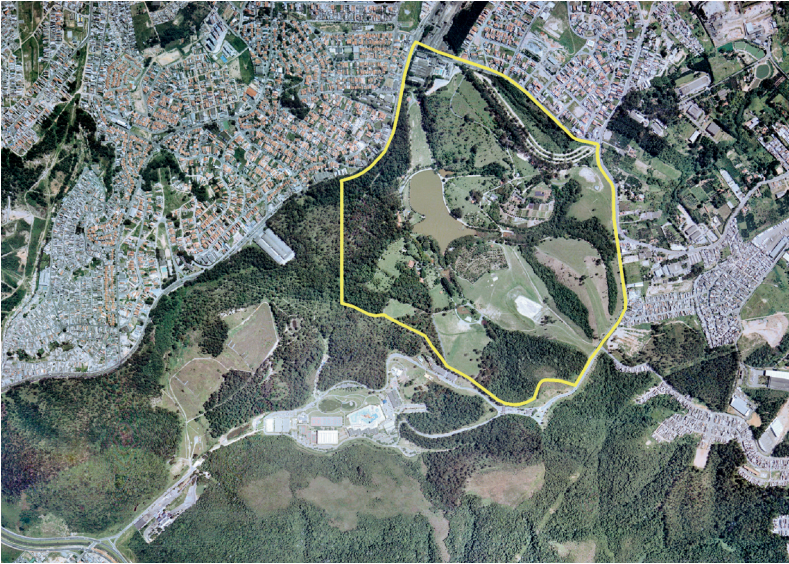
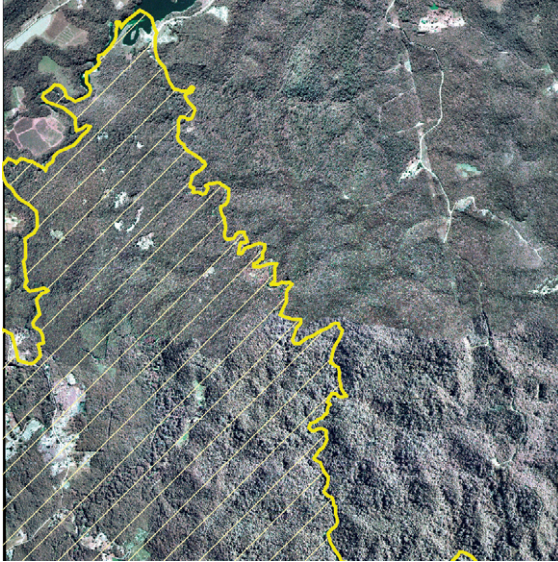


Foto aérea do Parque do Carmo, exemplo de parque urbano.

FOTOS: AÉREAS BASE S.A. (2001). ACERVO: PMSF/SWMA

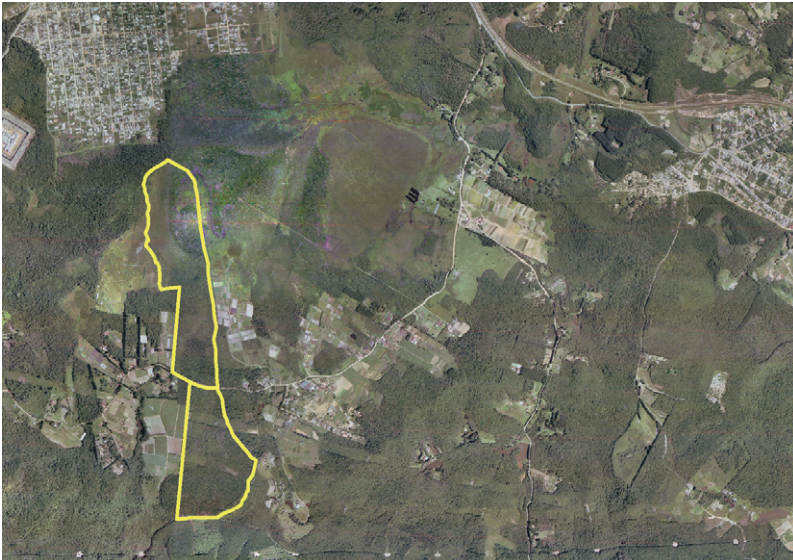


Foto aérea do Parque Ecológico da Guarapiranga, exemplo de parque de beira de represa.



FOTOS AÉREAS BASE S.A. (2001). AÇERVO: PMSP/SWMA

Foto aérea da região de borda do Parque da Serra do Mar, núcleo Curucutu, exemplo do que poderia ser um parque de amortecimento.



FOTOS AÉREAS BASE S.A. (2001). AÇERVO: PMSP/SWMA

Vista aérea da região da Cratera da Colônia, extremo sul, na porção ainda preservada está em implantação o Parque Natural Municipal da Cratera da Colônia, previsto para ser aberto até o final de 2010. É um exemplo de parque de contenção de urbanização.

áreas verdes onde, no início do século, antes da nossa urbanização intensa e acelerada das décadas entre 1950 e 1970, havia muitas áreas públicas, certamente com vegetação ainda preservada, mas o projeto para a cidade era de embelezamento, que envolvia atividades de lazer voltadas à contemplação. Nesse momento havia ainda terrenos, era mais fácil fazer parques, havia áreas verdes preservadas, mas o que se desejava e fazia eram praças embelezadoras nos moldes europeus. Aos poucos o município foi vendendo terras aos privados para loteamentos e colecionando frações desses que hoje são nossas áreas de preservação, algumas abertas ao público. Hoje, para se fazer um parque público urbano em área com ocupação consolidada é necessário desapropriar, processo geralmente muito custoso ao poder público, ou fazer parcerias e outras opções.

Também a gênese dos parques mostra que a gestão nunca foi tão complexa como hoje, quando existem 51 parques municipais implantados e 51 em processo de implantação ou projeto dentro do *Programa 100 Parques para São Paulo*. Até pouco tempo atrás fazer a gestão de um parque era uma atividade familiar, alguns inclusive moravam no parque que administravam, em uma gestão simplificada. A escala de gestão atual é mais complexa, necessita de maior grau de planejamento, por isso a SVMA inicia a discussão de um plano para todos os parques, na idéia de implantar um sistema de áreas verdes para o município, projeto iniciado no Plano Diretor Estratégico de São Paulo, em 2002.

Quadro atual: o quanto ainda temos preservado

As áreas de Mata Atlântica preservada em seus diversos estágios de regeneração e as áreas com vegetação significativa, dentro ou fora da área urbana de São Paulo, são um elemento essencial para o bem estar da população e cumprem inúmeras funções que melhoram este ambiente excessivamente impactado pela ação do homem. Dentre suas funções, destacam-se:

Sua função ecológica, pois ao manter preservados fragmentos naturais, as áreas preservadas garantem o *locus* para o desenvolvimento de biodiversidade;

Promovem melhorias em relação ao clima, à qualidade do ar, água e solo das cidades, já que são áreas de permeabilidade do solo e de conservação de corpos d'água;

Suas funções sociais, ligadas à possibilidade de lazer e de atividades lúdicas a serem desenvolvidas nos seus espaços, oferecem a possibilidade do encontro, da convivência, das atividades coletivas, que promovem o exercício da convivência, da tolerância, da cidadania;

Sua função paisagística, já que muitas vezes constituem uma paisagem diversa dentro do espaço urbano, resultando assim em um embelezamento da paisagem;

Além de sua função educativa, uma vez que contam com um espaço aberto privilegiado, podem desenvolver inúmeros programas e projetos de educação socioambiental, podendo ser um verdadeiro laboratório vivo de práticas e vivências socioambientais através de atividades concebidas e desenvolvidas tanto pelos responsáveis administrativos destas áreas ou por outro ator social, como escolas, associações de moradores etc., colaborando na integração da comunidade do entorno.

Tais funções reforçam a importância dos parques e áreas com vegetação significativa para a manutenção da qualidade de vida das grandes metrópoles, reforçando a necessidade de proteção destas áreas, estejam elas demarcadas como parques municipais, estaduais, Unidades de Conservação (UCs), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPNs), Áreas de Preservação Permanentes (APPs) e mesmo como áreas vegetadas que ainda não possuem respaldo especial de proteção.

Para essas áreas é de fundamental importância a criação de mecanismos de proteção, que, entre outros aspectos, são importantes instrumentos para evitar o desmatamento, com a conseqüente destruição de habitats, e para estimular uma convivência mais harmoniosa entre o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental.

TABELA 3. Parques Estaduais que estão inseridos no Município de São Paulo

Parques	Área dos parques dentro do município de São Paulo (em ha)	(em %)	% da área dos parques na área total do município de São Paulo(*)
Parque Estadual da Cantareira	3.984(1)	50,00%	2,64%
Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Curucutu	2.507(2)	10,00%	1,66%
Parque Ecológico do Tietê	1.041(3)	71,00%	0,69%
Parque Estadual Fontes do Ipiranga (do Estado)	543	100,00%	0,35%
Parque Estadual do Jaraguá	492	100,00%	0,33%
Parque Estadual Ecológico da Guarapiranga	250	100,00%	0,16%
Parque Estadual Alberto Löfgren (Horto Florestal)	174	100,00%	0,11%
Parque Fazenda Tizo	70(4)	70,20%	0,05%
Parque Ilha dos Eucaliptos(5)	35	100,00%	0,02%
TOTAL	9.096	-	6,01%

(1) Tem 50% de sua área inserido no município de São Paulo. Área total do Parque Estadual da Serra da Cantareira é de 7.916 hectares. (Fonte: Instituto Florestal)

(2) Tem 10% de sua área inserido no município de São Paulo. Área total do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Curucutu é de 25.000 hectares. (Fonte: Instituto Florestal)

(3) Tem 71% de sua área inserido no município de São Paulo. Área total do Parque Ecológico do Tietê é de 1.450 hectares. (Fonte: Fundação Florestal)

(4) Tem 70% da sua área inserido no município de São Paulo. A área total do Parque Fazenda Tizo é de 130,8 hectares. (Fonte: Decreto Estadual Nº 50.597, de 27 de março de 2006 – decreto de criação do parque)

(5) O Parque Ilha dos Eucaliptos não possui decreto de criação; porém, segundo a Fundação Florestal é um Parque de âmbito Estadual referente a compensação ambiental do Programa Guarapiranga

* Para efeito de cálculo, foi considerado como área total do município de São Paulo – 150.900 hectares

Fonte: Instituto Florestal, organizado por ISA.

Ao contrário do que se imagina, grande parte do território da cidade de São Paulo, cerca de 40% (SVMA/IPT, 2001),¹⁵ ainda possui áreas com vegetação significativa, o que resulta em uma área de vegetação de 58,1 metros

¹⁵ Segundo o documento GEOcidade de São Paulo, o cálculo do IPT, com base em imagens de 2001, em relação a área total do município, a vegetação nativa corresponde ao maior percentual (20,3%), seguida dos campos (antrópico/natural) (15%), e por último os reflorestamentos homogêneos (3,9%), somando ao todo, cerca de 58.988 ha ou 38,6% da área do município. Áreas agrícolas não foram consideradas. Fonte: SVMA/IPT. GEOcidade de São Paulo: panorama do meio ambiente urbano. São Paulo: PMSP/SVMA; Brasília: PNUMA, 2004. p.88-90.

por habitante. Nas áreas centrais, a vegetação é fracionada e dispersa, sendo concentrada em parques municipais que dispõem de fragmentos naturais. As matas mais conservadas concentram-se na região de borda da cidade, principalmente, nas porções norte – Serra da Cantareira – e sul – áreas de mananciais da Billings e Guarapiranga e nas Áreas de Proteção Ambiental do Capivari Monos e Bororé-Colônia. Parte desse território está inserido na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde do Município de São Paulo.

Apesar da importância da vegetação, apenas uma pequena parcela está efetivamente protegida como Unidade de Conservação. Entre elas, cabe destacar os parques estaduais, que são áreas de proteção integral, onde as atividades permitidas são só para fins científicos, de contemplação e algumas atividades de lazer com poucos impactos. Elas são relativamente extensas, chegando a cerca de 20 mil hectares (figura 3).

Além da contribuição de todas estas áreas citadas, outro segmento importante para este número de porção vegetada da cidade são os parques municipais. Eles têm relevante importância, já que vários parques são porções preservadas de fragmentos naturais. Somando-se a área dos parques municipais com a dos parques estaduais descritos anteriormente, é possível verificar que aproximadamente 7% da área do município de São Paulo encontra-se protegida como parques.

A situação atual dos parques municipais

Segundo dados da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, o município de São Paulo conta, até o momento desta publicação, com 51 parques municipais implantados, além de 51 em processo de implantação ou projeto dentro do *Programa 100 Parques para São Paulo*. Hoje, a cidade possui 17.507.766 m² em áreas de parques municipais (gráfico 1), que equivale a 1,13% da área do município. Eles cumprem funções de lazer e práticas de sociabilidade, paisagísticas, ecológico-ambientais, funcionais (complementando condições para o desempenho do sistema viário, por exemplo), para ficar em algumas conceituações de funções trazidas por diversos autores (LabHab/

SVMA, 2006, p.7).¹⁶ Além dessas, os parques lineares implantados e em implantação deverão cumprir função de recuperação dos córregos e fundos de vale, a partir de ajardinamento e/ou arborização de faixa mínima ao longo das margens, colaborando na garantia de recuperação e preservação de corpos d'água.

Atualmente, as zonas Leste e Sul são as que concentram a maior quantidade de parques, com respectivamente 16 e 12 parques. Em termos de extensão, a maior área está na zona Norte (mais de 60% da área de parques municipais, em função do Parque Anhanguera).

Entre as 31 subprefeituras, 25 possuem parque municipal implantado. Ao final deste projeto dos 100 parques, segundo informações da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, todas as 31 subprefeituras da capital terão ao menos um parque implantado em seu território, representando um ganho de espaços de preservação ambiental, lazer e recreação para a população da cidade de São Paulo.

Entre os desafios para inverter esse quadro de carência na oferta de áreas e quantidade de parques em algumas porções da cidade, estão temas como a valorização da terra, a especulação imobiliária, o adensamento construtivo consolidado de bairros mais centrais e também de bairros irregulares e precários. Nas áreas mais periféricas, a pressão por áreas verdes preservadas para lazer surge acompanhada pela pressão de oferta de habitação, através de conjuntos habitacionais e de loteamentos. Essa mesma pressão dificulta a manutenção de áreas permeáveis, pois os projetos de urbanização de favelas e loteamentos invariavelmente optam por soluções como canalização dos corpos d'água, não incorporando questões ambientais nos seus projetos. Enfrentar essas questões está na pauta do dia, e expressa-se através do projeto de criação de novas áreas de parques e novas categorias de parques, reforçando a preocupação existente com a questão ambiental, com a sua necessidade de preservação, e também de criação de novas áreas de lazer para a cidade.

Dentre os parques implantados no município, existem diferenças marcantes, entre elas cabe destacar: a extensão, variando desde pequenas praças que viraram parques, até grandes extensões de fragmentos

¹⁶ Projeto "Pesquisa e análise de aplicação de instrumentos em planejamento urbano ambiental no município de São Paulo". Produto⁵: Relatório II – Sistematização bibliográfica sobre Planejamento Urbano Ambiental e Zoneamento Ambiental. São Paulo: LabHabFAUUSP. SVMA: agosto de 2006. Mimeio.

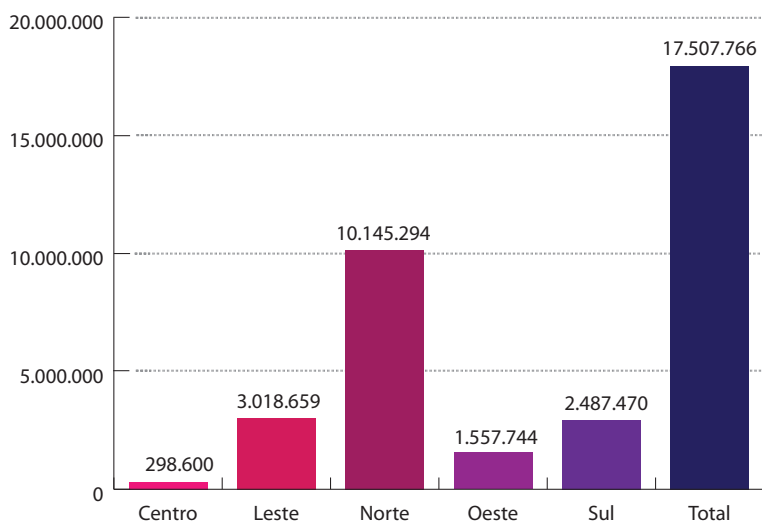
de vegetação natural a serem preservados; a função destas áreas; a origem territorial, como já descrevemos anteriormente nesse texto; origem social, pois alguns parques foram criados por iniciativa da mobilização da comunidade do entorno, exemplo do envolvimento da participação da sociedade civil organizada para um bem coletivo como, por exemplo, os parques Cordeiro, Luiz Carlos Prestes e Jardim Felicidade.

Uma parcela dos parques existentes agrega diversos equipamentos públicos como bibliotecas, Telecentros ou centros de inclusão digital e os Centros de Convivências e Cooperativas (Ceccos) em seus espaços. Podem (e muitas vezes já realizam) atividades integradas com esses equipamentos, ou com escolas públicas e particulares, Unidades Básicas de Saúde (UBS), associações de bairros, reconhecendo a realidade local e procurando integrar as atividades no parque com as atividades da comunidade no seu entorno. A grande maioria das atividades desenvolvidas nos parques municipais são realizadas por iniciativas dos próprios administradores, demonstrando que o diálogo com os outros responsáveis e instituições, sejam elas públicas ou privadas, pode ser mais participativo e colaborativo para que a sua gestão seja mais articulada, considerando que são áreas em potencial, principalmente os localizados em áreas mais periféricas, de integração social.

As atividades realizadas nos parques são, e devem ser cada vez mais, elaboradas envolvendo a comunidade próxima, o que pode colaborar para o reconhecimento da realidade local, de forma com que a comunidade se sinta parte daquele espaço. É a partir deste reconhecimento que a comunidade vai se sentir mais sensibilizada para fazer parte dos mecanismos de participação dentro da gestão do parque, por exemplo, a participação nos conselhos gestores de cada parque.

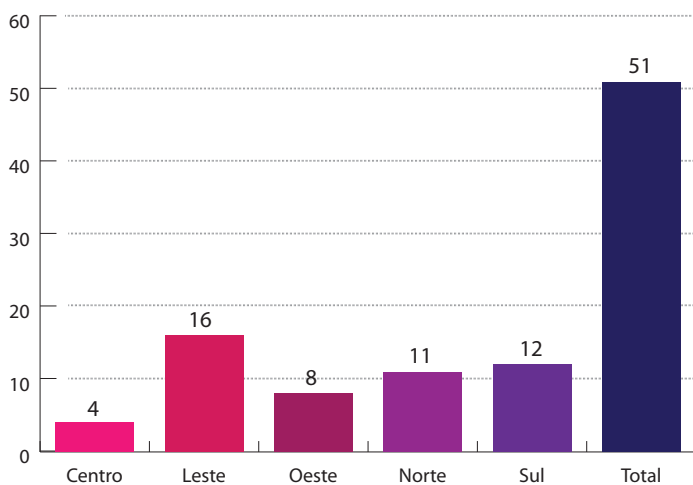
Recentemente foi criada a obrigatoriedade de conselhos gestores nos parques (Lei Municipal nº 13.539/03), que vêm sendo progressivamente implantados, presentes hoje na maioria dos parques. O objetivo do conselho é que haja participação cidadã no planejamento, gerenciamento e fiscalização das atividades dos parques. Este é um grande desafio, já que os conselhos gestores, que são instrumentos de participação fundamental, mas que em grande parte dos parques municipais, têm pouca mobilização e participação, chegando a alguns casos onde não conseguiram ainda implementar os seus conse-

GRÁFICO 1. Área dos parques municipais(incluindo os lineares) por regiões da cidade (em m²)



Fonte: Dados SVMA- Organizado por ISA- 2008.

GRÁFICO 2. Quantidade de parques por região da cidade



Fonte: SVMA- organizado por ISA- 2008.



Córrego da Água Podre, na região do Butantã. Este córrego passará por intervenções para a implantação de um parque linear

TABELA 4. Área dos parques por situação de implantação

Situação atual	Números de parques	Área (m ²)
Implantados	51	17.507.766
Em implantação / projeto	51	32.004.965
TOTAL	102	49.512.731

Fonte: Dados SVMA disponíveis em www.prefeitura.sp.gov.br/sites/vma/100_parques Organizado por ISA²⁰⁰⁸.

lhos por falta de quorum ou outros que já tiveram, mas por conta da pouca participação se extinguiram.¹⁷

Programa 100 Parques para São Paulo

O *Programa 100 Parques para São Paulo* é um projeto lançado pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente no final de 2007 e tem como objetivo aumentar o número de áreas a serem transformadas em parques municipais na capital paulista. Hoje a área total de parques municipais em São Paulo é de 17.507.766 m², quando a meta dos 100 parques for atingida, a área total passará a ser de 49.512.731 m² (tabela 4), ou seja, aumentará em três vezes o tamanho de áreas preservadas e que oferecerão algum tipo de lazer. Com a sua implantação integral, a cidade passará a ter mais de 3% de seu território em parques municipais.

A grande colaboração das áreas verdes no meio urbano está intimamente relacionada com a quantidade, a qualidade e a distribuição das mesmas dentro da malha urbana. Isto demonstra a importância deste projeto para o município e para a sua população. Atualmente, 9 das 31 subprefeituras da cidade de São Paulo não possuem nenhum parque. Esse quadro mudará com a conclusão do projeto, quando todas as subprefeituras terão ao menos um parque municipal em seu território.

O que deve ser considerado, e que remete a uma outra importância deste projeto para a cidade, é o fato do lazer e o bem estar serem de-

¹⁷ Para saber mais sobre os conselhos gestores veja pesquisa com usuários na página ⁷³ desta publicação.



Biblioteca que fica dentro do Parque Lions Club Tucuruvi.



Presença do CECCO no Parque Santo Dias.

mandas da sociedade de atribuições públicas e que um plano de áreas verdes, ou mesmo a implantação de uma praça, são ações que precisam ser pensadas e executadas em longo prazo. Um projeto como este, portanto, deve transcender a administração de determinado grupo político. Com isso, é de fundamental importância garantir a continuidade deste projeto, e mais, a sua valorização, enquanto política pública de proteção e conservação de áreas de fragmentos naturais, de cultura e bem estar social, independentemente se a gestão pública for feita por quem concebeu o projeto.

O grande desafio para a Secretaria do Verde e Meio Ambiente é não só expandir a quantidade de parques, mas implantar as diversas funções que eles podem exercer: preservação de fragmentos naturais de mata, conservação e recuperação de corpo d'água, espaço de lazer e entretenimento e até espaço de cultura, de mobilização social e a de ações socioambientais, entre outros. Ou seja, mais do que expandir essas áreas, é preciso também ampliar e melhorar a infra-estrutura nos parques, existentes e a serem implantados, bem como na divulgação de sua existência, principalmente para os parques novos.

Desafio maior se faz em relação ao Sistema de Áreas Verdes criado no Plano Diretor: alguns parques propostos não estão no Sistema de Áreas Verdes e tampouco estão gravados como Zepam. Isso se dá, muitas vezes, porque o programa é alimentado também com oportunidades que são criadas na gestão municipal.

Para conhecer os parques propostos veja a tabela que segue (tabela 5) com a relação de todos os 100 parques, sua região, a subprefeitura que pertence e sua área total.

MAPA 2. Programa 100 Parques para São Paulo

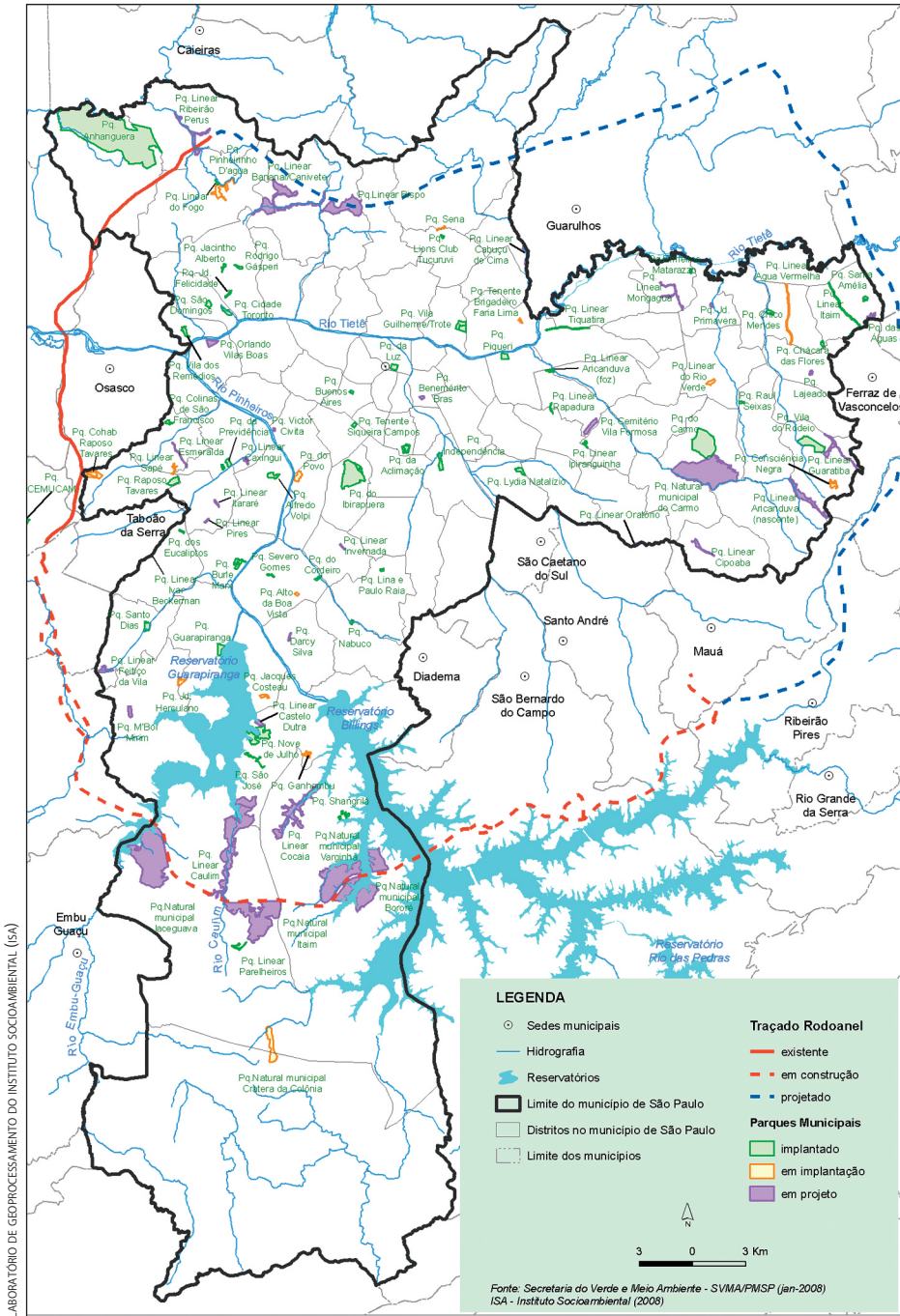


TABELA 5. 100 parques do município de São Paulo

*O parque Cemucam se localiza fora dos limites do município de São Paulo, em Cotia

	Parque	Área (m ²)	Região	Sub-prefeitura	Situação
1	Ten. Siqueira Campos (Trianon)	48.000	Centro	Pinheiros	implantado
2	Buenos Aires	25.000	Centro	Sé	implantado
3	Luz	113.400	Centro	Sé	implantado
4	Aclimação	112.200	Centro	Sé	implantado
5	Piqueri	97.200	Leste	Moóca	implantado
6	Linear Tiquatira	320.000	Leste	Penha	implantado
7	Ermelino Matarazzo	5.000	Leste	Ermelino Matarazzo	implantado
8	Linear Ipiranguinha	10.000	Leste	Vila Prudente/ Sapopemba	implantado
9	Linear do Rapadura	70.000	Leste	Aricanduva	implantado
10	Vila do Rodeio	613.200	Leste	Cidade Tiradentes	implantado
11	Linear do Aricanduva	125.000	Leste	Cidade Tiradentes	implantado
12	Natural Quississana	26.921	Leste	Guaianazes	implantado
13	Santa Amélia	34.000	Leste	São Miguel Paulista	implantado
14	Carmo	1.500.000	Leste	Itaquera	implantado
15	Raul Seixas	33.000	Leste	Itaquera	implantado
16	Chico Mendes	61.600	Leste	São Miguel Paulista	implantado
17	Chácara das Flores	41.738	Leste	Itaim Paulista	implantado
18	Prof ^a Lydia Natalizio	60.000	Leste	Vila Prudente	implantado
19	Linear Itaim	21000	Leste	Itaim Paulista	implantado
20	do Trote	121.984	Norte	Vila Maria / Vila Guilherme	implantado
21	Linear do Fogo	30.000	Norte	Pirituba	implantado
22	Rodrigo de Gásperi	39.000	Norte	Pirituba	implantado
23	Lions Club Tucuruvi	23.700	Norte	Santana / Tucuruvi	implantado
24	Jacinto Alberto	40.910	Norte	Pirituba	implantado
25	Jd. Felicidade	28.800	Norte	Pirituba	implantado
26	Vila dos Remédios	109.800	Norte	Lapa	implantado
27	Vila Guilherme	62.000	Norte	Vila Maria / Vila Guilherme	implantado
28	São Domingos	80.000	Norte	Pirituba	implantado
29	Anhanguera	9.500.000	Norte	Perus	implantado
30	Cidade de Toronto	109.100	Norte	Pirituba	implantado
31	*Cemucam	904.691	Oeste	Butantã	implantado
32	Alfredo Volpi	142.400	Oeste	Butantã	implantado
33	Raposo Tavares	195.000	Oeste	Butantã	implantado
34	Victor Civitta	14.000	Oeste	Pinheiros	implantado
35	Colinas de São Francisco	49.053	Oeste	Butantã	implantado
36	Previdência	91.500	Oeste	Butantã	implantado
37	do Povo	134.000	Oeste	Itaim Bibi – Pinheiros	implantado
38	Luís Carlos Prestes	27.100	Oeste	Butantã	implantado
39	Independência	161.300	Sul	Ipiranga	implantado
40	Linear de Parelheiros	16.000	Sul	Parelheiros	implantado
41	Guarapiranga	152.600	Sul	Campo Limpo	implantado
42	Nabuco	31.300	Sul	Jabaquara	implantado
43	dos Eucaliptos	15.448	Sul	Campo Limpo	implantado
44	Lina e Paulo Raia	15.000	Sul	Jabaquara	implantado
45	Ibirapuera	1.584.000	Sul	Vila Mariana	implantado
46	Cordeiro	34.000	Sul	Santo Amaro	implantado
47	Burle Marx	138.279	Sul	Campo Limpo	implantado
48	São José	95.000	Sul	Capela do Socorro	implantado
49	Santo Dias	134.000	Sul	Campo Limpo	implantado

	Parque	Área (m²)	Região	Sub-prefeitura	Situação
50	Shangrilá	75.643	Sul	Capela do Socorro	implantado
51	Severo Gomes	34.900	Sul	Santo Amaro	implantado
52	Linear da Água Vermelha	124.207	Leste	Itaim Paulista	em Implantação/Projeto
53	Benemérito Brás	20.000	Leste	Moóca	em Implantação/Projeto
54	Linear Guaratiba	29.000	Leste	Guaianazes	em Implantação/Projeto
55	Linear Cipoaba	70.000	Leste	São Mateus	em Implantação/Projeto
56	da Ciência	179.591	Leste	Cidade Tiradentes	em Implantação/Projeto
57	Linear Oratório	35.000	Leste	Vila Prudente	em Implantação/Projeto
58	das Águas	76.300	Leste	Itaim Paulista	em Implantação/Projeto
59	Vila Jacuí	156.500	Leste	São Mateus Paulista	em Implantação/Projeto
60	Jardim Primavera	121.800	Leste	Ermelino Matarazzo	em Implantação/Projeto
61	Cemitério Vila Formosa	96.904	Leste	Aricanduva	em Implantação/Projeto
62	Consciência Negra	130.135	Leste	Cidade Tiradentes	em Implantação/Projeto
63	Lageado	36.000	Leste	Guaianazes	em Implantação/Projeto
64	Linear Mongaguá	64.061	Leste	Ermelino Matarazzo	em Implantação/Projeto
65	Jd. Sapopemba	53.300	Leste	São Mateus	em Implantação/Projeto
66	Vila Silvia	50.669	Leste	Penha	em Implantação/Projeto
67	Linear Rio Verde	38.180	Leste	Itaquera	em Implantação/Projeto
68	Linear Taboão	70.000	Leste	Aricanduva	em Implantação/Projeto
69	Linear das Nascentes do Aricanduva	350.000	Leste	Cidade Tiradentes	em Implantação/Projeto
70	Linear Ribeirão Perus	1.712.744	Norte	Perus	em Implantação/Projeto
71	Pinheirinho D'Água	250.306	Norte	Pirituba	em Implantação/Projeto
72	Tenente Brigadeiro Faria Lima	50.250	Norte	Vila Maria / Vila Guilherme	em Implantação/Projeto
73	Linear Bispo	1.209.604	Norte	Casa Verde	em Implantação/Projeto
74	Linear Bananal Canivete	35.000	Norte	Freguesia do Ó	em Implantação/Projeto
75	Sena	21.661	Norte	Santana	em Implantação/Projeto
76	Linear Cabuçu de cima	17.000	Norte	Jaçanã	em Implantação/Projeto
77	Linear do Caxingui	125.470	Oeste	Butantã	em Implantação/Projeto
78	Linear do Sapé	23.544	Oeste	Butantã	em Implantação/Projeto
79	Linear Ivar Beckmann	20.000	Oeste	Butantã	em Implantação/Projeto
80	Sergio Vieira de Mello	14.197	Oeste	Butantã	em Implantação/Projeto
81	Linear dos Pires	76.000	Oeste	Vila Sonia	em Implantação/Projeto
82	Linear Itararé	35.000	Oeste	Butantã	em Implantação/Projeto
83	Linear Esmeralda	50.000	Oeste	Butantã	em Implantação/Projeto
84	Cohab Raposo Tavares	195.000	Oeste	Butantã	em Implantação/Projeto
85	Orlando Vilas Boas	55.000	Oeste	Lapa	em Implantação/Projeto
86	Jardim Herculano	75.277	Sul	M Boi Mirim	em Implantação/Projeto
87	Natural Varginha (rodoanel)	3.680.000	Sul	Capela do Socorro	em Implantação/Projeto
88	Linear Castelo Dutra	60.000	Sul	Capela do Socorro	em Implantação/Projeto
89	Linear Feitiço da Vila	27.560	Sul	M Boi Mirim	em Implantação/Projeto
90	Alto da Boa Vista	31.000	Sul	Santo Amaro	em Implantação/Projeto
91	Praia São Paulo ou Riviera	168.679	Sul	Capela do Socorro	em Implantação/Projeto
92	Linear Cocaia	90.000	Sul	Capela do Socorro	em Implantação/Projeto
93	Natural do Itaim (rodoanel)	7.250.000	Sul	Parelheiros	em Implantação/Projeto
94	Linear Invernada	4.000	Sul	Santo Amaro	em Implantação/Projeto
95	Natural do Jaceguava (rodoanel)	7.550.000	Sul	Parelheiros	em Implantação/Projeto
96	Jacques Cousteau	67.326	Sul	Capela do Socorro	em Implantação/Projeto
97	Natural Cratera da Colônia	528.370	Sul	Parelheiros	em Implantação/Projeto
98	Guanhembu	50.030	Sul	Capela do Socorro	em Implantação/Projeto
99	Linear Caulim	3.213.000	Sul	Parelheiros	em Implantação/Projeto
100	Natural do Bororé (rodoanel)	2.890.000	Sul	Capela do Socorro	em Implantação/Projeto
101	M'Boi Mirim	189.785	Sul	M Boi Mirim	em Implantação/Projeto
102	Nove de Julho	537.515	Sul	Capela do Socorro	implantado

Fonte: Dados Secretariado Verde e Meio Ambiente disponíveis em www.prefeitura.sp.gov.br/sites/vma/100_parques Organizado por ISA

Como os paulistanos avaliam os parques de São Paulo

Pesquisa com usuários dos parques

As pesquisas de avaliação e de opinião com usuários de um determinado serviço são importantes indicadores para o aprimoramento deste. Com este objetivo, foi realizada pesquisa com usuários de todos os parques em funcionamento na cidade. A pesquisa foi produzida pelo Datafolha e busca traçar um perfil destes nos 38 parques abertos à população¹ e também ter uma avaliação geral dos usuários em relação aos parques que freqüentam. Para tal, foram realizadas 2.683 entrevistas, em média 70 por parque, durante o período de 30 de maio a 9 de junho de 2008.

Os principais resultados da pesquisa são apresentados a seguir.

TÉCNICA UTILIZADA

Pesquisa quantitativa, com abordagem pessoal dos entrevistados nos parques públicos municipais da cidade de São Paulo, mediante aplicação de questionário estruturado com cerca de 30 minutos de aplicação. No geral, as entrevistas foram iniciadas entre 7h e 8h, conforme o horário de abertura do parque, e encerradas entre 18h e 20h, conforme os horários de fechamento dos portões dos parques.

Perfil do usuário

Dados resumidos do perfil do freqüentador

59%	Masculino
39 anos	Média de idade
69%	Estudaram até ensino médio
87%	Pertencem à Classe B (45%) e C (38%)
80%	Moram perto do parque que freqüentam
98%	Moram na capital

¹ Quando foi realizada a pesquisa entre 30 de maio e 9 de junho de 2008, eram 38 os parques implantados e abertos ao público no município de São Paulo

LOCALIZAÇÃO

A maioria dos entrevistados mora perto do parque que frequenta (80%), outros 13% trabalham perto do parque frequentado, 3% estudam perto e 4% afirmaram estar no parque por outras situações. (figura 1)

FREQÜÊNCIA NOS PARQUES

A frequência se dá de forma muito semelhante nos períodos manhã (48%) e tarde (52%). Porém a frequência nos parques públicos é maior nos finais-de-semana (35%), incluindo-se os que dizem ter o hábito de ir ao parque tanto em dias úteis quanto aos sábados e domingos (37%). É menor a parcela dos que o fazem apenas de segunda à sexta-feira (28%). (figura 2)

Cerca de 35% dos usuários costumam frequentar os parques entre uma e duas vezes por semana, cerca de 32% frequentam de três a seis dias por semana e 15% frequentam todos os dias. Somam-se os que não frequentam os parques semanalmente: 9% a cada quinze dias e 9% ao menos uma vez por mês. (figura 3)

Perguntou-se aos entrevistados com quem costumam ir ao parque. O resultado está ilustrado na figura 4, ressaltando que uma proporção grande de pessoas vai sozinha ao parque (43%).

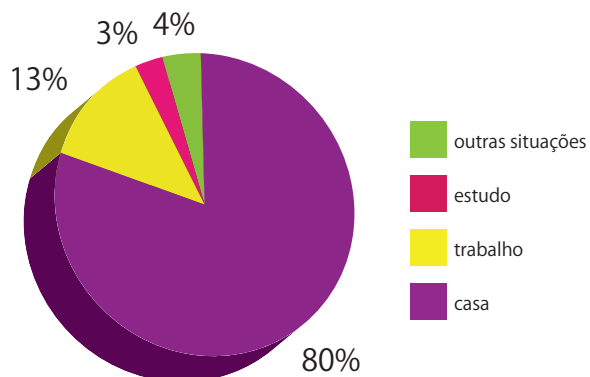
TRANSPORTE UTILIZADO PARA IR AO PARQUE

Como grande parte dos entrevistados frequenta parques próximos de onde mora, 63% deslocam-se a pé até o parque. Outros 25% vão de carro e apenas 4% vão de bicicleta.

A pequena parcela dos frequentadores que vai de bicicleta para os parques pode estar associada ao fato de que em muitos parques o uso de bicicletas é proibido, apesar de existirem locais para estacionamento.

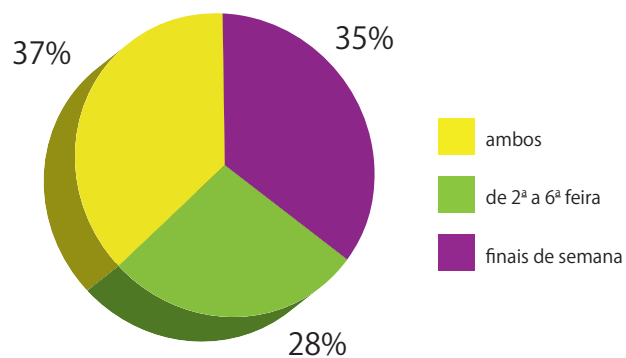
Apenas 8% utilizam transporte público como ônibus e metrô. Vale dizer que quase não há parques próximos ao metrô, com exceção de alguns parques centrais, tais como o Trianon e o da Luz que se situam em posições privilegiadas em relação às linhas de metrô. (figura 5)

FIGURA 1. Localização. O Parque é próximo a:



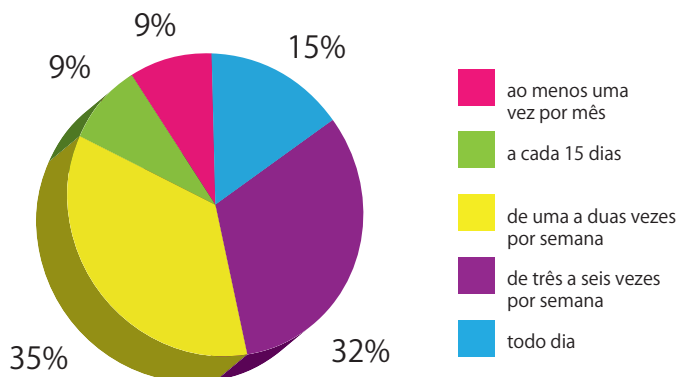
Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos parques municipais abertos. Organizado por ISA-²⁰⁰⁸.

FIGURA 2. Frequência. Dias mais frequentados:



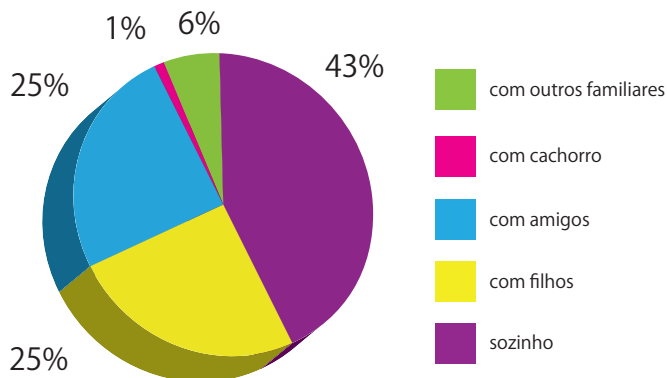
Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos parques municipais abertos. Organizado por ISA-²⁰⁰⁸.

FIGURA 3. Frequência média dos usuários:



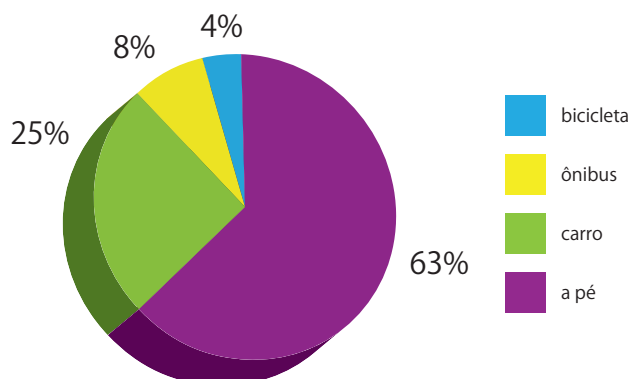
Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos parques municipais abertos. Organizado por ISA, 2008.

FIGURA 4. Com quem frequenta os parques:



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos parques municipais abertos. Organizado por ISA, 2008.

FIGURA 5. Meio de transporte:



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos parques municipais abertos - Organizado por ISA - 2008.

O QUE OS USUÁRIOS BUSCAM NOS PARQUES

Há, entre os estudiosos e entre os administradores de parques, uma grande discussão sobre qual é a função de um parque público. Estas discussões tendem a concluir pela necessidade de contemplar, em um mesmo espaço, as diferentes funções que ele possa exercer, desde aquelas mais relacionadas aos serviços ambientais, tais como fornecer áreas verdes, manter recursos naturais como água, fauna e flora, assim como as relacionadas aos usos de lazer, prática de esportes, cultura e outros serviços públicos considerados importantes à qualidade de vida da população de uma cidade como São Paulo.

Os desafios e oportunidades dos parques urbanos como espaços de vivências importantes para o cidadão paulistano concomitante com a preservação ambiental permearam grande parte dos debates com os administradores. Não por acaso, a importância dessa combinação é marcante nos resultados da pesquisa com os usuários. A grande maioria dos usuários vai a pé aos parques próximos de suas casas. Vai para lá caminhar, correr, andar de bicicleta, ou simplesmente descansar, vai também para participar de shows e tantas outras atividades que os par-

ques de São Paulo oferecem – não todos, ainda –, perto de casa ou como uma oportunidade para dar um passeio pela cidade e ir para um pedaço diferente dela no final de semana.

Apesar desse uso, ou quem sabe por causa dele, a saúde ambiental destes espaços – de sua mata, do córrego ou lago do parque, do lixo e locais para recicláveis, dos pássaros e outros animais que habitam o parque – é considerada fundamental para quase a totalidade dos usuários. Usam o parque para seu benefício e saúde, mas sem esquecer que para que isso aconteça o local também precisa estar saudável.

Ouvindo os usuários, vê-se que seus objetivos, por ordem de importância são (figura 6):

Atividade física para cerca de 68%, como caminhadas (46%), correr e fazer *cooper* (14%), malhar, fazer ginástica, musculação, aeróbica e/ou alongamento (13%). Outros 9% costumam jogar bola (futebol), 3% andam de bicicleta e/ou skate e 2% jogam vôlei, basquete, tênis ou ping-pong.

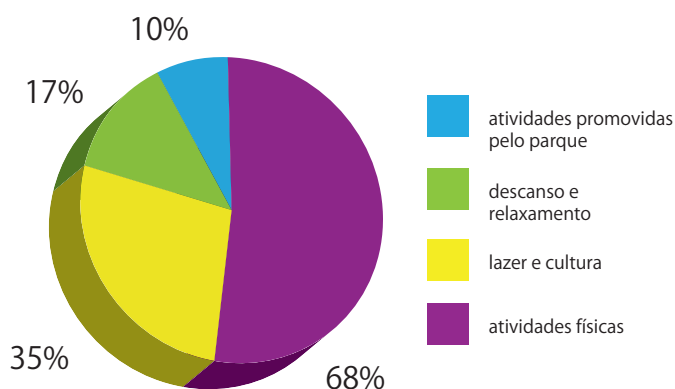
Lazer ou cultura para cerca de um terço (35%), dividido em: levar as crianças para brincar (21%), enquanto 4% vão simplesmente para passear e “dar uma volta”, mesma parcela dos que vão para conversar e encontrar os amigos e dos que vão para passear e brincar com o cachorro (4% cada).

Descanso e relaxamento, que inclui simplesmente passar o tempo, meditar e refletir, observar a natureza e/ou respirar ar puro é o objetivo de 17% dos usuários dos parques públicos.

Atividades promovidas pelo parque são o objetivo de 10% do total da amostra que costumam freqüentar parques para fazer alguma dessas atividades ou ainda usar computador ou ler.

Também se percebe preocupação e atribuição de alta importância à função dos parques de proteção aos recursos naturais e à realização dentro deles de atividades de educação ambiental e de cidadania em geral. Quando solicitados a atribuírem **importância à realização de algumas ações** no parque freqüentado – como recuperação da mata, de córregos e lagos, atividades de educação ambiental, esporte, cultura e lazer, bem como coleta seletiva de lixo –, entre 96% e 99% dos usuários, quase a unanimidade, consideraram essas ações “importante” ou “muito importante”.

FIGURA 6. Principais atividades no parque:



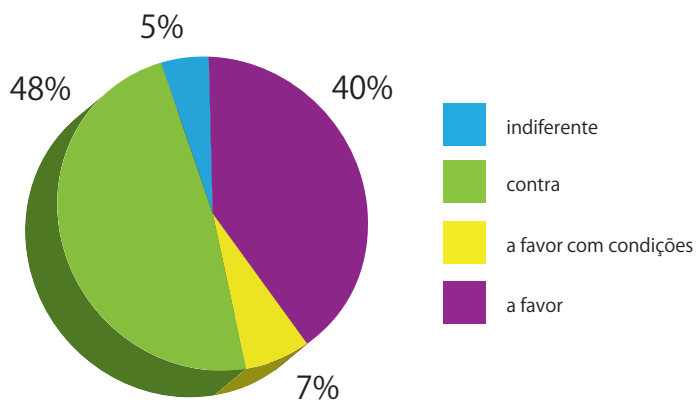
Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos parques municipais abertos. Organizado por ISA²⁰⁰⁸.

ANIMAIS NOS PARQUES

Este item foi destacado em função de ser especialmente controverso. Entre os usuários, uma parcela significativa é favorável à presença de animais, em especial cães, nos parques – são 40% dos entrevistados. Outros 7% também são favoráveis, porém desde que seguidas algumas condições como, por exemplo, o uso de coleiras, guias e focinheiras, além da obrigação de limpar a sujeira dos animais. Os que não são favoráveis em hipótese alguma correspondem a 48% dos entrevistados.

Cabe destacar que uma parcela pequena dos usuários dos parques, 16%, afirma ter o hábito de ir ao parque com seus animais de estimação, o que eleva a controvérsia do tema, uma vez que mesmo não tendo o hábito, é possível supor que quase um terço dos frequentadores aceitam a presença de animais nos parques. Isto é, considerando-se que dentre os 47% favoráveis com e sem condições estejam aqueles que levam seus animais ao parque, restam 30%, ou quase um terço, que mesmo sem ter o hábito, aprovam a prática. Essa situação acontece de forma diferenciada em alguns parques,

FIGURA 7. Entrada de animais nos parques:



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos parques municipais abertos. Organizado por ISA, 2008.



Detalhe do bebedouro para cachorros existente no Parque Buenos Aires.

mas mesmo assim é um bom exemplo da necessidade de definição de programas/procedimentos, bem como de processos participativos e educativos com os usuários de parques.

Chama atenção que os que levam animais aos parques sejam os usuários pertencentes à classe A e isto acontece, especialmente, nos parques mais centrais, como é o caso do Parque Buenos Aires, localizado em um bairro central de São Paulo e de classe social mais elevada. Neste parque o número de animais é tão alto que motivou uma Pesquisa de Frequência dos Usuários e Cães do Parque para mapear e reger esta frequência, conseguindo obter sucesso no disciplinamento destes frequentadores. Isso aconteceu com o apoio da associação intitulada Sindicato dos Cachorros que busca soluções junto à administração e aos "cachorreiros", assim chamados os frequentadores que levam seus animais, para resolver os conflitos gerados pela presença dos animais. Uma solução encontrada foi o cercadinho que delimita uma área para que os cachorros fiquem sem perturbar outras áreas e que pode ser aplicado a outros parques onde esta situação apareça como um problema.

O que os usuários pensam e conhecem sobre os parques

Um subsídio importante para a gestão dos parques municipais é o grau de conhecimento dos frequentadores sobre estes espaços, não apenas sobre a existência, mas sobre como são geridos e mantidos. Questionados sobre se conhecem outros parques da região, 64% mencionaram algum parque, contra 35% (dentre os quais se destacam 53% pertencentes à classe D) que dizem não conhecer nenhum outro parque próximo. O Parque do Ibirapuera é o mais conhecido (21%), seguido do Parque Villa Lobos (12%). Em seguida, vem o Parque do Carmo (9% de lembrança), o da Aclimação (5%) e o Parque Cidade Toronto (4%). (figura 10)

Os dados anteriores apontam um aspecto importante: as pessoas sabem que existem outros parques, mas uma parcela pequena sabe dizer o nome de um outro parque que não aquele onde elas estão. Este dado é reforçado pelo fato de que as pessoas frequentam, prioritariamente, o parque próximo de sua residência.

O Ibirapuera e o Villa Lobos são citados principalmente pelos pertencentes à classe A (29% e 22%, respectivamente) e pelos que têm renda familiar acima de dez salários mínimos (30% e 21%, nesta ordem). Vale lembrar que não necessariamente os entrevistados citaram parques localizados ou próximos à região onde moram, e também que os parques citados, com exceção do Villa Lobos que é do estado, os demais são todos ligados à SVMA.

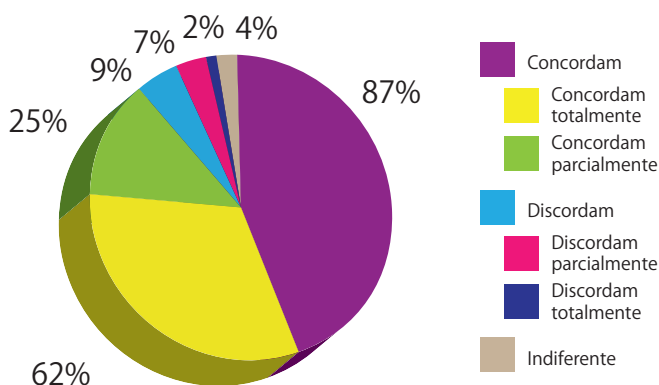
Outro aspecto muito importante da gestão dos parques públicos e que ainda é bastante ignorado pelos freqüentadores diz respeito à existência e papel dos Conselhos Gestores. Esses conselhos têm como objetivo criar espaços para que as comunidades próximas ao parque participem efetivamente de decisões sobre a gestão. Os resultados da pesquisa mostram que 70% dos freqüentadores não sabem da existência de conselho gestor no parque que freqüentam. Entre os 30% que conhecem os conselhos gestores, cabe destacar que quase metade é composta por usuários com curso superior (47%).

Interrogados sobre a função de conselhos gestores, considerando o total da amostra, 61% declaram desconhecer a função. Dentre os que declaram conhecer, 26% referem-se à administração e organização do parque, 15% mencionam a responsabilidade pela conservação e manutenção, 7% citam a incumbência de promoção de melhorias, enquanto promoção de eventos e atividades e segurança são citados por 3%.

Além do conhecimento sobre como um parque é gerido, os freqüentadores foram questionados sobre a existência de parcerias com iniciativa privada, bem como sobre a aceitação para este tipo de parceria no parque. A maioria dos freqüentadores dos parques municipais (91%) não sabe dizer se o parque recebe patrocínio ou tem parceria com alguma empresa privada. Entre os que dizem saber (6%), 4% citam empresas, 2% citam outras instituições privadas ou públicas, e 3% afirmam que o parque não tem patrocínio ou parceria. Tal fato pode ser explicado pelo fato de que a grande maioria dos parques da cidade não possui apoio da iniciativa privada para sua manutenção, ficando este restrito aos parques com maior quantidade de público e atrativos.

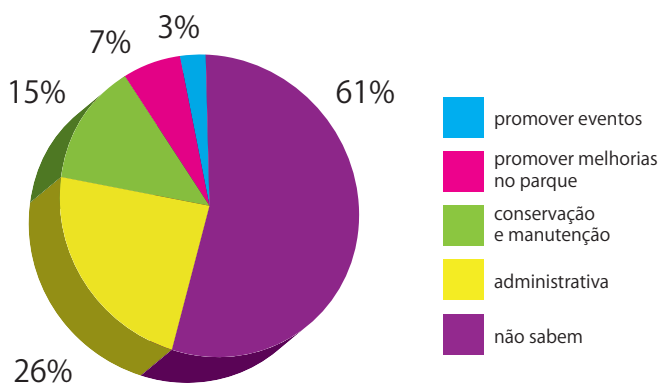
Apesar da pequena participação da iniciativa privada no apoio à manutenção de áreas tão importantes para a convivência e saúde da população em diferentes áreas da cidade, 87% dos entrevistados con-

FIGURA 8. Opinião sobre a parceria com empresas privadas na gestão:



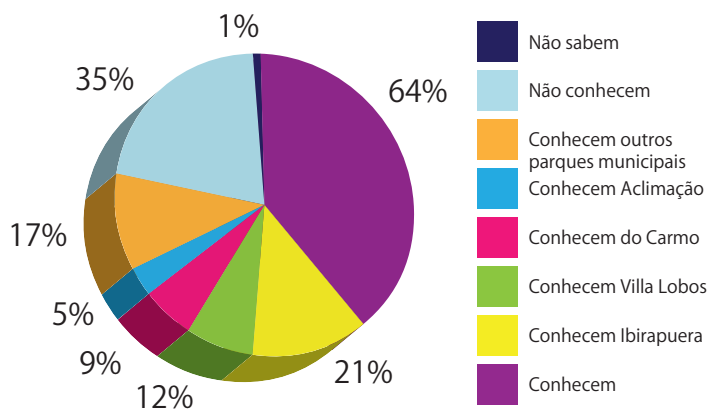
Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos parques municipais abertos. Organizado por ISA. 2008.

FIGURA 9. Função dos conselhos gestores:



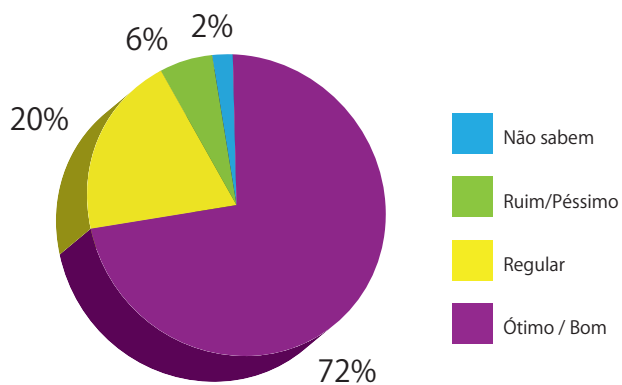
Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos parques municipais abertos. Organizado por ISA. 2008.

FIGURA 10. Conhecimento de outros parques da cidade:



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos parques municipais abertos. Organizado por ISA, 2008.

FIGURA 11. Avaliação da manutenção realizada pela prefeitura:



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos parques municipais abertos. Organizado por ISA, 2008.

cordam com a idéia deste tipo de parceria. Vale destacar que 62% concordam totalmente e apenas 9% discordam (totalmente ou em parte) da parceria privada. (figura 8)

COMO OS USUÁRIOS AVALIAM OS PARQUES

No sentido de ampliar o conhecimento sobre como a população avalia os cuidados da prefeitura com os parques da cidade, foi pedido aos usuários que julgassem a manutenção do parque como um todo, bem como alguns itens específicos como: espaço, vegetação e jardinagem, limpeza em geral, horário de funcionamento, atendimento dos funcionários, segurança em geral, condições de pavimentação, acesso ao parque de transporte, sinalização, bebedouros, banheiros, iluminação, atividades de esporte, lazer e cultura, equipamentos de lazer, atividades de educação ambiental.

Para tal, foi adotada uma escala de cinco pontos, em que 1 significa péssimo e 5, ótimo. Os resultados, conforme gráficos a seguir, mostram que a maioria dos usuários de parques considera a manutenção pela prefeitura como boa ou ótima.

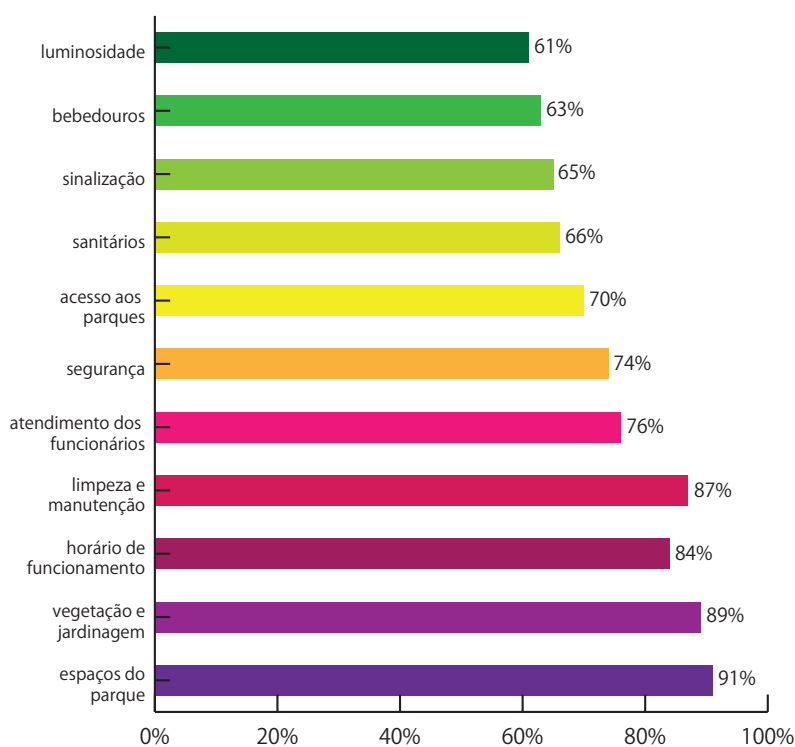
Quanto aos aspectos de cada parque, e considerando-se a margem de erro, empatam como aspectos mais bem avaliados o espaço (91% de ótimo ou bom), vegetação e jardinagem (89%) e a limpeza em geral (87%). Também são positivamente avaliados o horário de funcionamento (84%), seguido do atendimento dos funcionários (76%), da segurança (74%), das condições de pavimentação (71%) e o acesso ao parque por meio de transporte (70%). Embora sejam aprovados pela maioria, são menos expressivas as taxas de ótimo e bom para os banheiros (66%), para a sinalização dentro do parque (65%), para os bebedouros (63%) e à luminosidade (61%) (figura 12).

Considerando uma média geral construída de 66% de aprovação aos aspectos dos parques públicos, têm aprovação abaixo da média: atividades de lazer realizadas pelos parques (47%), equipamentos de esporte e lazer e atividades de educação ambiental (42%, cada) e, por último, a realização de atividades culturais (33%) (figura 13).

Vale ressaltar a aprovação acima da média para atividades de lazer e culturais e atividades de educação ambiental entre os entrevistados pertencentes à classe D e com renda familiar até dois salários mínimos.

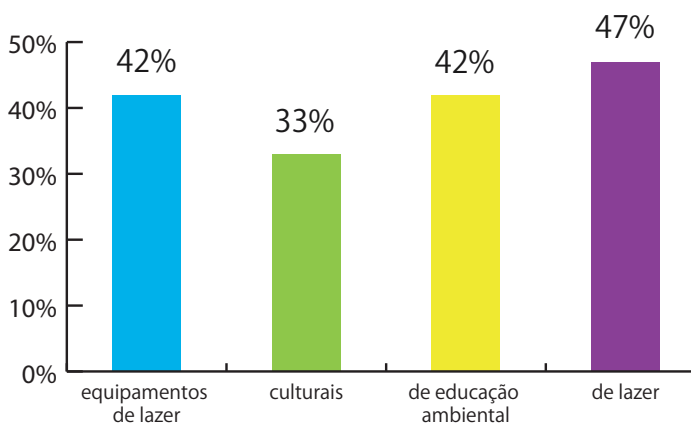
No sentido de medir o grau de envolvimento dos usuários dos parques em tornar esses espaços melhores, os entrevistados foram questionados sobre sua disposição em colaborar voluntariamente com a manutenção do parque que frequenta. O resultado é bastante interessante: uma parcela equivalente à que aprova a manutenção dos parques pela prefeitura (71%) afirma que colaboraria, com certeza ou provavelmente, de forma voluntária à preservação do parque e às atividades nele desenvolvidas. Apenas 18% não sabem se colaborariam, e 11% dizem que não o fariam (figura14). Estes números indicam que o voluntariado pode ser organizado e ter sucesso nos parques, através de programas específicos para alguma atividade, mas principalmente no incentivo destes usuários a participarem das esferas já existentes, como os conselhos gestores, por exemplo.

FIGURA 12. Avaliação ótima/boa dos equipamentos e serviços dos parques:



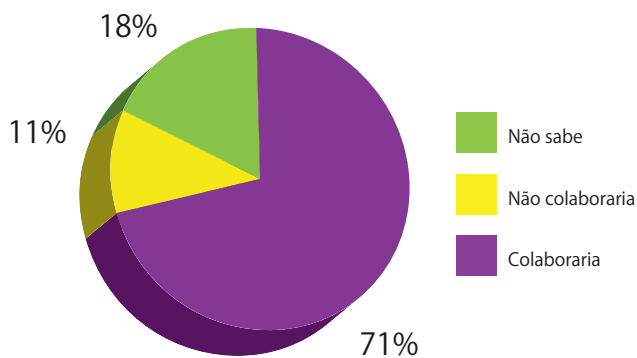
Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos parques municipais abertos. Organizado por ISA, 2008.

FIGURA 13. Avaliação ótima/boa das atividades realizadas do parque:



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos parques municipais abertos. Organizado por ISA- 2008.

FIGURA 14. Colaborariam na manutenção e atividades do parque:



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos parques municipais abertos. Organizado por ISA- 2008.

Subsídios para a gestão

Nestes 6 meses de trabalho conjunto com SVMA, especialmente com os administradores dos parques públicos municipais, foi possível realizar uma série de atividades que compõem as matérias primas para subsidiar a gestão dos parques. Entre as principais atividades e referências norteadores das propostas estão:

- Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo;
- Oficinas com administradores e com usuários e Conselhos Gestores dos parques;
- Documento produzido pelos administradores dos Parques Municipais com contribuições para planos de gestão de cada parque;
- Diagnóstico e levantamento de informações sobre os parques produzidos em parceria com DEPAVE e administradores;
- Pesquisa de Opinião com usuários de parques realizada pelo Datafolha;
- Questionário aplicado aos administradores e aos técnicos do DEPAVE;
- Pesquisa sobre Planos de Manejo, Planos de Gestão e Sistemas de Áreas Verdes implantados em outras localidades.

A seguir são apresentados alguns aspectos que merecem destaque para subsidiar a gestão dos parques. Primeiramente são resgatados os objetivos dos Sistemas de Áreas Verdes previstos no Plano Diretor do Município, que devem nortear a política de gestão de parques municipais na cidade de São Paulo. O segundo item apresenta conjunto de objetivos gerais e específicos produzidos pelos administradores dos parques e os propostos pelos administradores dos parques, que reforçam, entre outros aspectos, a necessidade de programas e projetos específicos e comuns para cada parque, que inspirou a proposta de programa feita ao final deste capítulo.

O terceiro item traz um panorama atual da gestão, a partir de conjunto de informações coletadas nas oficinas, nas reuniões com técnicos e administradores, bem como nas visitas e checagens realizadas nos parques.

Finalmente, o quarto item apresenta proposta de procedimentos e planos de gestão para os parques como um todo, para tal, propõe a divisão dos parques por categorias, considerando outros aspectos além

da sua localização, e para cada uma dessas categorias, apresenta instrumentos de gestão, que incluem desde Planos de Manejo até programas gerais para todos os parques.

Sistema de Áreas Verdes – Plano Diretor Estratégico de São Paulo

No Plano Diretor Estratégico – PDE, estão delineados objetivos para o Plano de Gestão dos parques municipais de São Paulo, uma vez que eles compõem o sistema de áreas verdes. De acordo com o Plano Diretor do Município de São Paulo, na seção que trata da Política Ambiental e de gestão de Parques e Áreas Verdes, o plano de gestão deve se encarregar de alguns objetivos:

- Ampliar as áreas verdes, melhorando a relação área verde por habitante no Município;
- Assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental nas áreas integrantes do sistema de áreas verdes do Município;
- A gestão compartilhada das áreas verdes públicas significativas;
- O disciplinamento do uso, nas praças e nos parques municipais, das atividades culturais e esportivas, bem como dos usos de interesse turístico, compatibilizando-os ao caráter essencial desses espaços.

Documento produzido pelos administradores dos Parques Municipais com contribuições para planos de gestão de cada parque

Os objetivos para Planos de Gestão também foram inspirados no processo participativo, onde um dos principais atores são os Administradores dos Parques. Eles elaboraram um documento onde estavam os Objetivos Gerais e Específicos do Plano de Gestão que também procurou contemplar nas propostas:¹

¹ Propostas dos Administradores para o Plano de Gestão dos Parques da Secretaria do Verde e Meio Ambiente

Objetivos Gerais:

- Contribuir para gestão ambiental da cidade;
- Influenciar na educação para o ambiente;
- Subsidiar políticas públicas da Prefeitura de São Paulo;
- Dar evidência à missão e objetivos da SVMA.

Objetivos específicos:

- Identificar como a cidade de São Paulo pode ser dividida em regiões com características socioambientais marcantes;
- Localizar cada um dos parques urbanos municipais em tais regiões;
- Identificar as possibilidades de influência mútuas entre cada parque urbano municipal e seu respectivo entorno imediato e região;
- Definir os papéis de cada parque em função de sua localização;
- Definir a relação do parque (potencial e efetiva) com as demais áreas verdes de sua região e do município;
- Definir procedimentos administrativos referentes ao cotidiano do parque mais adequados para todos os parques urbanos municipais;
- Realizar demarcação do parque em zonas;
- Encaminhar programas e projetos específicos e comuns.

Pontos importantes para subsidiar a gestão

A realidade atual dos parques municipais e a ampliação que se pretende com o Programa 100 Parques apontam para a necessidade de se criar condições para que as iniciativas interessantes que vêm acontecendo nos parques sejam aprimoradas e ampliadas, a exemplo de alguns programas em andamento, como é o caso dos contratos de manutenção e segurança, os quais constituem-se importantes referências para todos os itens que serão aqui salientados.

As informações apresentadas a seguir foram produzidas a partir dos resultados das oficinas, de reuniões com técnicos e administradores, bem como das visitas e checagens realizadas nos parques. Este conjunto de informações procura traçar um panorama atual da gestão e

promover a reflexão e a construção da gestão destes espaços no âmbito do município de São Paulo.

A GESTÃO ATUAL

Atualmente os parques são reunidos em grupos por região da cidade. Este agrupamento está relacionado tanto com a proximidade e disposição destes espaços na cidade, como com a administração conjunta dos contratos de manutenção, limpeza e segurança dos parques.

A definição de prioridades de investimentos/projetos nos parques, atualmente, fica dispersa entre diversos atores da SVMA. Entretanto, em passado recente, eram definidas pelo DEPAVE-5 – que detém as informações necessárias relativas às demandas e prioridades.

Os administradores dos parques são o braço operacional da SVMA nos parques públicos, eles são peça fundamental na execução da política de gestão idealizada pela Secretaria. Por outro lado, vê-se que eles são atores desta política. Eles são a porta de entrada e de saída das políticas públicas para os parques, isso porque eles - e outros funcionários dos parques evidentemente também - funcionam como receptores das demandas da população e, por outro lado, são os representantes dos interesses do poder público junto àquela unidade gerencial da qual tomam conta. Desta forma ele detém a importante tarefa de perceber as demandas e traduzi-las em políticas públicas, mas, para isso, deve haver um canal de comunicação aberto entre as estruturas da SVMA que têm poder de atuação na elaboração de políticas de gestão e estes administradores.

No questionário aplicado aos administradores e aos técnicos do DEPAVE, descrito na primeira parte desta publicação, foi solicitada uma descrição das atribuições dos administradores. A partir da análise desse conjunto de informações, foi possível verificar que as atribuições dos administradores de parques concentram um amplo escopo de atividades que vão da administração de contratos, como os casos dos contratos de serviços de segurança e manutenção, à intermediação de todo o tipo de conflitos de usos nos parques, feitos pelos usuários como os casos abaixo e toda sorte de eventos cotidianos e também inusitados que ocorrem nos parques:

Atividades de esporte e lazer – cuidar de todo disciplinamento de uso dos espaços e equipamentos destinados aos esportes e lazer e também os usos indevidos destes mesmos equipamentos, previstos e não previstos;

Manutenção e aspectos gerais de organização – desde os aspectos previstos em contratos até os fatos inusitados ou não cotidianos como as quedas de árvores, incêndio na mata e falta d'água, áreas de serviço e compostagem, entre outros;

Relação com os usuários – todo tipo de situação, desde as mais corriqueiras e regulamentadas até aquelas inesperadas, como: pessoas alcoolizadas e consumo de drogas, vandalismo (equipamentos e patrimônio natural), proprietário de cães que desobedecem à legislação, reclamações de usuários, estacionamento de veículos, vendedores, manifestações religiosas e pleitos de uso dos espaços do parque;

Animais no Parque – animais abandonados, concentração de pombo e aqueles que os alimentam no parque, animais doentes ou necessitados de cuidados especiais, pássaros filhotes que se encontram, acidentalmente, fora de ninhos;

Relação com outros setores ou órgãos públicos – realização de evento no parque relacionamento com a imprensa, filmagens e fotografias para publicidade, relação com a Subprefeitura e atendimento às solicitações, relação hierárquica com o corpo técnico do DEPAVE e SVMA; questões com segurança, apoio da GCM, PM, além das empresas contratadas para a segurança nos parques;

Relação com funcionários do parque – disciplinamento dos usos das instalações e mobiliário do parque pelos funcionários, buscar solução para funcionário com problemas disciplinares ou de adaptação às funções, definição de escala de funcionários, correta destinação de bens patrimoniais inservíveis, buscar apuração de fatos e responsabilidades nos casos de subtração de bens patrimoniais, controle sobre uso de telefones.

Com este conjunto de atribuições dispersas, o administrador como figura central da administração de uma unidade terá muito pouca dispo-

nibilidade, capacidade e recursos para ainda concentrar-se em projetos diferenciais e específicos. Dessa constatação decorre a necessidade de se ter programas e instrumentos de gestão que, tendo uma estrutura técnica e financeira dentro da SVMA, possa ser direcionada aos parques.

No conjunto de administradores há profissionais das mais variadas áreas: humanas, biológicas, engenharias, administração; o que os capacita para várias atividades em grupos de colaboradores, onde os diferentes conhecimentos e perfis profissionais podem enriquecer as trocas para solucionar questões do cotidiano e da gestão destas áreas. Desta forma, profissionais com maior talento para relação comunitária, por exemplo, podem sugerir práticas aos que têm mais tino para as questões administrativas ou para soluções práticas como o manejo de fauna e flora, entre outras trocas possíveis e enriquecedoras. Estas trocas acontecem naturalmente em um ambiente de trabalho e amizade entre colegas, no entanto, elas podem ser otimizadas e acontecer de um modo sistematizado e organizado como será proposto adiante para a execução de instrumentos e programas de gestão entre grupos definidos de parques.

Relacionamento com outras Secretarias - A partir dos questionários e checagens de campo foi possível verificar que não existe, na maioria dos casos, parcerias formalizadas e definidas, mas sim a utilização de espaços e equipamentos existentes nos parques por diferentes setores da prefeitura. O desenvolvimento de atividades de forma integrada com a gestão de cada parque parece estar mais relacionada com disposição e iniciativa do administrador do local e dos técnicos de determinado setor da prefeitura. A título de exemplo, a seguir são listados algumas Secretarias que têm equipamentos próprios dentro das áreas dos parques, ou então, realizam atividades específicas na área do Parque.

Secretaria de Saúde: CECCO – Há espaços específicos, administrados independentemente no que diz respeito à manutenção em geral e gerenciamento de atividades; Atividades de ginástica realizadas pela Secretaria (Tai-chi-chuan, Lian-gong, ginástica dançante, Radio Taisso, uma ginástica laboral).

Secretaria de Educação: Já vêm acontecendo atividades de educação ambiental com as escolas do entorno.

Secretaria de Esportes: Organiza atividades direcionadas nos parques.

Secretaria de Cultura: Atividades culturais em geral – eventos de artes e oficinas de artes; Salas de leitura nos finais de semana; Organização da Memória dos Parques, especialmente históricos.

Núcleos de Gestão Descentralizada (NGD) – os NGDs foram criados pela SVMA em agosto de 2005 com a finalidade de tornar mais efetiva a proteção ambiental na cidade de São Paulo. Alguns dos problemas que motivaram esta criação foram: mananciais ameaçados; impermeabilização do solo; falta de áreas verdes; e concentração da poluição são exemplos da ampla gama de questões a serem abordadas de forma regional. Os núcleos estão organizados regionalmente: Norte, Centro-Oeste, Leste e Sul e tem como atribuições, entre outras, criar programas de educação ambiental.

Na criação dos NGDs estava presente uma outra diretriz fundamental, isto é, o estabelecimento de um trabalho conjunto com outros órgãos governamentais, municipais e estaduais, principalmente as subprefeituras. É neste sentido que os Núcleos de Gestão Descentralizada têm como base o apoio à gestão de áreas verdes, já efetuado em conjunto com as subprefeituras; ações de educação ambiental; e ações de fiscalização integrada, como já vem ocorrendo na região de mananciais por meio de convênio com o governo do estado. Onde se constata que, ao mesmo tempo em que há um desafio a ser vencido, há também uma grande possibilidade de parceria, já comprovadamente efetiva, com a aproximação entre a gestão dos parques e atuação regional dos NGDs.

A percepção dos administradores em relação aos NGDs é muito variada, mas é possível perceber diferenças entre os núcleos e o envolvimento desses com os administradores.

Alguns administradores de parques, no entanto, afirmam encontrar no NGD um verdadeiro parceiro na realização de várias atividades, inclusive de educação ambiental. Mas esta parece ser uma iniciativa específica de um núcleo com a administração do parque. Propõe-se como diretriz genérica que os NGDs atuem efetivamente nas suas regiões com programas direcionados àquela região e suas necessidades, como apregoado nas justificativas de sua criação, ou seja, como uma política de des-

CLAUDIO TAVARES



Detalhe da placa de identificação feita com material reciclável no Parque da Aclimação, uma das diversas atividades de educação ambiental realizada nos parques.

CLAUDIO TAVARES



Mural de informações das atividades de educação ambiental e sobre questões socioambientais no Parque Santo Dias.

CLAUDIO TAVARES



Grupo realizando atividade de Thai Chi Chuan no Parque do Ibirapuera, atividade muito frequente em diversos parques.

ANA GONZATTO



CLAUDIO TAVARES



Canteiro em mandala no Parque Vila Guilherme.

Casa de Leitura aberta aos fins de semana no Parque Ibirapuera.

centralização e desconcentração de atividades, segundo a qual os NGDs devem proporcionar um planejamento e desenvolvimento conjunto de atividades, facilitando a compatibilização entre os recursos existentes, as necessidades de cada região e o estabelecimento de prioridades.

ATIVIDADES E O PAPEL DOS PARQUES

A partir dos questionários e das discussões realizadas no âmbito das oficinas, foi possível verificar que as interpretações dos administradores são bastante ricas e resultam em uma concepção dos parques urbanos municipais como territórios de uso público, dotados de áreas verdes, que abrigam diversos usos – recreativo, lazer, contemplação da natureza, pesquisa, esporte, cultura e educação. Por abrigarem tão diversos usos, são lugares onde há conflitos entre os que querem silêncio e os que querem ouvir música, por exemplo, entre as atividades de uso intenso de lazer e as atividades de contemplação, entre as práticas de atividades esportivas, de lazer e cultura e as necessidades de preservação, entre outras.

Esta concepção denota uma preocupação, legítima, da parte dos administradores, no sentido de conciliar e harmonizar os diversos usos demandados aos parques e, até mesmo, uma necessidade de regerar estes usos, defini-los e pactuar com os usuários.

As diferenças de concepção do que é um parque para cada um deles parecem estar relacionadas com a expectativa de como consideram o meio ambiente (se como natureza, como problema, como recurso etc.) e como se dá a relação com ele a partir dessa definição (para apreciar, para resolver, para gerenciar etc.); e com a gênese do espaço, se foi um espaço originário de um loteamento, ou de uma praça, as expectativas sobre ele parecem ser diferentes das que recaem sobre um lugar desapropriado, grandes áreas de mata preservada etc.

Desdobrando os conceitos, é possível constatar que os administradores concebem que os parques podem ser considerados unidades de conservação, pois possuem atribuições de: pesquisa, educação ambiental, corredor de avifauna, preservação de fauna e flora, funções descritas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Além disso, eles vêem os Parques inseridos em um sistema de áreas verdes preservadas para além

do espaço do parque. Ou seja, o parque não pode ser visto de modo isolado. Ele faz parte da cidade e às vezes, concentra conflitos da cidade.

Neste sentido, é preciso promover políticas públicas integradas dentro e fora dos gradis dos parques, incluindo instrumentos para superar, entre outros desafios, os conflitos de uso e integração com outros setores da Prefeitura. Por exemplo, às vezes um parque é muito demandado para a prática de esportes, no entanto, ao lado dele, ou próximo, às vezes até no mesmo bairro, há um equipamento de esportes da Secretaria de Esportes que está ocioso. Por isso, é fundamental que haja integração dos diferentes programas das Secretarias da administração pública para equilibrar oferta e demanda de equipamentos e atividades aos seus usos compatíveis e mais adequados.

Há algumas situações novas em relação aos parques que precisarão ser encaradas no processo de planejamento dos parques urbanos municipais, que muitas vezes têm na sua origem uma complexização na gênese e nas funções desenvolvidas nos parques. Uma delas tem relação à gênese dos parques que foram criados a partir de grandes áreas preservadas, como o Parque Anhanguera ou os parques criados a partir do Rodoanel. Esses parques, concebidos como Unidades de Conservação, embora muitas vezes ainda não tenham os planos de manejo para funcionarem como tal, têm na sua concepção uma função que não é mais, prioritariamente o lazer e a recreação dos parques urbanos.

E quanto aos usuários, como eles vêem e usam os parques? É significativo perceber que a absoluta maioria (68%) dos frequentadores de parques o procuram para a prática de atividades físicas. No entanto, em oficinas realizadas com os usuários com a intenção de avaliar como eles vêem o parque onde eles frequentam e o que gostariam que houvesse nele, aparecem muitas demandas que vão além da prática de exercícios. Na atividade da “Árvore dos Sonhos” já relatada acima, vemos que os frequentadores estão muito sintonizados com as áreas de lazer de um modo geral, no entanto, também percebem que nos parques há uma “natureza a ser preservada” e isto inclui a qualidade das águas, a quantidade de verde, os pássaros e outros animais. Eles também valorizam muito atividades de educação ambiental e prática cidadã de um modo geral, inclusive com participação na manutenção dos parques.

Sobre este último dado é importante ressaltar a expressiva parcela dos entrevistados na pesquisa de opinião disponíveis a colaborar (71%), com certeza ou provavelmente, de forma voluntária para a preservação do parque, bem como de participar na realização de atividades nele desenvolvidas. Apenas 18% não sabem se colaborariam, e 11% dizem que não o fariam.

Sendo os frequentadores em grande maioria do entorno dos parques, fica o desafio de envolver esta população a participar de atividades como Coleta Seletiva, programas de educação ambiental, atividades de esporte, cultura e lazer, entre outras. Por outro lado, também vemos que há parques que organizam atividades nas quais os usuários não têm participado, como é o caso deste relato de administrador:

“No parque foram realizadas algumas trilhas ecológicas [de iniciativa do administrador], mas devido à baixa participação da comunidade os eventos cessaram. A divulgação dessas trilhas foi feita através de panfletos distribuídos dentro do parque e cartazes. O parque recebe algumas escolas, mas sem serem monitoradas”. Grifo nosso.

Podemos ler estes dados de algumas maneiras: se por um lado as atividades existentes nos parques ainda não atingem o grande público, por outro pode ser que falte divulgação, recursos humanos ou outros para a realização dos trabalhos no Parque. Por um lado, indicam que há potencial para realização de mais atividades nos parques e mostram também atividades que atingem sucesso em muitos parques como a coleta seletiva.

Durante as visitas técnicas realizadas, foi possível verificar que as atividades de educação ambiental organizadas pelos administradores dos parques estão ganhando certo fôlego, isto se deve especialmente à presença de estagiários nos parques, que apóiam os administradores nas ações. Estas equipes estão elaborando propostas, iniciando projetos pilotos com as escolas do entorno e até mesmo realizando atividades de educação ambiental nos parques com temas como coleta seletiva e reciclagem dos materiais (vidros, plásticos, metais, papéis etc.) e reutilização de óleos usados, horta orgânica, mandalas de flores e temperos,

Coleta Seletiva

Nas experiências realizadas na maioria dos parques, a coleta seletiva é feita com sucesso, e aparece com um potencial de crescimento muito grande. Em alguns parques, dependendo das iniciativas dos administradores e também de grupos ou cooperativas locais, a coleta seletiva acontece com sucesso e em outros, ela não atinge a comunidade local. Mesmo naqueles em que atinge, o potencial de ampliação, considerando a densidade de ocupação do entorno, é em geral muito alto.

CLAUDIO TAVARES



Lixeiras destinadas a separação de resíduos do Parque do Ibirapuera.

ANA GONZATTO



Detalhe das caçambas de coleta seletiva no Parque Piqueri.



CLAUDIO TAVARES

Lixeira localizada em trilha do Parque Alfredo Volpi.

Relação de atividades realizadas nos parques

Educação ambiental	Trilhas ecológicas, filmes, palestras e oficinas: sabão ecológico, terráreo composteira, reciclagem. Programa de educação ambiental para crianças de escolas públicas e privadas, implementação de horta comunitária em parceria com ACDEM, capacitação de monitores e visitas dos alunos às atividades desenvolvidas.
Saúde	Tai chi chuan, ginástica corporal, Lian-gong, ginástica dançante e Radio Taíso, atividades de saúde como teste de glicemia, pressão e catarata, dia da mulher pela secretária da saúde, atividades de saúde como as de problemas respiratórios, sobre doenças sexualmente transmissíveis.
Esporte e lazer	Atividades de alongamento e orientações para atividades físicas, deficientes visuais oferecem massagens gratuitas aos usuários, Virada Esportiva, aulas de tênis para crianças e adolescentes "Projeto Raquetes do Futuro" e ginástica localizada para terceira idade, campeonatos de basquete e bocha, jogos organizados com a comunidade no campo de futebol.
Cultural	Workshops de Aquarela, Evento Power to the Peacefull em 01 de outubro de 2007, com diversos shows gratuitos durante o dia, aula de yoga aberta, palestras e debates sobre atuação social. Também shows diversos, viradas culturais, apresentações circenses, teatrais, musicais e de dança.
Outras	Oficina de confecção de bandeirinha para festa junina, campanha do agasalho em parceria com ONGs, parceria com uma instituição de deficientes, atividades oferecidas pelo Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã, desenvolvimento de canteiros por deficientes mentais.

compostagem, trilhas de interpretação de flora e fauna, atividades de educação ambiental nas escolas, entre outras.

Porém, também foi possível verificar que falta apoio. Tal fato é ressaltado por alguns administradores, em especial quanto à falta de recursos para compra de um material mínimo para realizar oficinas ou outras atividades de educação ambiental, ficando por conta dos administradores conseguirem realizar estas atividades de um modo ou outro.

Vale ressaltar a aprovação acima da média a atividades de lazer e culturais e atividades de educação ambiental entre os entrevistados pertencentes à classe D e com renda familiar até dois salários mínimos, que reforça este importante papel dos parques, em especial, em áreas da cidade quase totalmente desprovidas de espaços de lazer para a população.

CONSELHOS GESTORES

Relativamente recentes na história da administração dos parques, os conselhos gestores vêm sendo progressivamente implementados, sendo presentes hoje na maioria dos parques municipais. No entanto, ainda vê-se um grande desconhecimento, entre os usuários dos parques, sobre a existência e função dos mesmos. Apenas 30% dos entrevistados pelo Datafolha dizem saber da existência de um conselho gestor no parque, com destaque para os usuários de parques com curso superior (47%), contra 70% que não sabem sequer da existência do conselho no seu parque.

Quando se trata de saber a função dos Conselhos Gestores, vemos que 39% declaram saber qual é a função dos conselhos gestores: 26% referem-se à administração e organização do parque, 15% mencionam a responsabilidade pela conservação e manutenção, 7% citam a incumbência de promoção de melhorias, enquanto promoção de eventos e atividades e segurança são citados por 3%, cada. Já 61% dos entrevistados não sabem qual é a função de um conselho gestor. Comparando aos termos da Lei (ver box p. 95), vê-se um empobrecimento das funções, por parte de quem julga saber quais são.

Estes são dados médios dos entrevistados, também há os que conhecem muito bem o conselho gestor e participam ativamente. Há casos de parques onde as eleições são disputadíssimas entre os representantes da Sociedade Civil, no entanto, segundo os administradores, também há, infelizmente, os casos em que os interesses pelas eleições não são exatamente os descritos na lei, mas sim uma certa promoção de grupos e interesses particulares. Por outro lado, estas questões têm de ser relativizadas em função da necessidade de amadurecimento do próprio processo participativo que está se consolidando. A tendência, com um trabalho direcionado para este foco, é fortalecer a capacidade de organização da comunidade para a gestão coletiva de um espaço público.

Este resultado negativo das pesquisas demonstra que a ação dos Conselhos Gestores ainda não se faz sentir pelos usuários. A falta de divulgação sobre os conselhos pode ser uma das razões da pouca participação da comunidade, seja como membros eleitos, seja participando em atividades promovidas pelos Conselheiros.

A Lei Municipal nº 13.539, de 20 de março de 2003, dispõe sobre a criação dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais, segundo a qual:

“Fica criado, no âmbito de cada parque municipal, com caráter permanente e deliberativo, Conselho Gestor, com a finalidade de participar do planejamento, gerenciamento e fiscalização de suas atividades” (Lei Municipal nº 13.539/03).

Vale ressaltar as atribuições dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais:

- I - participar da elaboração e aprovar o planejamento das atividades desenvolvidas pelos parques municipais;
- II - propor medidas visando à organização e à manutenção dos parques municipais, à melhoria do sistema de atendimento aos usuários, à defesa dos direitos dos trabalhadores e à consolidação de seu papel como centro de lazer e recreação e como unidade de conservação e educação ambiental;
- III - analisar e opinar sobre pedidos de autorização de uso dos espaços dos parques municipais, inclusive para realização de shows e eventos;
- IV - fiscalizar e opinar sobre o funcionamento dos parques municipais;
- V - examinar propostas, denúncias e queixas, encaminhadas por qualquer pessoa ou entidade, e a elas responder;
- VI - articular as populações do entorno do parque para promover o debate e elaborar propostas sobre as questões ambientais locais;
- VII - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno e normas de funcionamento;
- VIII - acompanhar o Orçamento Participativo” (Lei Municipal nº 13.539/03).

Uma outra ponta deste problema é indicada pelos administradores dos parques, uma vez que muitos dos órgãos governamentais como subprefeituras e secretarias que atuam nos parques não indicam participantes para o Conselho Gestor, ou quando indicam, sua atuação deixa a desejar, não comparecem às reuniões, ficando estas esvaziadas e os cargos do mesmo incompletos e sem condições de atuar.

Por outro lado vê-se que alguns Conselhos ganham um novo ânimo quando conseguem efetivar alguma ação em prol do Parque, é o caso do Conselho do Parque da Acimação que começou uma batalha para impedir a verticalização do entorno do Parque e do Conselho do Parque Severo Gomes que conseguiu impedir que o Córrego Judas, que passa dentro do Parque, fosse canalizado.

PARCERIAS: ESTUDOS DE CASO PARQUE LINA E PAULO RAIA E BURLE MARX

Este tipo de gestão com empresas privadas é uma iniciativa que vem crescendo em diversas esferas de administração de parques no Brasil, principalmente nos parques nacionais, como o Parque Nacional da Tijuca no Rio de Janeiro, um exemplo de parque administrado através da gestão compartilhada IBAMA-Prefeitura, tendo também a participação de ONGs, empresas privadas e da Associação Amigos do Parque no desenvolvimento de programas e projetos dentro do parque. Segundo a Associação, houve uma melhora, a partir de 1999 quando foi assinada a parceria, tanto na estrutura quanto no funcionamento do parque e principalmente na implantação de programas e projetos de ecoturismo e de educação ambiental.

Dentro do universo dos parques municipais paulistanos existem dois exemplos de gestão compartilhada. Este tipo de parceria para os frequentadores dos parques, segundo a pesquisa do Datafolha, é importante para o bom funcionamento do parque. Cerca de 87% dos usuários dos parques concordam com a ideia dos parques municipais terem algum tipo de patrocínio ou parceria. Esta é a mesma opinião da grande maioria dos administradores dos parques existentes. Segundo eles, a gestão compartilhada é importante e até necessária para facilitar o trabalho burocrático que dificulta a administração dos parques. Segundo

relato, questões simples de serem resolvidas, como a manutenção nos jardins dos parques podem ter vários entraves burocráticos dentro das esferas públicas. O que não ocorre quando estas questões do cotidiano estão sob responsabilidades de entidades privadas, já que estas entidades prezam pela agilidade nas execuções das tarefas.

No caso dos Parques Lina e Paulo Raia e Burle Marx, existem diferentes formas de ações das empresas na parceria com a administração pública do parque.

O Parque Lina e Paulo Raia tem a gestão compartilhada com o Banco Itaú, que tem sua sede localizada ao lado do parque. O papel do banco é cuidar da manutenção dos equipamentos existentes, da segurança e da jardinagem do parque, sendo esta parte considerada o cartão de visita do parque tanto para a administração quanto para o banco. Esta parceria é um contrato vitalício de compensação ambiental do banco por conta da obra do complexo de prédios. Estes edifícios têm 7 andares no subsolo, túneis e caminhos que interligam os prédios e ligam com a estação do Metrô próxima. Este processo ocorreu em 1982, quando as obras dos prédios ficaram prontas. O acordo de gestão compartilhada entre as duas instituições (banco e DEPAVE) está firmada desde 1985, porém, entrou em vigor somente em 2004.

A comunicação entre o banco e o parque é feita através de um livro de ocorrências que fica no parque e onde todas as solicitações são pedidas. Por parte do banco, existe um responsável pelo recebimento, organização e resolução destas ocorrências. O que foge da esfera de responsabilidade do banco como, por exemplo, a aquisição de novos equipamentos para o parque, à princípio não é negado, segundo relato do administrador e do responsável no banco. Neste caso, há uma conversa entre o responsável do banco e o parque e depois entre ele e as outras esferas do banco, se o pedido for possível ele é aceito. Para o administrador, a grande vantagem é a desburocratização que a parceria permite. Existem também, neste livro de ocorrências, pedidos do banco ao parque que também são aceitos conforme a disposição do parque. Como exemplos, a implementação de coleta seletiva, um posto de coleta de pilhas e baterias dentro do parque para os funcionários do banco e para o público em geral. O orçamento disponibilizado pelo banco ao parque é feito de acordo com o histórico do parque. Ele é feito baseado no que o parque já gastava por mês normalmente, desde a oficialização do convênio.

Já no Parque Burle Marx, o tipo de parceria vai além da responsabilidade de alguns pontos cotidianos do parque, como a segurança e a manutenção. A gestão do parque é toda realizada pela fundação Aron Birman, inclusive a parte financeira, sendo que o contrato do administrador e dos outros funcionários do parque é de responsabilidade da fundação.

O convênio entre a prefeitura e a construtora começou em 1995 e tem prazo de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos. A área do parque foi cedida à prefeitura como área destinada a uso público, pelas construtoras, que fizeram os primeiros loteamentos dos condomínios do entorno. Neste período foi criada a fundação para administrar o parque. Os recursos da fundação vêm de doações de várias construtoras, que não têm necessariamente loteamento no entorno do parque. Doações essas que são revertidas em abatimentos fiscais.

A grande especificidade existente no Parque Burle Marx em relação à sua administração e que foi fruto desta parceria é o plano diretor realizado pelo DEPAVE e pela fundação. Nele foi feito um zoneamento da área do parque, fundamental para uma gestão adequada do espaço. Assim o parque é dividido em: área de uso e circulação intensa (entrada do parque), área das jabuticabeiras (trecho de arbustos onde começa a trilha), área de preservação (área de mata e reflorestamento de palmito Juçara) e o jardim do Burle Marx. Existe uma comissão do DEPAVE que acompanha e fiscaliza as ações realizadas pela fundação no parque.

Além destes dois exemplos de gestão compartilhada, onde toda a administração é realizada em parceria, existem outros exemplos onde entidades privadas podem colaborar na gestão dos parques públicos – através de convênios para atividades ou projetos pontuais, como o que ocorreu no parque do Ibirapuera, que realizou uma parceria com o Banco Real para a instalação de lixeiras, placas de sinalização e placas de identificação das árvores. São ações pontuais que colaboram para facilitar a administração pública, já que muitas vezes, pelo tamanho da máquina pública, pequenas ações entram em um processo tão hierarquizado e rígido que muitas vezes se perdem e a demora na resolução da questão é muito grande em relação ao seu tamanho.

O Plano Diretor Municipal estabelece como meta para a gestão das áreas verdes, nelas incluídos os parques públicos:

“Estabelecer parceria entre os setores público e privado, por meio de incentivos fiscais e tributários, para implantação e manutenção de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados, atendendo a critérios técnicos de uso e preservação das áreas, estabelecidos pelo Executivo Municipal” (Plano Diretor Estratégico, Lei Municipal nº 13.430/02).

Tem-se visto, no entanto, algumas parcerias pontuais como, por exemplo, obras ou revitalização de jardins, fontes ou outros em parques com visibilidade como as Fontes e o Jardim Japonês no Parque da Aclimação. No entanto, estas construções ou revitalizações depois ficam sob o encargo do Parque para realizar a manutenção. No caso do Jardim Japonês, como ele demanda uma manutenção específica e delicada, o Parque tem muita dificuldade para manter. Desafios como este tem de ser avaliados antes de realizar determinadas parcerias.

SITUAÇÕES ESPECÍFICAS

Nas visitas técnicas aos vários parques, constatou-se uma série de problemas em relação à qualidade de suas águas: assoreamento dos lagos e rios por problemas de erosão e drenagem, poluição do entorno (esgoto e poluição difusa). Estes problemas também foram relatados por muitos administradores dos parques onde há córregos, lagos ou rios que recebem cargas poluidoras dos esgotos gerados no entorno e também das cargas de poluição difusa carregadas pela drenagem. Alguns parques têm córregos e lagos que são monitorados pela SABESP a cada 15 dias e atualmente pelo DECONT - Departamento de Controle e Qualidade Ambiental da SVMA. Em outros casos não há monitoramento e há vários problemas, como nos contam os administradores:

“O parque possui um córrego intermitente, cuja nascente se encontra dentro do parque, que não tem monitoramento. Não tem informações sobre as condições de qualidade da água”.

“O parque possui uma nascente que não possui monitoramento da água, mas aparentemente a qualidade não é boa por causa

do esgoto doméstico e água servida vinda das moradias do entorno, de 3 moradias ilegais (invasões dentro do Parque), além de deposição de resíduos sólidos diretos no córrego”.

“Existe no parque corpos d'água, porém não há monitoramento ainda, já que o lago está fazendo parte do projeto Lagos Limpos. A água não está contaminada, mas está em processo de eutrofização (poluição por excesso de matéria orgânica em decomposição), mas ainda há oxigênio suficiente para manter o ambiente para peixes. A principal fonte de poluição é a grande quantidade de matéria orgânica em decomposição”.

Por outro lado, existem várias propostas já elaboradas ou em elaboração pelos administradores com o objetivo de recuperar os corpos d'água existentes nos parques em que atuam e também iniciativas oficiais como a parceria com o Programa Córrego Limpo com a SABESP. A expectativa e aprovação da população de usuários para que os parques implementem ações neste sentido também é alta:

“Aos entrevistados foi solicitado que atribuíssem graus de importância à realização de algumas ações no parque frequentado, como recuperação da mata, recuperação de córregos e lagos (...). A aprovação a essas idéias é praticamente unânime, com taxas de 96% a 99% de muito importante ou importante”.

(pesquisa Datafolha)

Em relação aos caminhos de preservação dos remanescentes de mata nativa, percebe-se que há, na maioria dos parques, levantamento de flora e fauna, mas, em muitos deles, não acontecem levantamento e monitoramento, como declara este administrador que também apresenta propostas para implantação de corredores ecológicos:

“Existe uma lista de biodiversidade, porém ela está defasada, mas não existe no parque pontos de monitoramento do DEPAVE, o levantamento que existe no parque é de iniciativa do administrador em um trabalho conjunto com os estagiários e NGD, mas

de forma aleatória e sem equipamentos adequados. As informações que estão sendo levantadas colaboram para ações do plano de manejo que já acontecem, isto é o manejo de um projeto em execução (da trilha do Jequitibá), e também, juntamente com o Pq. Luis Carlos Prestes e Pq. Raposo Tavares, com a proposta de implantação de um corredor ecológico unindo esses Parques, contemplando espécies importantes para a avifauna. Juntamente com o DEPAVE 3 levantamos essas espécies e pretendemos que os próximos plantios sejam baseados nessa proposta”.

Também constitui situações especiais, à medida em que não estão presentes em todos os parques, mas somente em alguns, a manutenção do patrimônio histórico e cultural. Além das obras de engenharia ou de arte, que precisam ser mantidas, há uma memória que deve ser preservada e reeditada com novos atrativos para as novas gerações.

Instrumentos e propostas de gestão

Como subsídios para o estabelecimento de uma Política Municipal de Gestão de Parques, que resulte no reconhecimento das características e particularidades de cada parque, ao mesmo tempo que permita criar procedimentos e planos de gestão para os parques como um todo, propõe-se a divisão dos parques por categorias, considerando outros aspectos além da sua localização. Para cada uma dessas categorias, por sua vez, são propostos instrumentos de gestão, que incluem desde Planos de Manejo até programas gerais para todos os parques.

Atualmente, os parques municipais são agrupados por regiões da cidade em função de contratos de prestação de serviço (segurança, manutenção). Considerando as particularidades dos parques, bem como a necessidade de implementação de instrumentos de gestão e programas compatíveis com estas características, sugere-se um agrupamento que considere as dimensões dos parques, a disponibilidade de recursos naturais e grau de integridade dos mesmos, presença de

equipamentos ou monumentos de relevância histórica, e principais usos dos parques.

Esta proposta de agrupamento de parques por tipologias se dá em função de reconhecer suas diferentes funções, contexto e atributos e tem como objetivos:

- Reconhecer as especificidades de cada parque e melhorar sua relação com entorno e freqüentadores;
- Contribuir para consolidação de um sistema de áreas verdes na cidade de São Paulo;
- Adequar instrumentos de gestão às vocações/funções;
- Estabelecer programas gerais de gestão, bem como seus fluxogramas e relacionamento com departamentos da SVMA e outras secretarias.

CATEGORIAS DE PARQUES

A seguir é apresentada a proposta de categorias dos parques municipais, que é o resultado do cruzamento entre sua dimensão e características.

Categorias (por extensão) – Pequeno: até 100 mil m²; **Médio:** entre 100 mil a 500 mil m²; **Grande:** mais de 500 mil m²

Categorias determinadas pelas funções que são preponderantemente desempenhadas pelos parques

Naturais	Parques com alta integridade dos ecossistemas naturais, como recursos hídricos e matas preservadas ou com potencial de serem recuperados e mantidos. Áreas caracterizadas pela presença de corpos d'água (rios, nascentes, lagos) e presença de mata natural do bioma Mata Atlântica nativa em diferentes estágios sucessivos.
Históricos	Parques com presença dos elementos históricos significativos como museus, Patrimônios Históricos Tombados, significado histórico para o município.
Lazer	Parques cujo maior atrativo são os equipamentos de lazer. Áreas com baixa ou nula integridade dos Recursos Naturais, cuja vegetação em geral foi implantada baseada em projetos paisagísticos.
Parques lineares	O conceito de parque linear se define, de uma maneira geral, em torno de uma tipologia única, de configuração longilínea e extensiva. Entretanto, pelo fato de que a rede hídrica pode se estender por ambientes florestais, rurais e urbanos, percorrendo, portanto, setores com características biofísicas, sociais, funcionais e morfológicas distintas, o parque possuirá dimensões, formas e funções diferenciadas que podem ser tratadas em categorias diferenciadas. As mesmas devem ser definidas pela SVMA, uma vez que esta é uma proposta relativamente recente e os parques vêm sendo projetados e implementados agora.

QUADRO 1. Resultado do cruzamento: quatro grupos

Grupo 1 - Elementos Naturais		
Grandes	Médios	Pequenos
Grupo 2 - Elementos Históricos e Tombamento		
Grandes	Médios	Pequenos
Grupo 3 – Elementos de lazer e atividades		
Médios	Pequenos	
Grupo 4 – Parques Lineares		

Fonte: Dados SVMA disponíveis em www.prefeitura.sp.gov.br/sites/vma/100_parques Organizado por ISA-2008.

Para a classificação proposta no quadro 1, foram listados apenas os parques já implantados e abertos ao público. Indica-se que, na medida em que sejam definidos os projetos dos demais parques, eles já sejam categorizados e sejam utilizados os instrumentos de gestão e diretrizes que melhor se adaptam à sua categoria. No quadro 2, aparecem quantos e quais são os parques do *Projeto 100 Parques* por categorias propostas.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA OS PARQUES MUNICIPAIS

Considerando as categorias propostas acima, são propostos quatro instrumentos para a gestão de parques, listados abaixo, e descritos detalhadamente a seguir:

Programas Gerais – para todos os parques.

Plano de Manejo – Grandes Naturais;

Zoneamento – Médios naturais, Pequenos Naturais, Médios históricos, Pequenos Históricos;

Programas Específicos – Médios Naturais, Pequenos Naturais, Médios históricos.

PROCEDIMENTOS E PROGRAMAS COMUNS A TODOS OS PARQUES

Inspirados em programas já existentes nos parques, como os contratos de manutenção e segurança e também em atividades que vêm acontecendo em muitos dos parques, como o caso de coleta seletiva



Placa indicando a atual situação de poluição do lago do Parque da Aclimação.

dos resíduos sólidos, propõe-se que a SVMA, em parceria com os administradores, crie as condições para implantação de procedimentos e programas comuns para gestão em todos os parques.

São entendidos como programas comuns aqueles que dizem respeito ao cotidiano de todos os parques, por tratarem de aspectos existentes em todos eles e que podem ter procedimentos únicos, bem como equipe técnica estabelecida para desenvolvê-los e, também, orçamento específico. Esta proposta de programas é derivada da observação da realidade atual dos parques e das sugestões levantadas nos processos participativos com os administradores de parques e outros atores deste processo.

Os itens que compõem a proposta são: procedimentos administrativos, atuação junto a conselhos gestores, comunicação e relacionamento com outras secretarias, e procedimentos específicos, traduzidos programas, como o de coleta seletiva. As propostas e recomendações para aprimorar e implantar esses procedimentos comuns apresentadas a seguir são resultantes das oficinas e questionários aplicados junto aos administradores, bem como das visitas técnicas realizadas. O objeto desse conjunto de recomendações é fornecer subsídios para a implantação de um sistema de gestão de parques no município de São Paulo.

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Segurança – ajustar os problemas encontrados no contrato atual segundo levantamento já feito, de acordo com a demanda de cada parque.

Manutenção – ajustar os problemas encontrados no contrato atual, considerando o levantamento já feito, de acordo com a demanda de cada parque.

MOBILIZAÇÃO, FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS GESTORES

- Sensibilização dos freqüentadores para participar;
- Capacitação sobre o papel e funções dos conselheiros;
- Divulgação das ações do Conselho no Parque;
- Maior divulgação;
- Verifica-se a necessidade de “traduzir” e simplificar a legislação sobre a formação e atuação dos conselhos gestores, esclarecendo suas atribuições.

Os conselhos gestores devem ter um papel relevante na tomada de decisões durante o processo de formulação dos instrumentos de gestão, especialmente no que diz respeito às prioridades de funções

Presença de animais nos parques

Na pesquisa realizada com freqüentadores de parques, foi possível verificar que uma boa parte, quase metade dos usuários, é favorável à presença de animais nos parques. Neste sentido, a legislação existente sobre a presença de cachorros, gatos e outros animais domésticos nos Parques carece de regulamentação no sentido de: incluir a criação de mecanismos para aplicação efetiva dos regulamentos; padronizar procedimentos a serem adotados em diferentes locais, como programas para castração ou atendimento adequado da equipe de zoonoses.

a serem desempenhadas pelos parques e dos programas a serem aplicados em cada um deles. O Plano de Manejo e o Zoneamento dos Parques deverão ser aprovados pelo Conselho Gestor para serem validados.

Durante o período de elaboração dos Planos de Manejo e Zoneamento dos Parques, deverá acontecer uma divulgação ampla na mídia local para que, além dos membros do conselho gestor, a Comunidade participe da elaboração dos mesmos.

PROGRAMAS

Programa de recuperação do solo

Programa que vem ocorrendo em muitos parques e que visa a utilização de material de poda gerado no próprio parque ou em seu entorno para compostagem e posterior uso para adubação do solo, contribuindo para a saúde das plantas e a sustentabilidade do parque. No caso de haver excedente, deverá ser fornecido para o entorno, pode ser para os frequentadores de atividades no Parque.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos e coleta seletiva

Programa que já vem acontecendo em muitos parques, mas deve ser ampliado e fortalecido, inclusive com campanhas para o envolvimento da comunidade do entorno. Em geral o material é destinado para cooperativas no entorno do Parque. Alguns estão em contato com associações ou outras organizações que recebem e destinam óleo de cozinha usado – este também pode ser um programa a ser implantado nos parques.

Articulação interna na SVMA

A elaboração de todos os programas propostos deve contar com o apoio e participação dos órgãos internos como NGDs e DEPAVEs correspondentes. Recomenda-se a formação de grupos de trabalho abordando temas específicos com participação de cada grupo e departamentos da SVMA.

POLÍTICA DE RELACIONAMENTO

Consiste em realizar uma política de relacionamento que envolva comunicação, parcerias privadas, outras entidades governamentais e usuários.

Comunicação e acesso à informação garantido

- Realizar atualização constante e ampliação do espaço de cada parque no site da SVMA;
- Relação parque com a zona de influência (entorno) – utilizar mídia local com padronização de linguagem – assessoria de imprensa orienta administradores para elaboração da notícia;
- Implantar centro de referência dos parques no Parque Ibirapuera;
- Produzir kits de informação sobre os parques para exposição em todos os Parques;
- Produzir sinalização dos parques considerando as categorias: naturais, históricos (tombados) e de lazer;
- Implantação de terminais computadorizados nos parques. Estes terminais permitiriam acesso às informações do próprio parque e dos demais, contendo dados como meios de transporte e acesso, estrutura, localização, tamanho, histórico, curiosidades, eventos etc. Para uniformidade da informação veiculada, os terminais seriam alimentados via rede interna pela equipe de assessoria de imprensa.

RELACIONAMENTO COM OUTRAS SECRETARIAS

Várias Secretarias têm equipamentos próprios que funcionam dentro das áreas dos parques, ou então, outras secretarias realizam atividades específicas na área do Parque. É o caso das Secretarias de Saúde, Educação, Esportes e Cultura – aprimorar ações que já vêm acontecendo e iniciar ou reformular, ou mesmo oficializar outras, no sentido de atender os seguintes critérios:

- Incentivar Projetos com outras Secretarias, aprimorando as relações entre elas, de forma a atender às demandas dos usuários, sem comprometer as diretrizes da SVMA;
- Adequar as atividades já existentes e novas a serem implementadas por outras Secretarias aos regulamentos de uso dos Parques.

Secretaria de Saúde:

- Secretaria de Saúde – CECCO – parceiro para outras atividades, como Tai-chi-chuan, Lian-gong, ginástica dançante, Radio Taisso, uma ginástica laboral. Necessidade de receber maior incentivo e divulgação nos parques.

Secretaria de Educação:

- Elaborar em parceria com NGDs, programas de Educação Ambiental com as escolas do entorno para que estes programas entrem no cronograma de atividades das escolas.

Secretaria de Esportes:

- Mapear equipamentos esportivos nos entornos dos Parques e encaminhar demandas que os parques não conseguem atender para outros equipamentos, quando houver, no entorno;
- O parque não deve ser o palco principal de eventos esportivos, mas sim um parceiro complementar aos eventos, funcionando, inclusive, como divulgador de informações relativas aos eventos e oportunidades, visto que aparentemente boa parte da infra-estrutura voltada aos esportes atualmente é sub-utilizada devido à falta de informação à população. Esta divulgação pode se dar também através dos citados terminais computadorizados.

Secretaria de Cultura:

- Atividades culturais em geral podem ser planejadas em conjunto e antecipadamente, de acordo com avaliações de demandas existentes nos parques;
- Há uma demanda para que as bibliotecas possam funcionar todos os dias, pois atualmente funcionam apenas aos finais de semana;
- Organização da Memória dos Parques – todos os parques têm uma história, alguns têm prédios ou outras obras de arte ou paisagens (naturais ou implantadas) que contam a história do parque, mas faltam registros e forma de apresentação – suporte (fotografia, relato de história oral, quadros etc.) para contar e expor esta história. Este acervo pode ser elaborado e exposto em parceria com a Secretaria de Cultura.
- Repasse de recursos que garantam o suporte aos eventos culturais nos parques.

GESTÃO COMPARTILHADA

- Definir procedimentos e regras para facilitar e estimular a gestão compartilhada;
- Promover ações na escala municipal;
- Incentivar parcerias locais;

- Regular os instrumentos para tal ação de acordo com o Decreto existente.²

RELACIONAMENTO COM OS USUÁRIOS E FREQUENTADORES

Pesquisa anual com usuários – as pesquisas devem ser pontuais e atender demandas específicas, cumprindo objetivos determinados. Não se verifica a necessidade de pesquisas periódicas.

Instalar catracas para contagem de usuários – o posicionamento em relação a esta questão, mesmo considerando-se o objetivo único de quantificar os usuários, é contrário à sua implantação.

Canal direto com usuários (site e telefone) – visando filtrar as demandas realmente significativas ou pertinentes, acredita-se que o contato direto do usuário com o administrador não deve ser promovido, e que o contato através do SAC (telefone e internet) deva ser aprimorado e mais amplamente divulgado. Além disso, sugere-se promover o contato pessoal também por intermédio do conselho gestor.

Programa de incentivo ao voluntariado – considerando que os usuários se interessariam por participar da gestão dos parques, é preciso envolvê-los de forma a gerar um sentido de pertencimento e de cidadania. Isso é possível, por exemplo, através de um programa de incentivo ao voluntariado.

Parcerias para atividades no Parque (procedimentos comuns e facilidades) – é importante estabelecer procedimentos comuns e facilidades para que sejam mais eficientes e possíveis parcerias para o desenvolvimento de atividades nos parques, de todas as ordens, estimulando o envolvimento dos usuários na promoção de encontros e atividades, colaborando com a gestão dos parques.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Elaborar e/ou aprimorar, em parceria com NGDs, um programa de Educação ambiental para os Parques que pode incluir:

² Inciso II do Artigo 58 do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – “incentivar a gestão compartilhada das áreas verdes do município”.

- Atividades com escolas e comunidades do entorno (parceria com a Secretaria de Educação);
- No Parque: horta orgânica, mandalas de flores e/ou temperos e ervas medicinais, entre outros possíveis em cada parque;
- Informes à população sobre as ações de manejo adotadas pelo Parque;
- Compostagem de matéria orgânica gerada no parque;
- Programas de uso racional da água;
- Mobilização voltada para a coleta seletiva;
- Elaborar Trilhas e Roteiros dentro dos Parques que comportam estas atividades;
- Viveiros nos parques para doar mudas para comunidade: Cidade + Verde.

É fundamental garantir nos parques equipe técnica, que inclui o programa de estagiários atualmente existente, para a realização das atividades de educação ambiental com os usuários e escolas, ou outros grupos, no entorno do parque.

Instrumentos específicos de gestão para cada parque

1 – PLANO DE MANEJO

Aplica-se apenas aos parques da categoria Grandes Naturais.

Inspirado nos Planos de Manejo de Parques urbanos recentemente implantados em outros municípios como Curitiba e Porto Alegre, ele tem por função estabelecer as diretrizes de uma Unidade de Conservação onde haja recursos naturais de flora, fauna, hídricos e belezas naturais significativas.

Para elaboração desta proposta tem-se como referência o Roteiro Metodológico Ibama/2002, que define como sendo Plano de Manejo o “Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade”.

O roteiro a seguir identifica os passos mínimos comuns a todos os planos estudados para se chegar à elaboração do Plano de Manejo. Claro que sempre há alguns casos muito específicos, dentro de um de-

terminado parque, o qual será considerado no roteiro daquele parque, no entanto, abaixo temos sistematizado um roteiro básico baseado no proposto pelo Roteiro Metodológico Ibama – 2002 e nos parques recentemente implantados citados acima:

Etapas de elaboração do Plano de Manejo

1. Diagnóstico dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural

- 1.1. Meio físico – aspectos estruturais;
- 1.2. Meio Sócio-Econômico – aspectos humanos do entorno;
- 1.3. Meio Biótico – aspectos biológicos.

2. Planejamento participativo com o conselho gestor

- 2.1. Zoneamento das áreas internas;
- 2.2 Definição das áreas prioritárias.

3. Estabelecimento de diretrizes

4. Definição de linhas de ação

5. Plano de Manejo

- 5.1. Definição dos programas e subprogramas segundo o roteiro básico abaixo:

1. Programa de Interpretação e Educação Ambiental

- Subprograma de Relações Públicas – Centro de Visitantes
- Subprograma de Divulgação
- Subprograma de Treinamento

2. Programa de Controle Ambiental

- Subprograma de Fiscalização
- Subprograma de Monitoramento da Qualidade da Água
- Subprograma de Recuperação dos Corpos d'água

3. Programa de Manejo de Meio Ambiente

- Subprograma Recuperação de Áreas Degradadas
- Subprograma de Introdução da Vegetação
- Subprograma de Investigação da Fauna

4. Programa de Operacionalização

Subprograma Regularização Fundiária (este não é muito comum e talvez não se aplique aos parques em São Paulo)

Subprograma de Implantação, Manutenção, Melhoria de Equipamentos Públicos e Segurança (*aqui estão o patrimônio histórico, prédios e obras de arte, esculturas e outras*)

Subprograma de Administração (*centro de custos/orçamentos e gestão dos mesmos*)

Subprograma de Ampliação da Unidade de Conservação

5. Uso da Área de Preservação Permanente

Etapas para realizar o Plano de Manejo

- Criar GT (Grupo de Trabalho) de acompanhamento com administradores e DEPAVE para coordenar os trabalhos;
- Elaborar Termos de Referência com estimativa de recursos financeiros para cada um dos Planos de Manejo;
- Decidir sobre contratação individual ou do pacote de Planos de Manejo – priorizar a seqüência de parques para os quais será contratado o Plano;
- Contratar equipe técnica executora dos Planos de Manejo;
- Articular os Conselhos Gestores dos Parques para participar das decisões sobre as diretrizes dos planos de manejo;
- GT elabora proposta de monitoramento da execução do plano de manejo tal qual elaborado.

Zoneamento

Aplica-se aos parques Médios Naturais, Pequenos Naturais, Médios Históricos, Pequenos Históricos. Trata-se de um instrumento para delimitar os usos dos espaços dentro de uma determinada área, no caso de uma área verde, os parques. Ele determina os usos possíveis em cada uma das zonas criadas, de acordo com as funções determinadas para cada uma delas, procurando contemplar os valores ambientais e sociais dentro de uma mesma unidade. Assim possibilita a manutenção e o desenvolvimento do meio ambiente florístico, faunístico e abiótico, interagindo com as necessidades humanas de lazer, fisiológicas, estéticas, educacionais e sociais. Para os parque em que há patrimônio natural a preservar quanto naque-

les cujos maiores patrimônios são históricos, considera-se necessário realizar o zoneamento dos mesmos. Para estes casos propõe-se a seqüência de elaboração do Zoneamento conforme as etapas abaixo:

Etapas de elaboração do Zoneamento

Caracterização da área: realizar um diagnóstico com levantamento das funções e das características ambientais nos seus aspectos naturais e elementos construídos como, por exemplo, levantar áreas, assim como as funções desempenhadas por estas. É preciso também fazer uma análise socioeconômica do entorno, análise ambiental e dos elementos naturais.

Estudo técnico e proposta de Zoneamento: cada uma das zonas serão definidas e justificadas pelos objetivos gerais da Unidade; e terão regras de uso definidas. As zonas devem abranger desde as áreas restritivas ao uso público até áreas com acesso livre e outras com orientações claras de uso e monitoramento em trilhas. São alguns exemplos de Zonas possíveis de serem criadas Zona Intangível, Zona Primitiva, Zona de Uso Extensivo, Zona de Uso Intensivo, Zona Histórico-Cultural, Zona de Lazer, Zona de Recuperação, Zona Especial Administrativa, Zona de Novas Áreas Propostas, Zonas de Entorno e Corredores Ecológicos, e outras a serem definidas de acordo com as particularidades de cada parque.

Articulação com o conselho gestor para a construção participativa do zoneamento: as etapas de diagnóstico e proposta de zoneamento deverão ser elaboradas em conjunto com o Conselho gestor do Parque.

Elaboração e desenvolvimento dos Programas Específicos de cada parque, seguindo as diretrizes definidas em cada Zoneamento.

Importante ressaltar, mais uma vez, que todas as propostas aqui apresentadas surgem de experiências já implantadas nos próprios parques de São Paulo, ou então de sugestões colhidas ao longo deste processo participativo. Para exemplificar a proposta de zoneamento, e dizer da sua importância, temos abaixo o caso do Parque Burle Marx, tal como descrito pela administração no questionário enviado aos administradores:

“Desde sua fundação o Parque Burle Marx conta com um regulamento de uso (zoneamento) estabelecido por Decreto, onde o parque foi definido como de lazer contemplativo, sendo proibidas as atividades esportivas, com exceção das caminhadas. Ainda conta com um Plano Diretor realizado em conjunto entre o DEPAVE e a Fundação, onde consta o zoneamento do parque, bem como diretrizes de uso e manutenção. Segundo o plano diretor o parque está subdividido em 5 compartimentos: Portaria e acessos, Jardim de Burle Marx, Gramado Central, Bosque de Jaboticabeira, Mata. Além disso definiu que deveríamos contar com 3 equipes: limpeza, jardinagem e segurança”.

2 – PROGRAMAS ESPECÍFICOS

Os programas específicos têm como objetivo atender às especificidades de cada parque, portanto aplicam-se aos grupos de parques cujas tipologias foram apontadas anteriormente. Parques que possuem condições relevantes naturais ou de patrimônio histórico, por exemplo, devem aplicar os programas sugeridos. Podem ser aplicados parque a parque ou por um conjunto de parques cujos bens a proteger sejam semelhantes. Serão pensados para onde há recursos naturais como córregos e lagos, mata nativa ou outros, ou onde há patrimônio histórico e obras de arte, ou outros aspectos importantes que, no entanto, não são iguais para todos os parques.

As propostas listadas abaixo são resultado de processo de discussão com administradores, através dos processos participativos e oficinas, conforme a descrição feita nessa publicação das atividades realizadas, e incluem descrição de ações, bem como recomendações e estratégias para sua implantação.

1. Recursos Hídricos

Para garantir as diretrizes relativas à drenagem e permeabilidade do solo, propõe-se a adoção de algumas medidas como:

- Recuperação dos corpos d'água: desassoreamento, despoluição dos córregos que passam pelos parques, despoluição das lagoas: poluição

causada por esgoto doméstico ou poluição difusa (óleos e graxas na rua ou nas calçadas, sabão ou outros materiais de limpeza, tintas etc.);

- Infiltração da água de chuva: biovaletas, vegetação rasteira, aumento da permeabilidade com trocas de pisos;
- Programas de racionalização do uso da água: reuso da água, captação e aproveitamento de água de chuva - proposta de reuso da água potável de bicas, bebedouros e das águas pluviais – criar sistemas de captação da água das bicas e das chuvas enviando para uma cisterna que abastecerá as regas, limpeza dos pátios, áreas de exposição e até implantação de sistema de descargas para sanitário – Avaliar a situação de cada parque para usar água de lagos e córregos.

Recursos / estratégias

- Inclusão dos córregos que cortam os parques ou se formam neles, como prioritários, no Programa Córrego Limpo em parceria com a SABESP;
- Incluir os córregos e lagos, que ainda não estão incluídos, no Programa de Monitoramento de qualidade das águas que já existe em alguns parques.

2. Recuperação de mata ciliar e enriquecimento da vegetação natural

Recuperação e fertilidade do solo – manutenção da cobertura morta sob o solo e introdução de espécies de herbáceas e forrações para cobrir o solo evitando erosão e compactação do solo promovendo um enriquecimento do solo empobrecido com nutrientes – para minimizar custos e aproveitar o material de podas e cortes - realizar a compostagem do material das podas realizadas nos Parques para enriquecer o solo. Viveiro para aumentar a biodiversidade das espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas para recuperar matas ciliares.

Banco de dados ambiental – Elaborar um banco de dados em cada um dos Parques, contendo as informações abaixo:

- Inventário Arbóreo completo;
- Dados dendrométricos (DAP, PAP, altura total, etc);
- Classificação do estado geral da espécie definindo se está boa, precisando de intervenções ou de remoção;
- Identificação visual das plantas;
- Banco de dados atualizável.

Ações Estratégicas – Produção no viveiro de espécies nativas chaves para garantir diversidade genética. A escolha das espécies deve aliar estética, funcionalidade e sustentabilidade ambiental:

- Espécies de sombra – forrações e arbustos de sub-bosque;
- Espécies pouco exigentes de poda e manutenção;
- Controle de espécies invasoras;
- Remover ou evitar espécies inadequadas: substituição gradativa do eucalipto e pinus e evitar o fícus Ligustrum ou outras inadequadas pelo porte ou tipo de raízes em determinados locais saturados ou próximos de caminhos – adequação da espécie ao local.

3. Áreas Ambientalmente Sensíveis

- **Entorno das nascentes:** remover curvas de nível provocadas pelos aterramentos na construção do parque, plantar espécies de mata ciliar para evitar o assoreamento da nascente;
- Monitoramento mais intenso nas áreas cuja vegetação está exposta a condições adversas como excesso de luminosidade noturna, calor do asfalto, baixa umidade do solo e efeitos do trânsito – elas desenvolverão mais problemas.

Controle Fitossanitário – propõe-se que seja feito termo de cooperação técnica entre o Parque e entidades de pesquisa, como universidades, para definição de procedimentos de controle de pragas.

FOTOS: CLAUDIO TAVARES



Acima à esq.: Sabiá Laranjeira no Parque do Ibirapuera, outra espécie de pássaro comum nos parques e áreas verdes de São Paulo; Acima à dir.: Bem-Te-Vi no comedouro do Parque da Aclimação. Esta espécie de pássaro é bem comum nos parques de São Paulo.

4. Programas de plantios de nativas

- Estimular a recuperação de áreas degradadas nos parques e entorno com o plantio de nativas;
- Criar corredores interligando áreas verdes: praças ou outros parques no entorno;
- Canalizar recursos de compensações ambientais no município, ou eventos de empresas ou outras que queiram/necessitem neutralizar emissões de Carbono, com ações de plantios e manutenção (mínimo de 2 anos) nos parques ou entornos;
- Programas de arborização com NGDs.

5. Preservação e enriquecimento de fauna

- Realizar levantamento detalhado da fauna local com previsão de atualizações;
- Realizar estudos e propor corredores de avifauna entre parques e outras áreas verdes;
- Propõe-se a produção de materiais para uso de Educação ambiental nos Parques com ilustração da Avifauna local pesquisada pela SVMA.

6. Recuperação do Patrimônio Histórico

- Programa de manutenção e recuperação de prédios públicos históricos nos parques;
- Tombamento de Patrimônio Histórico;
- Valorização das Memórias dos parques – aplica-se mesmo aos Parques em que o viés histórico não é o principal, no entanto, sempre tem uma história para contar, um prédio importante a manter, uma história verbal a ser contada, uma imagem a guardar e expor.

Propõe-se que, ao elaborar o Zoneamento dos Parques, sejam identificadas as demandas de recuperação do Patrimônio Histórico decidindo quais as prioridades com cada um dos parques e elaborar cronograma de execução de obras.

7. Recuperação dos Elementos Construídos

Considerar no Zoneamento as diretrizes de adaptação, reaproveitamento, ampliação dos usos e outras estratégias para atender às demandas

QUADRO 2. Instrumentos de gestão por categorias de parque propostas

INSTRUMENTOS PARA GESTÃO	PARQUES	EXTENSÃO	CATEGORIA
Programas gerais e plano de manejo	Anhanguera	Grande	Natural
	Carmo	Grande	Natural
	Cemucam	Grande	Natural
	Natural da Cratera da Colônia	Grande	Natural
	Vila Rodeio	Grande	Natural
	Ibirapuera	Grande	Histórico
Programas gerais, específicos e zoneamento	Burle Marx	Médio	Natural
	Santo Dias	Médio	Natural
	Guarapiranga	Médio	Natural
	Alfredo Volpi	Médio	Natural
	Cidade de Toronto	Médio	Natural
	São Domingos	Médio	Natural
	Luz	Médio	Histórico
	Aclimação	Médio	Histórico
	Vila Guilherme / Trote	Médio	Histórico
	Independência	Médio	Histórico
	Raposo Tavares	Médio	Lazer
	Nove de Julho (São José)	Médio	Lazer
	Chico Mendes	Pequeno	Natural
	Severo Gomes	Pequeno	Natural
	Vila dos Remédios	Pequeno	Natural
	Providência	Pequeno	Natural
	Jd. Felicidade	Pequeno	Natural
	Piqueri	Pequeno	Natural
	Tenente Siqueira Campos (Trianon)	Pequeno	Histórico
	Buenos Aires	Pequeno	Histórico
Programas gerais	Lions Club Tucuruvi	Pequeno	Lazer
	Nabuco	Pequeno	Lazer
	Luis Carlos Prestes	Pequeno	Lazer
	Eucaliptos	Pequeno	Lazer
	Lina e Paulo Raia	Pequeno	Lazer
	Raul Seixas	Pequeno	Lazer
	Santa Amélia	Pequeno	Lazer
	Ermelino Matarazzo	Pequeno	Lazer
	Colinas de São Francisco	Pequeno	Lazer
	Profa Lydia Natalizio Diogo (Vila Prudente)	Pequeno	Lazer
	Jacinto Alberto	Pequeno	Lazer
	Rodrigo de Gásperi	Pequeno	Lazer
	Chácara das Flores	Pequeno	Lazer
	Cordeiro	Pequeno	Lazer
	Shangrilá	Pequeno	Lazer

dos usos que serão estabelecidos como prioritários nos parques a partir da elaboração do Zoneamento. Propõe-se que, ao elaborar o zoneamento dos parques, ou seus projetos específicos, sejam identificadas as demandas de recuperação dos elementos construídos (prédios de administração, equipamentos de esporte, lazer e cultura, calçadas, caminhos, ruas de acesso, e outros equipamentos não mencionados) decidindo quais as prioridades com cada parque e elaborar cronograma de execução de obras.

8. Programas exemplares de Sustentabilidade

- Painéis de energia solar;
- Captação de água de chuvas;
- Sistema de tratamento de esgotos – Parque Guarapiranga tem um implantado;
- Tetos verdes, entre outros.

Instrumentos de gestão por categorias de parques propostas

Na página 118, é apresentado quadro síntese com os instrumentos de gestão propostos para cada um dos parques existentes no município de São Paulo. Este cruzamento pode subsidiar a construção de uma agenda de trabalho por grupo de parques, no sentido de desenvolver seus instrumentos específicos, como no caso dos seis parques naturais de grande porte, onde a recomendação é a construção de planos de manejo.

O miolo deste livro foi impresso em papel offset 90 g/m², fabricado pela International Paper do Brasil, e certificado pelo Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor), cujo conjunto de normas visa à certificação do manejo florestal e da cadeia de custódia de produtos de origem florestal.

impressão e acabamento
Litokromia

tiragem desta edição
1000 exemplares